

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

- 1.1 – 12ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – 13ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

### 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 3 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

### 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



**ATAS**

## ATA DA 12ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/5/2020

### Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Fábio Baccheretti Vitor – Palavras do Sr. Maurício Abreu Santos – Palavras da Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha – Palavras do Deputado Carlos Pimenta – Debate – Encerramento.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 14h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

### Ata

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

### **Destinação da Reunião**

O presidente – Destina-se esta reunião a debater a estrutura da rede de atendimento hospitalar no Estado para o enfrentamento ao Covid-19, bem como a testagem da população para o novo coronavírus.

### **Composição da Mesa**

O presidente – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Fábio Baccheretti Vitor, presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig; e deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, aos quais agradecemos de maneira especial a disponibilidade em se deslocarem até esta Casa. Compõem a Mesa, por via remota, a Exma. Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha, presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais – Federassantas; e o Exmo. Sr. Maurício Abreu Santos, presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed.

Registramos também a presença, por via remota, dos deputados Alencar da Silveira Jr., André Quintão, da deputada Andréia de Jesus, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Betão, Betinho Pinto Coelho, Carlos Pimenta, que já está aqui conosco, Celinho Sintrocetel, Charles Santos, Coronel Henrique, da deputada Delegada Sheila, dos deputados Doutor Jean Freire, Doutor Paulo, Doutor Wilson Batista, Elismar Prado, Fábio Avelar de Oliveira, Fernando Pacheco, Gil Pereira, Gustavo Santana, Hely Tarquínio, Ione Pinheiro, João Magalhães, João Vítor Xavier, das deputadas Leninha e Marília Campos, dos deputados Neilando Pimenta, Professor Cleiton, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Tadeu Martins Leite, Ulysses Gomes, Virgílio Guimarães, Zé Guilherme e Zé Reis.

### **Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos**

O presidente – Tendo em vista a organização dos trabalhos, a presidência informa aos parlamentares e aos convidados que os atos desta reunião obedecerão ao seguinte ordenamento: o presidente da Fhemig, Sr. Fábio Vitor, disporá de 10 minutos para sua exposição; em seguida, o Sr. Maurício Abreu Santos, presidente da Funed, terá também 10 minutos para expor suas considerações sobre o tema; logo após, passaremos a palavra à Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha, presidente da Federassantas, que também terá a palavra por 10 minutos.

Após as exposições dos convidados, cada membro da Comissão de Saúde disporá de 5 minutos para fazer questionamentos, na seguinte ordem: primeiramente, o presidente da Comissão de Saúde, deputado Carlos Pimenta; logo após, o vice-presidente, deputado Doutor Wilson Batista; e na sequência, os membros efetivos da comissão, deputados Hely Tarquínio, Doutor Jean Freire e Doutor Paulo.

Quando questionados, os convidados disporão de 5 minutos para a respectiva resposta.

Portanto, com a palavra, para a sua exposição, o presidente da Fhemig, Sr. Fábio Vitor, pelo prazo de até 10 minutos.

### **Palavras do Sr. Fábio Baccheretti Vitor**

Boa tarde a todos. Primeiramente agradeço a oportunidade de trazer para a Assembleia todo o planejamento que a Fhemig vem fazendo desde janeiro e fevereiro, quando a expectativa da pandemia era real. Até aquele momento era apenas uma epidemia de algumas regiões. Vimos, então, planejando desde janeiro.

Então, agradeço esta oportunidade, em especial ao Dr. Carlos Pimenta, da Comissão de Saúde, e ao presidente.

É uma apresentação rápida.

Com relação à distribuição dos hospitais da Fhemig, a maior parte fica em Belo Horizonte, onde temos um hospital em especial, que é o Hospital Eduardo de Menezes, referência em doenças infectocontagiosas. Desde a década de 1980, ele enfrenta todas as epidemias que vivenciamos, entre elas a de H1N1 em 2009; a epidemia de febre amarela que houve recentemente; epidemia de qualquer doença que aparece de forma esporádica; de tempos em tempos aparece, e não foi diferente agora com o coronavírus.

Temos alguns hospitais importantes em relação à Covid em Patos de Minas, que pega a macrorregião Noroeste; temos também, em Barbacena, o Hospital Regional de Barbacena, que pega a região Centro-Sul do Estado; e temos, na Zona da Mata, o Hospital João Penido, que também está tendo um importante papel no combate à Covid.

Deixamos registrado, está no hotsite da Fhemig; quem tiver a oportunidade de entrar vai ver o nosso Plano de Capacidade Plena Hospitalar. Já estamos na terceira versão; a primeira foi publicada em 20 de março. Lá é descrita, em detalhes, toda a apresentação que está aqui hoje.

Então, a expectativa da Fhemig é que ela tenha o papel de atender a internação relacionada à Covid em cerca de 50% dos casos em todo o Estado. Para essa expectativa ser cumprida, fizemos um plano de grande ampliação de leitos, especialmente de terapia intensiva. São 328 leitos novos de CTI que estão planejados, porque percebemos no resto do mundo, onde a pandemia está avançada, e em outros estados daqui, como Amazonas, Rio, São Paulo e Ceará, que o que consegue evitar as mortes é leito de terapia intensiva, e por isso o nosso foco está sendo em abertura de CTIs.

Esse primeiro gráfico que está sendo apresentado mostra os leitos atuais exclusivos para Covid. Então, são 80 leitos de terapia intensiva exclusivos para Covid. Em Belo Horizonte, temos o Eduardo de Menezes, o João XXIII e Júlia Kubitschek com cerca de 44 leitos já ativos; em Juiz de Fora, temos 20; em Patos de Minas, 10; em Barbacena, 6.

Na segunda fase, que é a próxima expansão, temos capacidade de abrir mais 302 leitos de terapia intensiva, e a maior parte deles ficaria no Júlia Kubitschek; outros, no Eduardo de Menezes, no João XXIII e no Regional de Barbacena.

Por último, os demais leitos, para chegarmos ao total de 434 leitos, têm a ver com as obras emergenciais que já estão em andamento tanto no Eduardo de Menezes quanto no Júlia Kubitschek.

Quanto a leitos de enfermaria, temos, neste momento, 137 e a nossa expectativa é atingir 238. Vocês percebem que o número de leitos de CTI é maior que o de leitos de enfermaria, pelo perfil do paciente de Covid, que é um paciente que, quando vai para o hospital, evolui desfavoravelmente muitas vezes.

Para tudo isso acontecer, a gente, obviamente, não tem esses espaços de terapia intensiva já abertos. Não tiramos do nada esses leitos. Eles ocupam, obviamente, locais que hoje funcionam como enfermaria. Especialmente no Júlia Kubitschek, no Eduardo de Menezes e no João XXIII, que são as maiores expansões, há leitos de enfermaria cujas estruturas têm como serem adaptadas para terapia intensiva. Por isso, dentro do plano de capacidade, o Galba Velloso é um hospital que se apresenta como leito de retaguarda para a gente poder tirar os pacientes que não são Covid dos hospitais, como pacientes com HIV, pacientes com doenças pulmonares ou clínicas que tratam no Júlia, no Eduardo de Menezes. Eles precisam de um leito para se tratarem, e nós deixamos os outros leitos ativos de enfermaria para terapia intensiva. Por isso o Galba Velloso tem papel fundamental para que consigamos fazer essa retaguarda de leitos.

Além disso, temos o Alberto Cavalcanti com 10 leitos de retaguarda de CTI, porque vamos precisar de leitos não Covid, ou seja, não destinados a pacientes com coronavírus, mas a pacientes graves desses hospitais que habitualmente eles tratam.

Sobre EPIs trouxemos aqui as últimas aquisições. Já chegamos a adquirir 15.400.000 máscaras. Os números da Fhemig são realmente muito grandes em relação a máscaras, por exemplo. Somos 20 hospitais. Consumimos por dia 12 mil máscaras. Então, os números da Fhemig são muito grandes, e a nossa aquisição tem de ser constante. O nosso controle de estoque tem de ser constante. Então, em março ainda, percebemos que, nos primeiros 15 dias de pandemia, houve um consumo de máscaras equivalente a quatro meses. Assim, houve uma queda no nosso estoque muito importante, e percebemos que tínhamos de fazer um controle bem rigoroso. Então, fizemos uma centralização de todo o estoque da Fhemig e fazemos uma distribuição quase diária ou semanal, quando é no interior, e diária em Belo Horizonte, de acordo com o consumo e a avaliação do estoque. Até hoje, desde o início da pandemia, não faltou, em nenhum dia, nenhum EPI. É um controle bem rigoroso.

Hoje, no Eduardo de Menezes, que é 100% Covid – é o único dessa forma –, todos os profissionais recebem a máscara N95 – até o setor administrativo –, que é a máscara de maior proteção, até para aerossol. É indicada pela OMS para pacientes em ventilação mecânica, ou seja, paciente de CTI, mas ampliamos o uso dessa máscara para todos os servidores do hospital. Temos uma preocupação com a situação em médio prazo. Vimos que o mundo inteiro, até o Brasil, vem sofrendo por falta de EPIs. Fazemos esse controle rigoroso para que essa realidade não chegue até nós. E esse controle de estoque foi fundamental.

Essas são as obras emergenciais. São importantes, porque foi um acordo compensatório de Brumadinho com a Vale e com o Estado. A Fhemig apresentou, à época, as obras que são vinculadas, que seriam esses hospitais de doenças infectocontagiosas e doenças respiratórias, que têm vínculo direto com o desastre. Como foi vinculado à Covid agora, os três hospitais estão conseguindo fazer essas obras.

O Eduardo de Menezes já as iniciou. Está bem adiantado. Abreviamos 12 novos leitos de isolamento, de terapia intensiva, e vamos implantar um tomógrafo, que é fundamental ao hospital. É um sonho de década. Está parada essa obra há muito tempo. Agora conseguimos retomá-la. São obras, todas elas, anteriormente iniciadas, já aprovadas pela Vigilância Sanitária e agora estamos conseguindo terminá-las.

No Júlia Kubitschek são 40 novos leitos de CTI. Também era uma obra que estava iniciada e paralisada há oito anos, e vamos conseguir terminá-la, além das salas cirúrgicas. Elas estão contempladas neste momento e fazem parte do mesmo projeto arquitetônico de CTI aprovado pela Vigilância Sanitária. Então, eles teriam de ser feitos juntos.

A obra do Galba Velloso era de adequação dos leitos de enfermaria para receber paciente clínico e uma readequação do telhado, que já era uma demanda anterior e que será resolvida com essa obra.

Outras aquisições de equipamentos. Foram destacados alguns deles. Então, são R\$25.800.000,00, pelo acordo da Vale, em equipamentos, que, além de atender à questão da Covid, será um legado para a Fhemig. É um legado muito importante – inclusive todas essas intervenções.

Contratação da equipe. Foram aprovadas pelo Cofin mil novas vagas temporárias para atendimento de casos de Covid. Na primeira etapa, já foi iniciada a contratação de 300 vagas para equipe multidisciplinar como médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, fisioterapeuta, serviço social. Então, é uma equipe multidisciplinar para essa ampliação de leitos, porque estamos ampliando muito o número de leitos. Já estou terminando. Na segunda etapa, temos 700 vagas ainda para serem contratadas.

Temos dois projetos importantes. Estamos com um projeto de saúde mental. Acompanhamos os nossos servidores, porque há um momento de muita pressão sobre os nossos servidores em relação à saúde mental. Temos um tratamento multidisciplinar por teleatendimento e atendimento presencial e, ainda, o atendimento aos servidores com síndrome gripal. Então, o Eduardo de Menezes possui um ambulatório para atender a todo servidor da Fhemig com síndrome gripal. Todo servidor da Fhemig que é contato de alguém que foi positivado faz uma consulta por teleatendimento; esse teleatendimento faz uma triagem e, se for necessário, ele faz o exame por swab no Eduardo de Menezes, para avaliar se é positivo ou não. Então, todo servidor da Fhemig – quase 13 mil – tem acesso a esse ambulatório.

E temos os nossos cursos *on-line*, na plataforma, no nosso *hotsite* específico para Covid, para a equipe multidisciplinar. Além disso, na telemedicina lançada pelo Estado, os médicos e enfermeiros da Fhemig estão participando e podendo ajudar a diminuir a transição de pacientes que não têm necessidade do sistema de saúde. É isso.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de slides.

O presidente – Muito obrigado, Fábio Vitor, presidente da Fhemig. Agradeço sua exposição.

Vamos passar a palavra agora ao Sr. Maurício Abreu Santos, presidente da Funed, que falará conosco através do aplicativo.

Quero, então, agradecer a presença do Sr. Maurício Abreu Santos conosco aqui. O senhor terá o prazo de 10 minutos para a sua exposição. Com a palavra, o Sr. Maurício Abreu Santos.

O Sr. Maurício Abreu Santos – Só para eu entender: os meus slides estão sendo apresentados na tela para todo mundo aí?

O presidente – Sim. Vão ser apresentados aqui, e todos os deputados terão acesso a eles.

O Sr. Maurício Abreu Santos – Eu posso ir falando e então, na sequência aqui, vocês vão acompanhando aí pela apresentação dos slides, não é?

O presidente – Positivo.

### **Palavras do Sr. Maurício Abreu Santos**

Eu queria, primeiramente, agradecer esta participação. Agradeço a todos os deputados presentes, a todos os presidentes de outras instituições presentes, aos membros da Comissão de Saúde.

O que eu queria colocar nesta minha apresentação é o que a Funed vem fazendo desde que começamos efetivamente a trabalhar no foco dessa pandemia, ou seja, o que a Funed fez nesse período, o que ela vem fazendo e quais são as perspectivas futuras que estamos vendo para essa situação toda que vem ocorrendo.

O dia 12 de março praticamente foi a data de início dos nossos ensaios internos, das nossas análises internas das amostras de coronavírus. Até então essas amostras eram encaminhadas à Fiocruz para serem analisadas, e o tempo de espera desses resultados era, em média, de sete dias.

O que fizemos? Inicialmente precisávamos atender a uma demanda e tínhamos uma capacidade que era um fator limitante para a Funed em termos de equipamento. Ou seja, tínhamos o equipamento de processamento das amostras que nos chegavam – em média, 96 amostras por ciclo de processamento a cada 6 horas. Ou seja, estávamos trabalhando com uma média de amostragem diária de 96 vezes 2, portanto em torno de 200 amostras por dia, e isso não atendia à demanda que se fazia necessária; estávamos recebendo muitas mais amostras do que o número que tínhamos a capacidade de atender.

Então, várias medidas se fizeram necessárias para que aumentássemos essa nossa capacidade de atendimento até chegarmos a um montante, a um número que vou colocar para vocês mais à frente. Então, de imediato, poderíamos, utilizando o nosso equipamento, dentro da sua capacidade de processamento, que seria de dois ciclos de amostragem por dia – seriam 96 vezes 2, uma média de 200 amostras por dia... De imediato, implantamos um terceiro ciclo de processamento, rodando uma partida overnight desse equipamento, ou seja, passamos para um atendimento médio de 300 amostras; evoluímos de 200 para 300 amostras por dia. Mas isso ainda não era o suficiente. Teríamos de tomar várias outras medidas para atender efetivamente à demanda que nos era estabelecida. E, quanto a esses exames que temos feito, além do tempo que demorávamos – em torno de quatro, cinco dias – para obter os resultados e fazer o lançamento deles no GAL, teríamos de melhorar também os nossos tempos de processamento e de liberação de resultados. Então, estamos trabalhando hoje com a liberação de resultados numa média de 72 horas e até de 24 horas para aqueles casos considerados prioritários, que são, basicamente, doadores do MG Transplantes, profissionais de saúde, óbitos, casos graves. Então, esses casos que nos chegam como prioritários são atendidos de acordo com a ordem de chegada, e o prazo estimado para a liberação de resultados é de 24 horas. As demais amostras que nos chegam estão sendo liberadas, em média, em 72 horas, e também são processadas de acordo com a ordem de recebimento delas.

Então, quais foram essas outras ações que adotamos para conseguir manter essas capacidades que temos hoje? Uma delas foi o remanejamento de recursos humanos, que foi outro ponto de atuação importante que fizemos internamente na instituição, buscando profissionais capacitados e habilitados para atender às demandas de Covid, às demandas de ensaio que tínhamos no nosso Laboratório Central, que é o Lacen, aqui da Funed. Então, remanejamos funcionários de outras diretorias – da Diretoria Industrial, da

Diretoria de Pesquisa, da Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças – mais focados em questões administrativas, de lançamento e compilação de dados, para melhorar, atender com uma melhor performance às nossas necessidades.

Recursos materiais e equipamentos: conseguimos recursos materiais; conseguimos, de alguns outros laboratórios, insumos; conseguimos equipamentos emprestados de outros – da Polícia Militar, por exemplo. Vou colocar isso mais à frente para vocês terem ciência.

Com isso, pleiteamos, junto à Seplag e à própria SES, uma contratação emergencial de sete servidores. Ela foi autorizada e, num período de duas semanas aproximadamente, processamos todas as contratações com os editais previstos, com a qualificação de pessoal necessária para atender às especificações de que tínhamos necessidade, e, a partir do dia 1º de abril, efetivamente, essa nova equipe veio incorporar-se ao quadro que já tínhamos na instituição.

Outro ponto importante: para ganharmos em demanda de análise, implantamos – e tivemos a autorização também da Seplag para isso – turnos de trabalho. Ou seja, nos vários laboratórios nossos que trabalham na análise da Covid – porque não é um laboratório específico; são alguns laboratórios –, fizemos remanejamento de horário e reescalonamento de pessoal para atendimento em turno de trabalho, a fim de que pudéssemos aumentar também a nossa performance de análise.

Contamos com equipamentos que nos foram emprestados da Polícia Civil e da Fiocruz, Instituto René Rachou, também visando a uma melhoria no atendimento da nossa demanda.

Outro fator importante é que, mesmo com toda essa melhoria, não teríamos capacidade para atender a toda a demanda advinda de todos os municípios. Então, fizemos um credenciamento, lançamos um edital para habilitar laboratórios públicos e privados, universidades que tivessem interesse de participar numa rede, chamada RedeLab Covid-19, de ampliação, e que estivessem capacitados para atender, tivessem expertise, pessoal capacitado para atender à demanda de análises de Covid. Fizemos esse processo em que mais de 120 laboratórios se inscreveram. Havia critérios predefinidos que esses laboratórios pleiteantes teriam de cumprir, sob a análise estrita de controle de qualidade por parte da Funed, e havia condições específicas que todos teriam de cumprir para que se integrassem a essa rede.

Hoje, o que temos de concreto em relação a todos esses que se inscreveram e que estão habilitados? Estamos trabalhando hoje com aqueles que chamamos de laboratórios parceiros, e há também os laboratórios que foram credenciados.

Hoje trabalhamos com colaboradores como o René Rachou, a Universidade Federal de Minas Gerais, o Laboratório de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, a Hemominas e duas universidades: a Universidade Federal de Viçosa e a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Então, esses sete, incluindo a Funed, já estão trabalhando ativamente nesse processo. E iniciamos, como colaboradores, os quatro primeiros laboratórios que citei para vocês, que é o René Rachou, a UFMG, o laboratório do Mapa e a Hemominas. Com isso, teríamos hoje uma capacidade – esses colaboradores e a Funed – de processamento diário de uma média de 2 mil amostras de Covid. E temos também hoje, em processo de habilitação, universidades que já foram credenciadas, ou seja, atenderam aos pré-requisitos, aos critérios que definimos e estão em processo de habilitação: as Universidades Federais de Ouro Preto, de Juiz de Fora, de Lavras, a Unimontes e a Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Então, essas cinco universidades estão em processo de habilitação. Novos processos de habilitação, nós vamos fazer mais para a frente, em função da demanda, ou seja, a intenção é que a Funed concentre nela toda parte de controle de qualidade dessas análises que são feitas, e a Secretaria de Saúde vai disponibilizar para essas entidades os insumos necessários para essas análises da Covid. Então, com isso aí, o que fizemos deu um ganho, um gás muito grande para conseguirmos regularizar a nossa situação em termos de amostras.

Há um quadro aí, o próximo, de quantitativo, em que colocamos a situação do dia 11, de anteontem, que é o último dado que levantamos. Não temos os dados de ontem ainda. Temos somente até o dia 11. Então, desde que iniciamos essas análises até o dia 11, foram recebidas na Funed 16.621 amostras. Foram analisadas 14.924 amostras com diagnósticos já liberados. Quem tem acesso a

essas liberações são as GRS que encaminharam as amostras e quem as cadastrou. Então, tanto as GRS quanto quem cadastrou as amostras têm os dados desses resultados. Temos hoje 1.697 exames que estão em análise dentro do nosso processo, do nosso prazo de liberação de amostras; e com a capacidade que estamos estimando, em função da capacidade dos nossos colaboradores, dos nossos credenciados, poderíamos atingir hoje até, como coloquei, 2 mil amostras por dia em termos de processamento.

O que temos feito nessa sequência de trabalho para manter essa nossa rotina? São reuniões diárias do grupo de enfrentamento da Covid, com análise crítica de toda a nossa situação interna, em termos de amostras que entram, do quantitativo que entra, que é analisado, que sai; revisão constante de procedimentos de transporte de coleta, de amostras, de acondicionamento; disponibilizações de informações no site da Funed; capacitação e orientação dos profissionais de saúde com relação tanto à parte de coleta quanto à parte de amostragem, que é um suporte de controle de qualidade que temos dado a esses nossos colaboradores e a esses parceiros que estamos credenciando e vamos continuar a credenciar ao longo do tempo.

Isso seria basicamente a nossa rotina, como estamos trabalhando nela em termos de análise. Extrarrotina, estamos trabalhando em pesquisa, em desenvolvimento de algumas ações que nos levam também a estudo sobre a questão da Covid. Só para ilustrar, temos hoje quatro projetos de pesquisa, sendo que um já foi submetido a publicação, que é o sequenciamento genético de 40 genomas de diferentes regiões de Minas em parceria com a Fiocruz. Temos mais três projetos de pesquisa em andamento. Esses projetos estão sendo conduzidos diretamente pela nossa Diretoria de Pesquisa. Temos mais três projetos em andamento que estão sendo conduzidos na nossa Diretoria Industrial, juntamente com o nosso laboratório de desenvolvimento de medicamentos.

Basicamente, temos relatos e literaturas que demonstram certa eficácia quanto à utilização do medicamento talidomida no tratamento da Covid. Somos o único produtor da talidomida no Brasil. É um contrato que temos firmado com o Ministério da Saúde. Neste ano vamos fornecer mais ou menos 5.800.000 comprimidos. Estamos fazendo um trabalho em cima de levantamento de dados, de literatura, de consultas de pessoal qualificado, de estudos para trabalharmos também essa questão da talidomida.

Outro ponto que estamos trabalhando é a questão de desenvolver internamente a hidroxicloroquina. Então, estamos trabalhando também nesse processo de desenvolvimento desse medicamento e fazendo uma análise, um estudo da viabilidade econômica, técnica de utilização desse medicamento.

Outro ponto importante também é que nós, a Funed, somos os únicos produtores no País, junto com mais dois laboratórios, ou seja, são três laboratórios públicos oficiais produtores de soros anti-peçonhentos, antitóxicos e antivirais no País. Estamos já entrando na linha de trabalho da produção de um soro anticovid. Como já temos uma expertise muito grande em produção de soro, estamos avaliando também essa possibilidade.

Há outra proposta interna que estamos avaliando. É uma proposta recente cuja implantação vamos discutir agora. Como já disse, essas amostras entram na Funed e passam por alguns laboratórios para serem processadas. Temos uma área disponível aqui, na Funed. A intenção é centralizarmos essas análises num único laboratório, que estamos chamando de laboratório de campanha, ou seja, é estruturarmos um laboratório de campanha para atendimento a essas questões da Covid.

A gente vai ganhar em transporte, em manuseio, em tempo real se a gente conseguir implementar essa proposta. É isso que eu tinha para colocar. Queria agradecer a presença de todos. Muito obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de slides.

O presidente – Muito obrigado, Maurício Abreu Santos, presidente da Funed, pela sua exposição. Com a palavra, Kátia Regina de Oliveira Rocha.

#### **Palavras da Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha**

Presidente, boa tarde. Gostaria de agradecer o convite e desejar uma boa tarde aos demais deputados participantes – tive notícia de que o presidente da Comissão de Saúde, deputado Carlos Pimenta, também se encontra conosco – e aos nossos colegas da

gestão hospitalar, da gestão de serviços de saúde, que, sem dúvida, têm enfrentado as angústias que nós, dos hospitais filantrópicos, também temos enfrentado.

Presidente, tentarei ser bem objetiva, porque trago um cenário um pouco diferente do que o que expôs o presidente da rede Fhemig em relação aos hospitais filantrópicos de Minas Gerais, que hoje correspondem a aproximadamente 316 hospitais, com um potencial de aproximadamente 25 mil leitos, ou seja, 67% de todos os leitos disponíveis ao SUS em Minas Gerais. Apesar de integrarmos o SUS em toda a sua essência, em termos de responsabilidade no atendimento – representamos 70% do atendimento hospitalar em Minas Gerais –, em relação a toda essa rede, não temos percebido, por parte do Estado de Minas Gerais, essa mesma condução de organização e de definição de papéis, de investimentos e transferência de recursos. Então, gostaria de fazer um registro aqui para a equipe da SES, principalmente nas pessoas do Dr. Darlan e do Ricardo Assis, que toda semana têm mantido diálogo com os hospitais de Minas Gerais e comigo, na Federassantas: não obstante esse esforço e alguns avanços que obtivemos aqui, em Minas Gerais, ainda precisamos avançar em relação a essa rede tão fundamental para o SUS em Minas Gerais.

Antes, até fiz questão de fazer uma fala quando nós (– Inaudível) na presidência da Assembleia Legislativa e se falou muito da tragédia que aconteceu em Brumadinho. Então, temos que estar alerta, em Minas Gerais, para que a gente não viva, com uma rede hospitalar grande como essa, capaz de atender como essa, uma tragédia de dimensões muito maiores do que as de Brumadinho; não uma tragédia por imaginarmos que houve uma contaminação excessiva e que não tivemos capacidade de atendimento.

Quero que fique bem claro, inclusive para quem estiver nos acompanhando pelo site, pelos meios de transmissão da Assembleia. Os hospitais filantrópicos do Estado tem um potencial extraordinário para colaborar com a rede pública de Minas Gerais, como poucos estados no Brasil. Todavia, o que a gente tem percebido? Estamos aí com várias notícias de recursos encaminhados pelo Ministério da Saúde: recursos que chegaram em dezembro do ano passado, recursos que chegaram em março, equipamentos de proteção individual. É preciso que a sociedade saiba que, do ponto de vista prático, nada chegou aos hospitais desses recursos de fonte federal. Inclusive estamos ansiosos – tivemos uma reunião hoje com a Secretaria de Saúde – porque, possivelmente, o plano de contingência vai indicar as instituições matrizes de Minas Gerais – os filantrópicos também – para fazer atendimento à Covid. Quais serão as instituições consideradas referências? E, mesmo as que não forem consideradas referências, qual será o papel dessas instituições?

Uma das coisas que a gente tem que deixar clara aqui é que, não obstante todo esse esforço em relação à rede Fhemig – falo isso com muita tranquilidade, porque não estamos aqui com nenhuma intenção de denegrir o papel das nossas instituições, todas são fundamentais para o SUS –, a gente tem plena consciência de que, por mais que se pense numa estrutura robusta em Belo Horizonte, é preciso lembrar que o nosso estado tem uma dimensão típica de muitos países europeus. Portanto, se todo o atendimento se concentrar em Belo Horizonte, até a logística de transporte terá que ser pensada. A gente está vendo em São Paulo, no Rio, no Ceará e no Amazonas o quanto é difícil também promover o transporte desses pacientes, trabalhando a questão até mesmo das unidades de transporte sanitário adequado.

Outro ponto que eu não poderia, nesta oportunidade, deixar de pedir aos nossos parlamentares, tanto aos da bancada estadual daqui, de Minas Gerais, mas também que a gente leve esse clamor para a bancada federal, é que o recurso de Minas (– Falha na transmissão do áudio) tem destinado e noticiado à sociedade que estão sendo direcionados aos hospitais para bancar (– Falha na transmissão do áudio) federal não tem chegado aos hospitais. Estamos com uma série de recursos de emenda, ainda do ano de 2019, sem (– Falha na transmissão do áudio) Precisamos de iniciativas, inclusive dos nossos deputados, no exercício do controle externo, para se levar essa informação, representar junto ao Ministério Público quanto ao não repasse desses valores.

Nós já tomamos providência, mandamos um documento para cada um dos deputados, para que os senhores somem força com a gente. Não estamos aqui, exclusivamente, na defesa de classes; para quem ainda não sabe, um hospital filantrópico é uma associação sem fins lucrativos; esses hospitais são fundações, são entidades braços da sociedade, estão lá, na ponta, pertinho do



cidadão. Costumo comparar muito a pulverização dos hospitais filantrópicos com a pulverização que a gente tem da Polícia Militar (– Falha na transmissão do áudio) não chega. E os nossos hospitais filantrópicos chegam ao cidadão, chegam a muitos locais onde não há estrutura pública de atendimento.

Então, hoje, por mais que se fale que o hospital "x" ou "y" é referência, todos, sem exceção, receberão pacientes suspeitos de Covid. E agente ainda não tem esse desenho nem mesmo do fluxo desses pacientes aqui, em Minas Gerais. A equipe da SES está trabalhando, está avançando, mas é o que nós dissemos hoje para eles: "O tempo resposta de tomada de decisão e de concretização de decisão, de efeito concreto, precisa mudar em Minas Gerais".

Hoje os nossos gestores hospitalares, em voz de desespero, clamavam pela remessa mínima dos recursos. Não estamos nem falando, aqui, de resolver o problema dos respiradores em Minas Gerais. Estamos falando daqueles recursos que são imprescindíveis hoje; que eles cheguem aos hospitais para que consigam sobreviver até o momento em que conseguirmos o acréscimo de recursos referentes aos respiradores e outros equipamentos que possam ampliar a estrutura dos nossos hospitais.

Queria deixar muito claro o seguinte: para quem ainda não tem muita dimensão do que significa, hoje, um hospital filantrópico, pediria a vocês, do ponto de vista do custeio, equiparar – hoje, a gente tem aqui uma autoridade da Fhemig conosco, que mais do que ninguém sabe que, hoje, parâmetros de custeio da tabela federal de procedimentos não são parâmetro satisfatório. Esse parâmetro, hoje, custa em média de 40% a 50% dos recursos hospitalares. Hoje, se você olhar a produção da rede Fhemig na tabela SUS e verificar o orçamento que ela recebe por parte do Estado, que é, absolutamente, legítimo... Não estou discutindo o valor que a instituição recebe. O que discuto é que temos uma prova concreta, dentro da rede pública, de que o financiamento federal não é suficiente.

Em Minas Gerais, temos mais um problema. Nos últimos três anos, a gente vem denunciando, a gente propôs ação civil pública, a gente solicitou o apoio desta Casa, porque o Estado de Minas Gerais, nos meados de 2016, apurou um passivo – não é nem de mínimo constitucional, não – de serviços executados e não pagos. Com os hospitais, temos um valor aproximado de R\$1.000.000.000,00. Então, gente, é inadmissível assistir a que o Estado tenha milhões e milhões depositados pelo Ministério da Saúde no Fundo Estadual de Saúde. E a gente está esperando o que para que esse recurso chegue na ponta e dê condição de sobrevivência às nossas instituições?

Quero ratificar, mais uma vez: não adianta o constituinte ter criado a figura da emenda impositiva com vinculação dos recursos que os senhores parlamentares dedicam a esses hospitais se o Executivo não concretiza o comando legal que os senhores fizeram. Então, não podemos deixar as emendas parlamentares se transformarem em peças de enfeite no orçamento. Precisamos dos senhores para que esses recursos cheguem a tempo e modo às nossas instituições.

Conclamaria, inclusive, uma maior participação dos órgãos jurídicos. A gente tem aí um clamor também à Advocacia-Geral do Estado, para que a gente olhe, do ponto de vista jurídico, para a área da saúde, para a área hospitalar (– Falha na transmissão do áudio), nos últimos 30 anos, com uma falta de política adequada, com uma falta de definição de financiamento tripartite – da União, do Estado e do município. Enfim, se a gente tiver, realmente, nesta legislatura, todo o movimento dos nossos deputados estaduais, nós ainda teremos a chance de construir essa base legal, que não existe, em Minas Gerais, para dizer qual o papel do Estado no financiamento da atenção hospitalar, porque, agora, nesta pandemia, mais do que nunca – não vamos jamais nos esquecer da relevância da atenção primária –, a gente percebe o quanto a rede hospitalar é fundamental, o quanto é importante que ela esteja sustentável, forte, com profissionais bem remunerados, com as suas obrigações fiscais em dia, senão, além da catástrofe gerada pela Covid, vamos ter a catástrofe pelo subfinanciamento. Quero ter a tranquilidade. Por isso, a gente tem mandado muito documento, temos conscientizado o Ministério Público (– Falha na transmissão do áudio) federal, porque, amanhã, quando o pior, se Deus nos livre e guarde, a gente não conseguir evitar, acontecer, nós não estaremos sozinhos, denunciando o que vem acontecendo. Não obstante – temos técnicos, vou repetir isso, brilhantes na Secretaria da Saúde –, precisamos de uma engrenagem que faça a máquina

pública funcionar, no Poder Executivo, de uma maneira mais rápida, em situações de calamidade pública, como os senhores também já ratificaram, que estamos vivendo em Minas Gerais. Não dá para trabalhar num estado de calamidade pública como se estivéssemos em tempos de normalidade. Em tempos de normalidade, em Minas Gerais, a situação já é dramática, o que dirá numa situação como esta.

Então, os hospitais filantrópicos estão à disposição da sociedade mineira, têm potencial para atender, têm potencial de, muitas vezes, suprir e afastar a necessidade de criação de hospitais de campanha, que, na minha opinião, podem ser pensados, sim, não são de todo dispensáveis. Mas o próprio Conselho Nacional de Justiça deu este recado para nós: que os gestores públicos avaliem primeiro toda a sua capacidade de atendimento, inclusive da rede privada com fins lucrativos. E a gente precisa, agora, realmente, entender que a saúde brasileira, que a saúde no mundo não se faz em caixinhas do público e do privado, porque, quando estamos diante de uma pandemia como esta, não interessa se é advogado, não interessa se é político, não interessa se é rico, se é pobre, se é juiz ou se é promotor. Todos nós estamos no mesmo barco. O leito de UTI que faltar amanhã faltará para todos nós.

Então, clamo aos senhores que unam forças, que nos ajudem a fazer essa engrenagem em Minas Gerais funcionar, porque disposição, capacidade de gestão os nossos hospitais têm. Mas eles precisam ser tratados da mesma maneira que outras instituições que atendem o SUS, porque nós somos o SUS, de maneira idêntica às demais instituições.

O presidente – Muito obrigado pela participação da presidente da Federassantas, Kátia Regina de Oliveira Rocha. Com a palavra, o deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, para as suas considerações e questionamentos.

#### **Palavras do Deputado Carlos Pimenta**

Meu caro presidente Agostinho Patrus, na sua pessoa, quero cumprimentar o deputado Antônio Carlos Arantes, que está aqui presente, o deputado Tadeu Martins Leite e os deputados e as deputadas que estão participando remotamente desta reunião.

Vou procurar ser bem objetivo, presidente, porque, além dos meus questionamentos, também tenho aqui os questionamentos que me foram encaminhados pelo deputado Gustavo Valadares, do Bloco Sou Minas Gerais, aos nossos convidados, que nos proporcionaram este momento com palestras bem claras, bem tranquilas e nos mostraram claramente uma fotografia do que acontece hoje em Minas Gerais, principalmente quando a gente sabe que, daqui a alguns dias, no princípio do mês que vem, nós devemos ter aí uma exacerbação do quadro e o pico da Covid, do coronavírus, dessa pandemia aqui, em Minas Gerais.

Em primeiro lugar, presidente, antes de fazer os questionamentos, quero passar às mãos de V. Exa. um requerimento assinado por mim e pelo deputado Tadeu Martins Leite, encaminhando uma série de solicitações do Ministério Público, do Dr. João Batista, promotor de Brasília de Minas, que está muito preocupado, e com muita razão, uma vez que a cidade é sede de uma microrregião e já temos, naquele município, vários casos oriundos de cidades vizinhas, principalmente São Francisco. Lá nós temos um CTI praticamente instalado, precisando de equipamentos. Então, quero, neste momento, cumprimentar o Dr. João Batista pelo cuidado, pelo zelo, pelo trabalho que faz com muita responsabilidade.

Pode ter certeza de que esses requerimentos nas mãos do presidente ele estará encaminhando, oficialmente, ao governador do Estado e ao secretário de Saúde, solicitando que esses equipamentos sejam enviados urgentemente ao Município de Brasília de Minas.

Passarei agora a algumas intervenções minhas, como médico e presidente da Comissão de Saúde e, em seguida, farei os questionamentos dos senhores deputados.

Primeiro, quero trazer os meus cumprimentos ao Dr. Fábio aqui presente, presidente da Fhemig, uma rede de hospitais do nosso estado muito importante e que, hoje, sem dúvida alguma, é referência e, como ele próprio disse, está apta, preparada para atender 50% dos casos de Covid que porventura venham a ocorrer aqui, em Minas Gerais.

Quero dizer, Dr. Fábio, da minha preocupação com a rede Fhemig. Obviamente, a gente sabe que é uma pandemia de um vírus absolutamente desconhecido; ninguém sabe o alcance – quando a gente fala ninguém, é ninguém mesmo –, no mundo todo, dessa epidemia, haja vista que, na China, já está ocorrendo caso de re-infestação da Covid. Espero que a rede Fhemig possa estar preparada.

A primeira pergunta é sobre a capacidade instalada. Assisti ao pronunciamento, à exposição de vossa senhoria aqui, na Assembleia, e fiquei muito feliz com a informação de que a Vale está contribuindo com recursos importantíssimos para aumentar essa capacidade instalada, tanto de leitos de retaguarda, leitos hospitalares, quanto de CTIs. Vamos ter aí um aumento substancial do número de CTIs. Gostaria de saber o seguinte: essa capacidade projetada, essa capacidade que está sendo montada está dentro da expectativa do que vamos ter aqui, em Minas Gerais?

A segunda pergunta é com relação aos EPIs. O senhor disse que, até o momento, não faltou nenhum EPI. A gente sabe que o governo do Estado tem feito um esforço enorme, o governo Zema tem feito um esforço sobre-humano, o secretário Carlos Eduardo tem feito um trabalho excepcional. Mas gostaríamos muito que as pessoas que estão trabalhando na linha de frente estivessem protegidas. São quase 15 mil infecções, contágios do coronavírus por parte do pessoal da área de saúde no Brasil. São mais de 100 mortes só de enfermeiros.

A segunda pergunta, o segundo questionamento é para o Dr. Maurício Abreu, presidente da Funed, que ficou tanto tempo sucateada. Lembro-me de que, no governo passado – também era presidente da Comissão de Saúde –, alertávamos para o sucateamento da Funed, um órgão importante, um órgão que já teve momentos áureos, momentos importantes e ficou, praticamente, quatro anos sem reconhecimento e investimento. A Funed tem, hoje, o seu papel muito importante: é responsável pelo resultados de exames.

A primeira pergunta ao Dr. Maurício: a gente sabe que Minas, hoje, é um dos estados que tem o menor número de testagem entre quase todos os estados brasileiros. Nós queremos saber o que a Funed pode fazer para mudar todo esse panorama, toda essa situação.

O segundo questionamento ao Dr. Maurício é com relação ao treinamento dos laboratórios. Nós vimos aqui que a Funed tem o seu laboratório, e há outros que estão em fase de adaptação, especialmente o laboratório da Unimontes, em Montes Claros, que está todo preparado, com os equipamentos todos adquiridos, doados por empresas locais. Mas faltam treinamento do pessoal e os insumos para que ele possa fazer os exames de todo o Norte de Minas. Então, queremos saber quando esses laboratórios estarão funcionando e quando receberão os insumos.

O terceiro questionamento é para a Dra. Kátia Regina, presidente da Federassantas. Queria abrir um parêntese, presidente, para dizer que está aí uma mulher de garra, preparada, que não abaixou a cabeça, em nenhum momento, no governo passado. Lutou bravamente para que o então governo Pimentel não sucateasse a rede de hospitais filantrópicos e santas casas. A Dra. Kátia é uma pessoa por quem tenho a maior admiração.

A primeira pergunta, Dra. Kátia, é com relação aos recursos do governo federal que foram anunciados. São R\$2.000.000.000,00 para as santas casas. Quero saber se o dinheiro já chegou.

Gostaria de saber também se o Estado ainda deve à Federassantas, às santas casas de Minas Gerais, porque não é possível, num momento igual a este... Tiro como exemplo a Santa Casa de Montes Claros, tão bem administrada pelo Dr. Maurício, vice-presidente da Federassantas, que precisa muito de um aporte de recursos emergenciais. As santas casas não estão fazendo os tratamentos eletivos, os tratamentos programados. Com isso, tiveram um prejuízo muito grande. Só a de Montes Claros está, hoje, amargando um prejuízo de mais de R\$6.000.000,00, talvez mais. Queria saber o que está sendo feito para corrigir tudo isso.

São os meus questionamentos, presidente. Se o senhor me permitir, farei a leitura das perguntas do Bloco Sou Minas Gerais, encaminhadas pelos deputados Bartô, Celise Laviola, Dalmo, Laura Serrano, Antonio Carlos Arantes, aqui presentes, Betinho

Pinto Coelho, Bosco, Fábio Avelar, Guilherme da Cunha, Gustavo Mitre, Gustavo Valadares, João Leite, Luiz Humberto Carneiro, Noraldino Júnior, Professor Wendel Mesquita, Raul Belém, Roberto Andrade e Tito Torres.

À Federassantas: "As santas casas e os hospitais filantrópicos de Minas Gerais são responsáveis por cerca de 70% dos leitos hospitalares do SUS. Qual é a taxa de ocupação desses leitos para os casos de coronavírus e como as instituições têm se equipado para receber novos pacientes?"

Segunda pergunta: "Qual é a perspectiva da Federassantas a respeito do momento adequado para ampliar a testagem em Minas Gerais?"

A terceira pergunta: "Vale dizer qual a repercussão da eventual opção equivocada quanto ao momento dessa ampliação?"

À Fhemig, aqui presente, são três perguntas. A primeira pergunta: "Como a Fhemig enxerga a situação com relação aos profissionais de saúde que precisam ser testados? Há vários indícios, várias denúncias de que pessoas estão trabalhando contaminadas pelo coronavírus. Queremos saber o que a Fhemig pode fazer pelos seus funcionários."

Segunda: "A Secretaria de Saúde informou sobre a criação de uma central de distribuição de EPI para os hospitais da rede pública de saúde do Estado. Essa central está funcionando? Existe algum ponto que precisa ser melhorado?"

Terceira pergunta, à equipe médica do Hospital Galba Veloso: "Atualmente, a saúde mental mineira não possui uma central de leitos *on-line*, já para pacientes clínicos a plataforma SUS Fácil atua na regulação da oferta e demanda de leitos. Existe alguma perspectiva de incorporar o SUS Fácil nos hospitais psiquiátricos do Estado?"

Ao Dr. Maurício, da Funed: "A Funed já autorizou vários laboratórios a realizar os testes Covid-19, mas sabe-se que esses testes ainda têm um custo elevado. Existem problemas na importação dos insumos para a sua realização?"

Segunda: "Qual a porcentagem de insumos para testes da Covid que a Funed tem importado? Esses insumos são importados de quais países? E a confiabilidade deles?"

Terceira pergunta: "Qual é a perspectiva da Funed a respeito do momento adequado para ampliar a testagem, em Minas Gerais, para a sociedade em geral?"

Mais duas perguntas: "O programa Minas Consciente possui como uma das premissas o monitoramento constante dos dados epidemiológicos do coronavírus. Como a Funed está se planejando para manter esse acompanhamento regular, de maneira a subsidiar as tomadas de decisões sobre avanços ou recuos no retorno das atividades?"

Última pergunta: "O nosso maior problema são as notificações devido à demora dos resultados dos exames. Não seria possível e apropriado que, em conjunto com as universidades, pudéssemos unir estrutura e profissionais de qualidade para oferecer a realização e resultado dos exames para detectar a Covid-19 em todas as cidades-polo do nosso estado, facilitando a realização e agilidade dos resultados?"

Essas são as perguntas do Bloco Sou Minas Gerais. Agradeço, presidente, a realização desta importante reunião. Tomara que as coisas continuem a acontecer da forma como vêm acontecendo: com muito esforço da sociedade, mas também com muito esforço do governo do Estado, do Sr. secretário de Saúde, para que Minas pudesse estar nesse patamar em relação aos estados importantes. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. Cumprimento, na sua pessoa, todos os membros efetivos e suplentes da comissão.

Quero registrar também a presença remota das deputadas Celise Laviola, Beatriz Cerqueira, Laura Serrano e Ana Paula Siqueira. Temos também a presença dos deputados Glaycon Franco; Tito Torres; Arlen Santiago; Bartô; Guilherme da Cunha; João Leite; Leonídio Bouças; Marquinho Lemos; Mauro Tramonte; Thiago Cota; Osvaldo Lopes; Léo Portela; Carlos Henrique; Doorgal Andrada; Professor Irineu e Roberto Andrade.

**Debate**

O presidente – Com a palavra, para as respostas, o presidente da Fhemig, Sr. Fábio Baccheretti Vitor.

O Sr. Fábio Baccheretti Vitor – Quero agradecer as perguntas do Dr. Carlos Pimenta. Então, vamos lá. Sobre a capacidade instalada...

Antes, queria aproveitar, depois da fala da Kátia, para dizer que sou do corpo clínico da Santa Casa de Belo Horizonte e sei da importância das santas casas, em especial a de Belo Horizonte. Junto ao Guilherme Riccio, meu colega, hoje diretor técnico nesse planejamento de combate à Covid, queria deixar claro que as santas casas, sem dúvida nenhuma, são muito importantes.

Em relação ao dado de 50%, é nas cidades em que há hospitais da Fhemig, em leitos exclusivos de Covid. Não queria, de forma alguma, diminuir o tamanho das santas casas, a importância e a relevância delas. Obviamente, por a Fhemig ser do Estado, em relação ao orçamento, ficamos mais tranquilos ao planejar uma resposta não tão sob demanda, mas, sim, na expectativa do atendimento. Então, a gente conseguiu reduzir cirurgias eletivas para que a gente possa deixar os nossos leitos à espera do paciente, e isso, obviamente, nos hospitais filantrópicos, não pode acontecer, porque eles não têm um orçamento próprio do Estado e precisam sobreviver pelo que produzem, e a tabela, como a Kátia falou, é extremamente abaixo dos custos operacionais dos hospitais. Então, queria deixar claro isso. Sou do corpo clínico da santa casa e sei da importância desses hospitais.

Sobre a capacidade instalada, hoje, a gente tem – o nosso foco sempre vai ser CTI – 80 leitos de terapia intensiva já instalados, com a taxa de ocupação, hoje, de cerca de 60%. E a gente consegue, de forma imediata, ampliar esses leitos, porque já temos equipamentos e a equipe aguardando aumento da demanda, que pode acontecer a qualquer momento. Todo mundo viu que a Covid não perdoa nenhum planejamento. Essa é a vantagem de Minas Gerais estar com essa curva achatada. Todo o nosso planejamento, a execução das nossas expansões estão sendo anteriores à chegada do paciente, e isso é muito bom para a gente.

Com os recursos da Vale, na primeira semana de junho, a menos de um mês, a gente deve abrir os doze novos leitos de terapia intensiva no Eduardo de Menezes, assim como um tomógrafo novo – sou radiologista –, que é fundamental no diagnóstico da Covid.

Em relação aos EPIs, já respondendo à pergunta do Dr. Carlos e do Bloco Sou Minas Gerais, essa central de distribuição do gabinete, a Fhemig, é uma fundação que tem o seu próprio planejamento. É uma central de distribuição aos hospitais públicos e privados do Estado e dos municípios. A gente faz uma compra separada, com estoque separado. A gente faz um controle de estoque rigoroso dentro dos 20 hospitais da Fhemig, e o Estado faz um controle também de distribuição. Ainda estão chegando os EPIs, mas é uma distribuição para todos os municípios do Estado. Então, o nosso planejamento é um planejamento como uma fundação hospitalar, como qualquer hospital, na compra separada desse estoque centralizado, no Estado. Como falei, a gente não está tendo nenhuma falta de EPI, em nenhum momento, desde o início da pandemia. O que existe é um controle rigoroso de estoque, para não haver desperdício. E a gente até utiliza todos os protocolos da OMS, da Secretaria de Estado de Saúde, do Ministério da Saúde. Nós temos um protocolo baseado nesses.

E, no Eduardo de Menezes, que é um hospital 100% Covid, a gente foi mais permissivo no uso da máscara N95, que era, pelo protocolo, obrigatória nos leitos de terapia intensiva. Mas expandimos para todo o hospital, até para o setor administrativo, uma vez que o hospital, hoje, é 100% Covid.

Os testes, a gente tem um ambulatório, então, que testa, no Eduardo de Menezes, todos os funcionários suspeitos, com síndrome gripal, e os contatos de casos confirmados. Então, há uma triagem por teleconsulta e, a partir daí, se houver critério, a pessoa vai ao Eduardo de Menezes, onde faz-se o seu swab e um acompanhamento ambulatorial.

Em relação ao Hospital Galba Veloso – eu apresentei –, o papel dele é fundamental na retaguarda dos hospitais que estão abrindo leitos para a Covid. É uma proposta da Fhemig para o município. A gente tem que lembrar que, na organização da saúde, o gestor pleno é o nosso contratante, então a gente presta assistência ao gestor pleno. O Galba Veloso e o Raul Soares são institutos

vinculados a BH, Belo Horizonte, e foi proposto por nós uma regulação do paciente de saúde mental, para que haja uma fila única para todo o Estado e a gente possa dar todo o atendimento a essas doenças psiquiátricas de forma equânime em toda Minas Gerais. Então, é realmente uma proposta interessante. Como não há muitos leitos exclusivamente psiquiátricos no País, não é uma regulação muito comum, mas a gente pensa que é o caminho fundamental e já está em discussão como o Município de Belo Horizonte para a implementação dessa central de regulação. Obrigado.

O presidente – OK, muito obrigado. Vamos ouvir agora o presidente da Funed, Sr. Maurício Abreu Santos, para as respostas.

O Sr. Maurício Abreu Santos – Eu anotei as perguntas aqui e, como a maioria delas tem foco bastante direcionado para a questão dos insumos e perspectivas, vou pedir que a Dra. Marluce, que é a nossa diretora do Lacen, subsidie algumas dessas respostas aqui. Então, eu vou passar a palavra para a Dra. Marluce, para ela entrar com as respostas, conforme elas foram colocadas aqui, na ordem de apresentação.

A Sra. Marluce Aparecida Assunção Oliveira – Boa tarde a todos. A primeira pergunta que foi feita é: "A Funed já autorizou vários laboratórios a realizar os testes de Covid. Mas sabe-se que esses testes ainda têm um custo elevado e existem problemas na importação dos insumos para a sua realização. A Funed tem realizado algum estudo no sentido de desenvolver testes com custos mais baixos e com insumos nacionais?". No laboratório de análises, especificamente, devido à demanda, não só de Covid, mas entre "n" outras, nós não estamos com tempo para ficar, de fato, investindo nesse tipo de pesquisa neste momento. Mas nós temos, na instituição, a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento, em que, a partir do momento que conseguimos fazer o isolamento de algumas amostras de Covid, estamos trabalhando o desenvolvimento de alguns outros métodos de diagnóstico para tentar buscar uma resposta mais rápida e, com certeza, financeiramente mais viável. É o que nós estamos fazendo.

A segunda pergunta questiona: "Qual a porcentagem de insumos para testes da Covid que a Funed tem importado?". Na verdade, nós estamos utilizando os insumos que são fornecidos pelo Ministério da Saúde. A maioria dos reagentes vêm via Ministério da Saúde e, até hoje, nós utilizamos alguns kits que vieram via Manguinhos, no Rio de Janeiro, via Instituto de Biologia Molecular do Paraná; tivemos também alguns kits utilizados da Integrated DNA Technologies – IDT – e alguns que vieram de Hong Kong. Independentemente do país de onde esses kits vêm, todo kit que dá entrada na Funed passa por uma verificação. Nós não fazemos a validação porque ela é uma atribuição do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde – INCQS – no Rio de Janeiro, mas nós fazemos uma avaliação de todos os kits que são colocados na nossa rotina, ou seja, a gente utiliza esses kits diante de um painel que nós já temos e verificamos a concordância desses kits, a sensibilidade e a especificidade deles antes de introduzi-los na nossa rotina. Então, esse é o nosso procedimento com relação a todos os insumos que são utilizados nesse diagnóstico.

Com relação à confiabilidade. Na verdade, é o que fazemos. Nós avaliamos e verificamos se ele está em condições de uso, se tem uma sensibilidade e uma especificidade que dê uma resposta confiável. É o que nós estamos fazendo desde o início.

"Qual é a perspectiva da Funed a respeito do momento adequado para ampliar a testagem em Minas Gerais para a sociedade em geral?" No momento, nós continuamos utilizando o método molecular de diagnóstico, que é o *Real Time* PCR – RT-PCR tempo real. Então, o que acontece? A princípio, esses critérios de coleta são firmados juntamente com a Secretaria Estadual de Saúde. Então, foram feitos os critérios para a coleta de amostras, que seriam então testadas, devido, sim, à condição de atendimento dessa demanda.

A partir da obtenção da abertura de alguns equipamentos via Ministério da Saúde... Vou dar um exemplo: nós utilizamos um equipamento da Abbott, que é chamado m2000, que foi aberto tanto para extração automatizada quanto para amplificação, e cada equipamento nos dá quase mil amostras/dia. Então, nós estamos com esses equipamentos abertos, porque até então eles eram utilizados para HIV e hepatite, e estamos aguardando o insumo via ministério. Isso vai gerar uma produtividade bem maior, uma vez

que esses equipamentos estão abertos. Então, isso é bem interessante para nós com relação a aumentar essa demanda desse diagnóstico.

Quando a gente fala de testagem ampliada, isso vai estar relacionado também aos critérios. Até então, está-se muito voltado a coletar amostras de indivíduos sintomáticos, mas a ideia é que se faça uma testagem ampla mesmo, em massa, da população.

Para isso também têm sido introduzidos os testes rápidos. A Funed, como é um laboratório de referência estadual, não trabalha diretamente com assistência. Os testes que têm a metodologia para testes rápidos são utilizados na assistência, ou seja, ficam dentro do hospital, mais perto do paciente. Então, esse tipo de método, teste rápido, não é utilizado no Lacen. Essa metodologia é imunológica, diferente da que a gente utiliza, que pega a doença mais no início, detecta a infecção mais no início da doença. A imunológica detecta a infecção num curso mais adiante. Então, a gente tem aí o nosso, que vai detectar a doença até o sétimo dia, mais ou menos, até 10 dias, e o imunológico, que começa a partir da primeira semana de doença para a frente. Então, são métodos que não se substituem, mas se completam. Vai depender do estágio da doença do indivíduo ou do contágio, porque não necessariamente o indivíduo infectado vai demonstrar sintomatologia, demonstrando que está doente.

A quarta pergunta é: "O programa Minas Consciente possui como uma das premissas o monitoramento constante dos dados epidemiológicos de coronavírus. Como a Funed está se planejando para manter esse acompanhamento regular de maneira a subsidiar as tomadas de decisão sobre avanço ou recuo no retorno das atividades?". Na verdade, o que a gente faz? A gente tem dentro da rede laboratorial um sistema, que é o Gerenciamento de Ambiente Laboratorial, que a gente chama de GAL, que é instalado no Estado todo – no Brasil todo, mas especificamente falando de Minas Gerais –, de onde vem toda a nossa demanda. Ela passa por esse sistema, assim como toda entrada e toda saída de resultado. Para nós, essa é a ferramenta de monitoramento dos nossos resultados, do que tem ocorrido, e esses dados desse sistema são, todos os dias, reportados constantemente ao Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde, que é o Cievs do Estado. Então, a partir daí, nós conseguimos obter todas as informações de como está sendo o comportamento, a distribuição, a disseminação desses casos positivos ou não no Estado. É, principalmente, através dessa ferramenta que a gente utiliza que subsidiamos inclusive a própria Secretaria com informações.

A quinta pergunta é: "Nosso maior problema são as notificações, devido à demora dos resultados dos exames. Não seria possível e apropriado que, em conjunto com as universidades, pudéssemos unir estrutura e profissionais de qualidade para oferecer a realização e resultados dos exames para detectar a Covid-19 em todas as cidades-polos do nosso estado, facilitando a realização e agilizando os resultados?". É exatamente isso que tem sido feito – não é? – juntamente com a Secretaria de Vigilância em Saúde e também com a Secretaria de Regionalização. Nós estamos olhando para o Estado de Minas Gerais e identificando exatamente as universidades, os laboratórios, sejam regionais, os laboratórios públicos das regiões que têm essa expertise, porque esse diagnóstico não é simples. A gente diria que é um diagnóstico de tecnologia de alta complexidade. Então, não vai ser qualquer lugar que estará executando esse tipo de exame. As faculdades, sim. Por causa da pesquisa, eles têm uma certa expertise com esse diagnóstico. Então, é exatamente isso que está sendo feito por essas duas subsecretarias em conjunto com a Funed, olhando para o Estado e tentando colocar esse diagnóstico o mais próximo possível das regiões, dos pacientes daquela região. Então, é isso que tem sido feito. Só que nós estamos avançando, porque temos que habilitar esses laboratórios para a análise clínica, que é um pouco diferente da pesquisa. Esse é o trabalho que a gente vem fazendo juntamente com a Secretaria, um eixo laboratorial, que está na Secretaria de Vigilância em Saúde. E a ideia é realmente esta: levar o diagnóstico o mais próximo possível do paciente nas regiões, para que a gente tenha uma resposta em tempo oportuno, tanto para o paciente, mas, principalmente, para a sociedade como um todo, na questão de as pessoas estarem isoladas e até mesmo pela questão econômica, para recompor os quadros de trabalho.

Estamos à disposição. Agradeço a oportunidade. Gostaria só de falar mais uma coisa aqui: com relação ao tempo de exame, como eu disse, não é um exame que se faz rápido. Ele tem etapas. A gente está até tentando esboçar esse fluxo, para ficar mais claro, para que todos entendam que não é um diagnóstico simples. Quando há uma demanda muito grande e há prioridades, realmente nem

todas as amostras vão sair ao mesmo tempo. Nós temos amostras que saem no mesmo dia e temos amostras que saem em três dias, em até quatro dias. Então, isso é muito relativo. A partir do momento em que há um aumento de demanda, é evidente que, se você não consegue responder a 200, 1.000, 10.000 20.000, o tempo vai se tornar diferente. A ampliação tem que ser exponencial como a demanda, e normalmente não é. Mas eu entendo que a gente hoje ainda está numa situação boa com relação a diagnóstico, principalmente depois que nós ampliamos as nossas redes e ampliamos a capacidade de diagnóstico, juntamente com os laboratórios parceiros, colaboradores. Obrigada.

O presidente – Muito obrigado à Sra. Marluce Oliveira. Já respondeu também o Sr. Fábio Baccheretti Vitor, e vamos agora passar a palavra à Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha, para as respostas às indagações. Com a palavra, a Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha.

A Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha – Muito obrigada. Vamos lá pelas perguntas. A pergunta começa dizendo a respeito desse percentual de 70% de atendimento, que, de fato, nós fazemos em relação à questão hospitalar em Minas Gerais. Algo que é imperioso aqui destacar... E aproveito para agradecer, Dr. Fábio, pela sua fala. Dá um conforto enorme saber que o senhor entende bem a realidade dos nossos filantrópicos, principalmente estando no maior hospital filantrópico de Minas Gerais, que é a Santa Casa de Belo Horizonte. Enquanto nós falávamos aqui, eu fazia um comparativo de produção entre a Santa Casa de Belo Horizonte e os demais prestadores hospitalares a serviço do SUS em Belo Horizonte, o que nos dá uma dimensão do que significa uma instituição filantrópica, especialmente do porte da Santa Casa de Belo Horizonte, aqui, em Minas Gerais.

Quanto a essa taxa de ocupação de leitos, é importante dizer que, tão logo a gente teve a declaração da transmissão comunitária em Minas – e não só em Minas, mas no Brasil todo –, houve uma definição, por parte do Estado de Minas Gerais, de suspender as cirurgias eletivas, com duas perspectivas – e isso é importante ficar claro. Uma das perspectivas da suspensão das cirurgias eletivas era para economizar consumo de materiais, insumos, porque nós vivemos um período dramático de falta desses insumos. Então, a economia deles com a não realização de procedimentos eletivos foi fundamental.

O Ministério da Saúde, por sua vez, pensou algo, Dr. Fábio, muito interessante. Por quê? Ele estabeleceu que, neste período da pandemia, as nossas instituições, ao invés de receber pela velha lógica de produção, tivessem valor orçamentado, olhando do retrovisor, com base naqueles valores já contemporizados em outros tipos de metas. Todavia, a gente precisa lembrar que esses valores já refletem uma defasagem, não é? Como eu disse, o próprio Ministério da Saúde reconhece que só paga 50% da conta, ou seja, os outros 50%, se o Estado ou o ente público municipal não pagarem, somam-se ao prejuízo que as nossas instituições hospitalares filantrópicas vêm acumulando nos últimos anos. Então, sob essa perspectiva, nós tivemos essa importante iniciativa do Ministério da Saúde. E tivemos várias iniciativas do Ministério da Saúde em Minas Gerais.

Outra importante iniciativa foi remunerar os leitos de UTI para a Covid, pelo patamar de R\$1.600,00 a diária. Só para vocês terem ideia, gente – e esse é um dado relevante para avaliarmos o nosso desempenho em Minas Gerais –, em todo o Brasil, o Ministério da Saúde habilitou, até a data de ontem, 3.810 leitos de UTI. Em Minas Gerais, sabem quantos nós tivemos de leitos habilitados? Cinquenta e cinco, ou seja, 1,44% dos leitos no Brasil é que foram habilitados em Minas Gerais. E quem quer saber por quê? Porque nós, ainda, aqui, em termos de gestão pública estadual, não conseguimos fazer todo o arranjo de construção desse plano de contingência, que traz as instituições que serão referência para os atendimentos. Então, para um estado, como nós já bem sabemos – agradecendo também a palavra do deputado Carlos Pimenta, que acompanha há anos a minha luta –, que vive dificuldades econômico-financeiras, é importante que se busquem os recursos federais, que estão disponíveis e que foram pensados para fazer frente a este novo momento de gastos.

E outra coisa lamentável, gente – eu não posso deixar de falar sobre isso: perguntaram sobre a questão da dívida do Estado para com os hospitais. O Estado deve, em média, ainda, em torno de R\$1.000.000.000,00 para os hospitais de Minas Gerais – lembrando que isso começa na gestão anterior à do governador Romeu Zema. Por mais que a gestão atual tenha se esforçado para



tentar pagar os valores atuais, a gente sabe que, em qualquer gestão, seja pública ou privada, não se apaga passado. Passado tem consequência, ainda mais na área da saúde. E, agora, para complicar a nossa história, vocês estão vendo aí as grandes dificuldades de aquisição de insumos – não é? –, o quanto que os EPIs estão mais caros. O Estado de Minas Gerais, ao invés de fazer um regime, seja de compensação de crédito e débito com os hospitais, resolveu, abra aspas, "vender" equipamento de proteção individual para os hospitais filantrópicos do Estado. Pasmem! Eu creio que atitudes como essas revelam desrespeito, gente. Vender equipamento de proteção individual para uma rede que é 70% SUS em Minas Gerais? Poxa! Ou, então, se quer trabalhar a lógica de indenização, para que os órgãos de controle depois não venham a criar caso, trabalhem com a lógica de compensação. Ora, se ele deve R\$1.000.000.000,00, compense aí R\$200.000.000,00 em equipamentos de proteção individual.

Então, outro problema que nós temos aqui: chegou, em média, no Fundo Estadual de Saúde de recurso federal, aproximadamente – estou fazendo uma conta rápida –, R\$150.000.000,00. Perguntem: "Esse dinheiro chegou aos hospitais?" Não.

O presidente – Muito obrigado pelas palavras.

Vamos ouvir agora o deputado Doutor Wilson Batista, vice-presidente da Comissão de Saúde, para suas considerações e questionamentos. Com a palavra, o deputado Doutor Wilson Batista.

O Doutor Wilson Batista – Boa tarde, presidente Agostinho Patrus. Boa tarde, meu caro presidente Carlos Pimenta e todos os nobres deputados e deputadas da Assembleia Legislativa. Gostaria também de (– Falha na transmissão do áudio) todos os convidados de hoje nesta importante reunião, momento oportuno para debatermos as questões hospitalares do Estado de Minas Gerais.

Eu faço coro (– Falha na transmissão do áudio) com as palavras da Kátia, que está aí, no dia a dia, acompanhando todas as angústias dos hospitais filantrópicos de Minas Gerais, que, como ela disse, atendem 70% dos pacientes do Sistema Único de Saúde. Agostinho, uma coisa que me assusta muito é que o sistema hospitalar é que trata todas as doenças, não só a Covid, mas milhares e milhares de outras doenças que também têm uma mortalidade alta. E o que estranho é que os investimentos que são para estruturar o atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde, até mesmo em um momento como este, em que se faz necessário estruturar adequadamente os hospitais, não estão indo para eles. Isso é um absurdo! Eu chego até a pensar que eles acham que não são os hospitais que tratam as doenças, que os pacientes devem procurar outras instituições. Mas a gente sabe que paciente nenhum se trata fora de um hospital e que a principal ferramenta hoje para reduzir a mortalidade por esta pandemia é a estruturação dos hospitais: ter hospitais adequados, com equipes, com leitos suficientes, com leitos de UTI, capazes de receber o paciente na fase inicial, na fase intermediária e na fase avançada e tratar adequadamente todos esses pacientes. A gente sabe que a doença está se demonstrando tratável, mas é importante que o hospital esteja estruturado, capaz de atender esse paciente e proporcionar a ele um atendimento oportuno, precoce, efetivo e curá-lo. Eu acho que esse deveria ser o foco do investimento hoje (– Falha na transmissão do áudio). E deixar (– Falha na transmissão do áudio) de estruturação dos hospitais. Nós não podemos passar anos e anos convivendo com as mesmas lamentações: que os hospitais encontram-se sucateados, com dívidas a receber do Estado, com dívidas a receber dos municípios. Então, já passou da hora de a gente poder colocar em dia todos esses pagamentos aos hospitais, para que eles estejam (– Falha na transmissão do áudio), senão nós iremos ultrapassar esta pandemia e lamentar no futuro um legado de investimentos altíssimos e nada de melhor, nada para deixar os hospitais em melhores condições para a nossa geração futura.

Então, Agostinho, eu fico extremamente preocupado de ver noticiar, a cada momento, recursos federais volumosos sendo destinados aos estados e aos municípios, a (– Falha na transmissão do áudio) região recebendo R\$10.000.000,00, R\$15.000.000,00, R\$5.000.000,00, e os hospitais desses municípios sem receber um centavo. O Hospital São Paulo, por exemplo, aqui, em Muriaé, deixou um andar com 40 leitos disponíveis para o tratamento de pacientes com coronavírus, deixou uma UTI quase que exclusiva para tratamento dos pacientes da pandemia e não recebeu nenhum recurso. As emendas parlamentares da bancada estadual e dos deputados federais do ano passado ainda não foram pagas aos hospitais. Então, o hospital está deixando de arrecadar, porque ele está de (– Falha

na transmissão do áudio) atendimento à rede particular, à rede de convênios. Ele está arrecadando menos e não está recebendo nem o que já era repasse obrigatório, emendas que já foram recebidas pelo governo do Estado. Então, é muito preocupante.

Quero é chegar lá, no futuro, e estarmos (– Falha na transmissão do áudio) de notícias alarmantes, de contratos que os municípios fizeram, (– Falha na transmissão do áudio) em decorrência do estado de calamidade ou reconhecimento de calamidade pública. Muitos (– Falha na transmissão do áudio) estão recebendo recursos importantíssimos e pode ser que não deixem nenhum legado para a estrutura (– Falha na transmissão do áudio) desse município. Vamos, sim, verificar no futuro que inúmeros desses contratos foram superfaturados, um desperdício importantíssimo do dinheiro público.

Nós assistimos no passado, R\$25.000.000.000,00 serem gastos com a Copa do Mundo no Brasil e nenhum legado foi deixado para a sociedade. Foram R\$8.000.000.000,00 só em estádios, e estádios que sequer realizaram uma partida de futebol. Então, muitos municípios hoje podem estar recebendo importantes recursos e os hospitais permanecerem sucateados, como já está há anos a rede hospitalar do Estado de Minas Gerais – e a Kátia Rocha é testemunha disso, de hospitais que têm bilhões, R\$1.000.000.000,00 para receber do Estado e que ainda não foi pago. Imaginem os hospitais sobrevivendo às custas de (– Falha na transmissão do áudio) da sociedade, profissionais que não recebem em dia, médicos, enfermeiros, todos esses profissionais de hoje, que trabalham porque não querem ver o hospital da sua cidade fechado.

Então, Agostinho, é o momento de a gente pensar e flexibilizar também, juntamente com o governo do Estado, para que essas emendas, mesmo em anos eleitorais, possam ser encaminhadas para os hospitais e não só para os municípios. Por quê? Se interpretam que esse recurso, indo para algum hospital, pode sugerir um desequilíbrio no pleito eleitoral deste ano, se for para a prefeitura, eu acredito que o desequilíbrio de pleito eleitoral (– Falha na transmissão do áudio). Então, são algumas interpretações da Advocacia-Geral do Estado que não me convencem. Eu acho que nós temos, sim, que estruturar os hospitais, estruturar o atendimento para que os hospitais atendam todos os doentes, não só de Covid, mas de todas as outras doenças que têm uma mortalidade altíssima. É porque, em relação à Covid, eles relatam dia a dia cada morte que ocorre no Brasil e não fazem isso com outras doenças. O câncer de mama, por exemplo, mata 17 mil mulheres por ano no Brasil. Isso é altíssimo, são 17 mil mortes por ano, e muitas dessas vítimas poderiam, às vezes, (– Falha na transmissão do áudio) com um simples (– Falha na transmissão do áudio) mamógrafo, se fosse feito regularmente.

Então, nós temos muitos erros, apesar dos recursos que sempre são ditos como (– Falha na transmissão do áudio). Se eles fossem melhor utilizados e utilizados por quem realmente está enfrentando as doenças, nós teríamos um resultado muito melhor na saúde pública do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a participação e quero parabenizar a Kátia, esta que é um baluarte, uma defensora da saúde no Estado de Minas Gerais.

O presidente – Muito obrigado, deputado Doutor Wilson Batista, que tem um trabalho grande dedicado à saúde em Minas Gerais e, como vice-presidente da Comissão de Saúde, faz também um brilhante trabalho juntamente com o deputado Carlos Pimenta.

Vamos passar agora a palavra ao deputado Hely Tarquínio, membro efetivo da Comissão de Saúde, para suas considerações e questionamentos.

O deputado Hely Tarquínio – Meu caro presidente Agostinho Patrus, nosso grande timoneiro, desenvolvendo um trabalho exemplar à frente da nossa Assembleia Legislativa. Meus parabéns mais uma vez. Quero saudar também o Dr. Fábio Vitor, da Fhemig, o Sr. Maurício Santos, da Funed, e a Sra. Kátia Regina e agradeço por terem aquiescido ao nosso convite e estarem aqui para debatermos sobre a saúde, dialogarmos, que é o mais importante, e, quem sabe, podermos mediar melhor a saúde em prol do povo de Minas Gerais.

Eu quero aqui ser rápido, mas farei umas perguntas. Primeiro com relação ao hospital, Dr. Fábio Vitor, da Fhemig. Eu sou de Patos de Minas, e aqui nós temos, na macrorregião, o Hospital Regional Antônio Dias, do qual já fui diretor. Eu o conheço bem. Ele é referência para a região do Alto Paranaíba e do Noroeste. Então, atende média e alta complexidade, mas, neste momento, a

nossa visão, os nossos olhos estão voltados para a Covid, que é uma epidemia, que, muitas vezes, está se transformando em uma pandemia por alguns políticos. Mas nós temos que cuidar da epidemia e da pandemia. Então, eu tenho uma pergunta pertinente ao nosso hospital, que é referência para a Covid na região. E a minha pergunta é – a minha pergunta ou indagação e inclusive uma solicitação de urgência – com relação à instalação do nosso tomógrafo novo, que está lá, mas está aguardando as adequações da Fhemig, depende da engenharia da Fhemig, e isso está sendo muito procrastinado.

Então eu queria pedir a V. Exa., *data venia*, com a sua permissão, que se instale isso o mais rápido possível porque está fazendo falta não só para a Covid. É um hospital geral que tem cirurgias, um hospital de alta complexidade que necessita desse tomógrafo e que está aguardando as providências da Fhemig.

E, segundo, nós temos a Casa da Gestante que foi transformada também em enfermaria. Então, nós pedimos – eu sei que não é para essa hora – essa providência; nós temos que tomar providência, fazer remanejamento, adaptações, etc. Nós gostaríamos, com um olhar bastante forte para o Alto Paranaíba, Sr. Presidente da Fhemig, de pedir que providencie isso o mais rápido possível. Essa Casa da Gestante tem sido tão importante para a prevenção, para a eugenia da obstetrícia, da fetologia, para o cuidado da nossa gestante e para que haja uma eugenia melhor. Nós precisamos alugar uma casa, então precisamos dessa providência porque o espaço que era dentro do hospital está sendo usado para enfermaria, foi remanejado para atender também as outras demandas de ortopedia, de clínica cirúrgica e de clínica médica que não seja Covid. Então, são duas reivindicações prementes, emergenciais; e eu pediria sua mão forte, seu olhar e sua ação o mais rápido possível, com a sua permissão.

Eu também gostaria de fazer uma pergunta. Nós perguntamos ao secretário da Saúde, mas V. Exa. talvez tenha mais condições de responder mais rápido. Quero reforçar uma pergunta: nós temos a informação de que os fornecedores da Fhemig não estão recebendo e que há risco de corte no fornecimento de equipamentos, medicamentos e outros para o atendimento ao público. Essa informação procede? Se sim, o que vem sendo feito para regularizar a situação? É uma pergunta. Quais providências têm que se tomar para regularizar essa situação? E há previsão de pagamento? Logicamente isso, por meio da diretoria, V. Exa. pode informar, e às vezes a gente também.

Há uma pergunta sobre os exames, mas esses testes já foram respondidos pela Funed. Bom, a partir daí a única coisa que a gente observa com relação aos exames é a demora nos resultados. Seria muito bom que houvesse essa providência no sentido de agilizar. A gente entendeu que conforme os quadros clínicos há muita dificuldade de exames imediatos, e esses com resposta às vezes de falso positivo ou falso negativo. A gente entende que isso é difícil, mas nós temos que enfrentar essa nossa pergunta.

Com a permissão também do nosso presidente Carlos Pimenta, a quem eu quero cumprimentar pelo seu trabalho eficiente – eu estou terminando – à frente da Comissão de Saúde, da qual nós participamos, há aqui as perguntas do deputado Glaycon Franco que me pediu que as fizesse. Então, é o seguinte: ao Sr. Fábio Vitor, presidente da Fhemig: "Sr. Presidente, temos a preocupação com a estruturação da rede Fhemig para combate à Covid-19. Apuramos que a rede não está devidamente abastecida de insumos necessários – inclusive de EPIs para os servidores – e que também conta com deficiência no quadro de pessoal. Na macrorregião Sul, Centro-Sul de saúde de Minas, onde possuímos apenas uma unidade da Fhemig na cidade de Barbacena para atender quase 1 milhão de habitantes, constatamos a falta dos insumos e de pessoal – parece que isso parcialmente já foi respondido, mas fica aqui a pergunta do colega: primeiro, que providências estão sendo tomadas para o abastecimento da rede com insumos, inclusive EPIs? Segundo, que providências estão sendo tomadas para que esteja completo o quadro de pessoal, inclusive para a substituição dos que se afastaram, sobretudo em razão da contaminação pelo novo coronavírus?".

Agora, para o Sr. Maurício Abreu Santos, presidente da Funed – pode ser que algumas já tenham sido respondidas, mas eu tenho que fazer a pergunta porque eu sou o mediador do nosso grande Glaycon Franco, que é um deputado atuante e médico também. "Sr. Presidente, é fato que os especialistas têm alertado para os baixos níveis de testagem para o novo coronavírus em Minas Gerais. Primeiro: em cima dessa afirmação, a Funed possui estrutura para realizar quantos exames por dia?" Ele pergunta quantos exames por

dia, mais ou menos já foi dito, mas às vezes há detalhes, não é? "Segundo: o senhor avalia que esta quantidade é suficiente para dar segurança quanto às políticas públicas baseadas nos resultados das testagens? Terceiro: existe alguma ação da Funed voltada para o credenciamento de laboratórios da iniciativa privada para colaborar na testagem da população em relação ao novo coronavírus?" Já houve a explicação da sua assessora, da sua secretária. "Quarto: os insumos necessários para a coleta de material e para a realização dos exames de testagem para o novo coronavírus estão garantidos? Porque é uma demora" – as perguntas são incisivas, mas são essas as perguntas, e há mais aqui. "Quinto: existe o risco de faltarem insumos de modo geral como, por exemplo, swabs e outros? Sexto: caso haja, como o senhor dimensiona esses riscos?" Mais ou menos, já houve uma explicação mais rápida, mas quem sabe há detalhes. Quais são as providências que estão sendo tomadas para que não haja falta de insumos?

Agora eu vou me dirigir à Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha, presidente da Federassantas. Sra. Presidente, sabemos que as Santas Casas de Minas Gerais têm prestado um serviço indispensável ao Estado, com grande comprometimento e qualidade. Elas têm contribuído muito para a saúde de nós, mineiros. A pergunta é a seguinte – essa é a afirmação dele: "qual foi a contribuição do Estado de Minas Gerais para amparar o serviço das santas casas em relação aos procedimentos que, certamente, são ampliados nos hospitais em relação ao combate à pandemia da Covid?". Essa é a pergunta.

Só para terminar, eu queria homenagear a Sra. Kátia Regina pelo seu trabalho, pelo seu alto sentimento de compaixão pelo ser humano. Isso é muito importante, talvez é o que pode nos unir, o que pode nos tornar cada dia mais gregários e mais solidários. Então, eu quero parabenizá-la pelo trabalho. A senhora pode contar com a Comissão de Saúde, por meio do nosso presidente, do vice-presidente Wilson, com mais outros deputados da comissão e com a Assembleia como um todo.

Quem sabe nós podemos estreitar mais, fazer mais audiências para tomar pé mesmo e quem sabe legislar para isso, porque falta também uma legislação federal para apoio decidido... Legislação federal, fui ver agora. Vocês tiveram uma contribuição no momento, mas antes era só o convênio com o SUS, e o SUS está muito abaixo. O grande problema do Brasil sempre foi a assimetria em relação aos gastos com o desenvolvimento econômico, esquecendo-se dos indicadores sociais. E o binômio de saúde, educação e moradia não pode faltar. Ficou descortinada neste momento de Covid a nossa intensa atividade do neoliberalismo, onde o capital prepondera sobre a vida. Nós temos que promover uma regulação em cima disso, buscando justiça social na saúde, na educação e, sobretudo, o despertar no ser humano de um sentimento mais importante de amor à causa dos outros. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Hely Tarquínio, que, além de membro da Comissão de Saúde, preside com toda a eficiência e eficácia a Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa – além de possuir uma experiência grande e o respeito por parte de todos os colegas.

Vamos, então, passar a palavra ao Dr. Fábio Baccheretti Vitor para as respostas às indagações do deputado Hely Tarquínio. Em seguida, passaremos a palavra ao Sr. Maurício Abreu Santos e, logo depois, à Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha.

O Sr. Fábio Baccheretti Vitor – Primeiro agradeço as perguntas do deputado Hely, são bem pertinentes.

Em relação ao Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, ele é o hospital de referência em trauma e maternidade de alto risco de toda a macrorregião Noroeste; é uma macro muito grande que vai até Unaí, é muito importante para a região. Estamos mantendo lá cirurgias de todas as fraturas da macrorregião ortopédica. Antigamente, antes da Covid, a fila era de 30 a 40 pacientes diariamente, hoje ela caiu para dois. Então, a gente está mantendo essas cirurgias constantes e está ajudando a reduzir essa fila de fraturas pela baixa demanda dos demais casos.

Em relação à instalação do novo tomógrafo, existe uma programação da engenharia clínica da Fhemig. Estava prevista, e houve realmente uma necessidade de fazê-la mais brevemente. Já está agendada para a próxima semana, deputado, a avaliação da engenharia clínica e da engenharia elétrica da Fhemig para poder terminar as obras para a instalação do novo tomógrafo. Adianto que, no primeiro momento, quando entrei na Fhemig, seria uma substituição do tomógrafo antigo pelo novo. Eu sou radiologista, sei da importância de um tomógrafo em um hospital de trauma, e lá haveria um. Eu tomei a decisão de a gente ter dois tomógrafos;

recuperamos o anterior e nós vamos ter esse novo, então serão dois tomógrafos para garantir sempre a assistência ao paciente do trauma.

A Casa da Gestante é um problema: pela legislação da Rede Cegonha, não é permitido que seja dentro do hospital, ela tem que ser fora. A gente está em conversa com o município, que num primeiro momento iria nos ceder um imóvel para que a gente fizesse a Casa da Gestante. Tem que ser próximo ao hospital, mas não pode ser dentro. Então, nós estamos na busca de um local fora do hospital para que volte a funcionar a Casa da Gestante conforme a legislação.

Em relação aos insumos, realmente há uma veiculação constante de falta de EPIs; é algo que a gente vem enfrentando no mundo inteiro – a gente percebe isso –, mas na Fhemig não é uma realidade; EPI não é problema nenhum na Fhemig neste momento. Eu falo neste momento porque é um cenário – a Kátia vai falar depois também, ela vai corroborar – difícil de lidar: uma máscara cirúrgica como esta que eu estou usando custava R\$0,19 e hoje custa R\$4,50 no mercado – está inflacionado; e a inflação é um problema de custo, o outro problema é a falta do insumo. A gente concorda com o mundo inteiro hoje: o fornecedor fala que vai entregar e às vezes não entrega. Por mais que a gente seja rápido e menos burocrático na compra, ela não está chegando. Então, não falta em nenhum hospital da Fhemig, incluindo o Hospital de Barbacena, sobre o qual foi a outra pergunta. Lá não falta EPI, não falta avental, não falta N95, não falta máscara. Nós recebemos muitos óculos e face shields de doação. Isso não é problema. Quero aproveitar o tema EPI e agradecer publicamente pelas campanhas de doação; a gente recebeu do Sinduscon e do Dias Melhores, uma campanha linda que o Jota Quest fez, uma live na semana passada destinando recursos. A gente vem recebendo constantemente essas doações, que são muito importantes. Tanto a Fhemig quanto a Santa Casa de Belo Horizonte e o Hospital das Clínicas receberam doações, e estamos para receber mais. Quero agradecer também ao deputado João Vítor Xavier que intermediou e vem nos ajudando muito. Então, a gente está fazendo de tudo para que não falte nenhum EPI para o nosso profissional.

Em relação às contratações, estão abertas no nosso site contratações constantes para a gente poder ampliar as equipes. Lembrando que a gente faz um processo de afastamento do grupo de risco das atividades de assistência relacionadas à Covid, então a gente realmente precisa renovar a nossa equipe constantemente. Esses processos são contínuos, estão abertos no nosso site e são amplamente divulgados. Essa é a nossa realidade hoje. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, presidente da Fhemig. Vamos ouvir agora Maurício Abreu Santos, presidente da Funed, para os esclarecimentos, em especial sobre a questão do tempo para a conclusão dos exames.

O Sr. Maurício Abreu Santos – Dr. Hely, eu anotei as perguntas; não sei se estão todas contempladas aqui, mas eu vou falar o que eu havia anotado porque algumas respostas inclusive já foram colocadas na minha apresentação. Por exemplo, a quantidade de exames por dia, é aquilo que eu coloquei na apresentação: a Funed especificamente começou com aquela linha de 200 amostras por dia, fizemos todas aquelas ações, e possui hoje uma capacidade em torno de 600 amostras/dia – em termos de análise –, chegando a 2 mil análises por dia contando com os nossos colaboradores e os nossos credenciados, que são aqueles quatro laboratórios e duas universidades. Pleiteamos um aumento disso com os demais credenciamentos. Como eu coloquei, há cinco universidades que estão em fase de credenciamento para a gente suprir ao máximo essa demanda.

Com relação ao tempo de resultado – e foi em cima desse tempo que a gente conseguiu regularizar nossa situação –, atualmente nós temos levado em média 72 horas nos exames de rotina e até 24 horas naqueles exames considerados prioritários: doadores do MG Transplantes, casos graves, óbitos, profissionais da saúde. Esses casos prioritários têm levado, em média, até 24 horas de realização do ensaio, e os demais casos até 72 horas.

Com relação à questão de insumos de coleta – que também foi colocada –, se podem faltar ou não. Podem faltar? Podem, com certeza, porque esses insumos de coleta não dependem da gente, dependem da compra de fornecedores. Estamos num momento muito crítico de abastecimento de tudo – como EPIs e insumos –, e há outras questões em que a gente está tendo problemas e que podem realmente acontecer. Até o momento, não houve nenhum problema que impactasse os nossos resultados em termos de falta de

insumos – tanto dos insumos que nos são encaminhados para análise pelo Ministério da Saúde quanto dos insumos de coleta. Mas o que a Funed está fazendo, caso essa situação aconteça? A gente está fazendo uma revisão para a coleta de outras amostras biológicas – por exemplo, a saliva –, aí a gente passaria para uma outra linha de ensaios e de análise.

Deputado, eu acho que foi isso, não é? Há mais alguma... Pelo que eu notei, foram essas as questões formuladas. Quanto à questão dos laboratórios parceiros, os nossos colaboradores, eu acho que é bom frisar que hoje a gente tem a Funed, mais quatro parceiros – que a gente chama de colaboradores – e mais duas universidades, ao todo sete instituições credenciadas, além de cinco universidades que estão sendo credenciadas. Essa colocação sobre esse credenciamento de universidades e a expansão dessa rede é importante, e a gente está trabalhando para que todas essas demandas de ensaios, de análises sejam devidamente solucionadas. Para o credenciamento nessa rede desses laboratórios e dessas instituições, como eu coloquei, todos os critérios estão contidos numa nota técnica que foi emitida pelo Coes Minas Covid-19 – Nota Técnica nº 26, de 22 de abril; ela define todos esses critérios de participação dos laboratórios ou universidades que tenham interesse. Os públicos... Como está inclusive contido na própria nota, a parte de insumos será suprida pela SES e a parte de qualidade, treinamento de pessoal e assistência técnica, vai ser toda dada pela Funed.

Então, eu acredito que nós estamos preparados, sim. Dentro do que a gente está colocando hoje, dentro do que a gente tem feito, a gente está preparado para atender esse aumento de demanda que possa vir aí pela frente – fora as outras medidas que eu coloquei que a gente está tomando e que vão ser bastante providenciais para essa questão.

O presidente – Muito obrigado ao presidente da Funed, Maurício. Vamos ouvir agora a Kátia Regina de Oliveira Rocha, presidente da Federassantas. Em seguida, retornaremos ao presidente da Fhemig.

A Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha – Presidente Agostinho Patrus, mais uma vez obrigada pela oportunidade de fala. Quero aproveitar para agradecer ao deputado Wilson e ao deputado Hely pelas falas. Eu costumo dizer que uma das maiores retribuições que a gente recebe do nosso trabalho, além do sustento das nossas famílias, é o reconhecimento. São 20 anos realmente de muita dedicação, de muita luta e de, às vezes, um sentimento de que durante todo esse período a gente poderia ter avançado em 2 anos, não precisaria de 20 anos de tantas lutas. Então, eu começo a criar sempre esse otimismo, essa esperança de que, com uma atuação conjunta com o Poder Legislativo, a gente terá uma ampliação de força extraordinária, não só pelo papel de controle externo que vocês possuem, mas pela capacidade de produção legislativa que hoje em Minas Gerais é fundamental para a gente. Eu dou como exemplo o Estado de São Paulo: lá eles fizeram um trabalho excepcional com o Executivo e com o Legislativo e criaram um parâmetro que agrega a remuneração dos hospitais filantrópicos. Então, há dois mundos diferentes; o nosso sistema de saúde não é único porque, se a gente verificar a relação – e ainda possui problemas – em São Paulo com os hospitais filantrópicos, veremos que é completamente diferente da relação que acontece em Minas Gerais.

Eu queria fazer um breve comentário sobre a questão dos testes. Eu acho que essa questão dos testes precisa ser debatida também com os hospitais filantrópicos para que a gente avalie, quem sabe, em conjunto – essa não pode ser uma decisão só do setor hospitalar filantrópico –, a possibilidade de ampliar a capacidade de atendimento dessas testagens com o credenciamento de outras forças. Ou seja, a Funed está dando o seu máximo, sem falar do tanto que a Funed sofreu nesses últimos anos com a questão também... A Funed está junto conosco nessa luta pela melhoria do financiamento, pela valorização de suas estruturas, dos seus profissionais. Então, eu acho que hoje, diante do que significa o número dessa pandemia, talvez a gente possa somar esforços ainda mais porque lá na ponta – eu entendo – hoje, nos nossos hospitais, a testagem dos nossos trabalhadores tem que ser em massa. A gente precisa realmente de recursos financeiros para conseguir criar uma logística para fazer isso na ponta. Para mim é indispensável essa testagem nos profissionais. Por quê? Além de preservar a saúde deles, a gente ainda preserva a questão do atendimento que eles realizam aos pacientes. Como vocês bem disseram, os hospitais não podem ficar agora 100% por conta da Covid porque existe infarto, continua havendo acidentes de trânsito, acidente vascular cerebral. Então, tudo isso tem que estar funcionando muito bem.

Quanto à questão das dívidas, eu vou frisar: não obstante os esforços da atual gestão... Só para vocês terem uma dimensão, só de serviço prestado e não pago pelo Estado de Minas Gerais aos hospitais filantrópicos, há aproximadamente R\$500.000.000,00 em aberto, mais R\$500.000.000,00 de recursos referentes a programas como Pro-Hosp, Rede de Resposta, Prourge.

Então, é impossível a gente acreditar que esses R\$1.000.000.000,00 não estão fazendo falta agora. Minas Gerais só não entrou num colapso há dois anos – como o Rio de Janeiro está vivenciando e vivenciou – porque os filantrópicos se endividaram; e vocês podem pesquisar esses números para verem o crescimento do endividamento do setor hospitalar filantrópico em Minas Gerais a fim de fazer frente a esse passivo. E vamos lembrar mais: esses hospitais sacrificam fornecedores, sacrificam médicos, sacrificam os trabalhadores, deixam de honrar obrigações trabalhistas, fiscais, e eu pergunto: será que essa conta um dia não vai voltar para o poder público? Será que é dado ao poder público fazer uma contratação a preço vil e ainda não pagar o menor valor que estabeleceu, que ainda não atende os custos, e nada acontecer? Será que essa conta um dia não voltará para o colo das nossas gerações futuras? Eu realmente não consigo entender como a gente não juntou ainda todas essas mentes brilhantes que nós temos no Executivo, no Legislativo, no Poder Judiciário, no Ministério Público, nos órgãos de controle como o Tribunal de Contas, para encontrar um caminho de isonomia. Não estou pedindo nada diferente do que já é reconhecido nas demais instituições de saúde. Eu acho que o nosso trabalhador do hospital filantrópico, que todos nós que atuamos nos hospitais filantrópicos não valemos menos e muito menos acho que o cidadão que usa das suas dependências vale menos do que os demais atendimentos que acontecem nos 30% restantes da rede.

Então, hoje nós precisamos realmente construir, inclusive do ponto de vista Legislativo, uma política que realmente ampare e que defina claramente qual é o papel do Estado de Minas Gerais no cofinanciamento dessa rede. E fica aqui o apelo – quem sabe seja a primeira intermediação em que os nossos deputados podem nos ajudar – para que esses EPs não venham mais nesse formato de pagamento pelos hospitais. Nós não queremos dar prejuízo ao Estado, não. Nós queremos só compensar o prejuízo que já nos foi dado na forma de remessa desses insumos; e, diga-se de passagem, o Estado ainda conseguiu comprar com preços mais elevados do que os hospitais, com toda essa angústia, com todo esse estado agonizante, têm conseguido comprar. Mas ainda assim, diante dessa falta de perspectiva de uma solução rápida desse valor, desse passivo com os hospitais, a ação está na Justiça pelo menos há dois anos sem uma resposta definitiva. Eu lancei mão de tudo que eu podia fazer para tentar evitar o colapso das nossas estruturas aqui em Minas Gerais. Nós precisamos de mais força; que a gente consiga juntar todos aqueles que têm boa fé e querem ver a coisa acontecer, que têm amor pelo que fazem, pelo próximo, porque eu acho que o nosso problema é haver condições de serem pelo menos mitigados os riscos decorrentes desses problemas. Eu digo que na saúde o tempo é precioso; pode ser que daqui a um mês, que daqui a dois meses já seja tarde para que a gente realmente consiga estruturar uma atenção hospitalar capaz de fazer frente a esses atendimentos.

E só para registrar: em função da redução das cirurgias eletivas, os nossos hospitais estão, em média, com uma taxa de ocupação que varia de 40% a 50%. Ou seja, se eu tiver uma contratualização de financiamento rápida, uma demonstração do Estado de injeção de recursos para a reversão de estruturas, para a contratação de novas equipes, é muito mais fácil começar de onde já funciona há mais de 100, 200 e 300 anos do que montar estruturas improvisadas em um ano eleitoral que, por vezes, vão atender muito mais a interesses que não sejam propriamente os interesses do cidadão. Repito: o hospital de campanha não é dispensável, ele é importante, mas nós devemos primeiro exaurir a capacidade de sustentabilidade dos hospitais filantrópicos, que possuem muita energia, muito trabalhador fera na saúde, equipes intensivistas excepcionais; e nós poderíamos trabalhar com acréscimo de recursos que trariam economicidade e mais efetividade aos cofres públicos. Mas tudo isso tem que ser feito realmente de uma maneira articulada e, repito, em tempo recorde; não dá para decidir a transferência dos R\$150.000.000,00, por exemplo, que vieram da União daqui a dois meses, três meses, depois que nós já tivermos as mortes consolidadas e a infecção tiver atingido boa parte dos nossos mineiros.

Obrigada mais uma vez pela oportunidade, e, apesar de algumas falas às vezes duras, eu quero deixar claro que o meu propósito é o diálogo, o meu propósito é a construção, só que a gente já está combalida de tanto lutar e de ver às vezes respostas muito mais rápidas do nosso lado – e que não se repetem. Vou dar um exemplinho aqui: como foi rápida a atuação do Estado de Minas Gerais – e eu elogio agora – quanto à questão dos respiradores; um trabalho em parceria com a Polícia Militar que buscou respiradores em todo o Estado, fez a coisa acontecer em tempo recorde. Por que não existe a mesma energia para que o recurso chegue aos nossos hospitais? O que nós estamos esperando?

O presidente – Muito obrigado. Quero agradecer a presença do deputado Raul Belém e do deputado Bruno Engler, que nos honram também. Nós já chegamos a mais de 60 deputados nesta audiência.

Passo a palavra de novo ao presidente da Fhemig, o Sr. Fábio Baccheretti Vitor, porque ficou faltando a resposta a respeito do pagamento dos fornecedores.

Sr. Fábio Baccheretti Vitor – Obrigado, deputado. Então, de novo a pergunta do deputado Hely: sobre fornecedores, a Fhemig... Eu entrei dia 2/7/2019, e a gente vive hoje o momento mais confortável em relação a fornecedores. A nossa dívida chegava a ser superior a 150 dias, e isso significa que acima de 90 dias poderia haver corte do fornecimento, o que houve várias vezes. Hoje a gente já está abaixo de 90 dias, chegando a 80 dias, e isso significa que todos os nossos fornecedores estão nos entregando todos os insumos. Então, houve um momento de grande planejamento e organização interna da Fhemig para chegar a este momento, hoje, de maior tranquilidade em relação aos nossos fornecedores.

Deputado Hely, em relação aos atrasos de certos fornecedores, isso tem a ver com um financiamento do Prouge. O Prouge faz parte da habilitação do Hospital Antônio Dias – pelo Pro-Hosp –, e, quando esse dinheiro caiu na conta da Fhemig, houve um sequestro financeiro automático pela Justiça. Por isso a nossa procuradoria já está vendo um outro caminho, que seria realmente o cancelamento dos empenhos por essa fonte para que a gente possa empenhar e liquidar pela fonte 10, pela nossa fonte do Tesouro, e possa quitar, então, essas contas atrasadas; esse dinheiro caiu e foi sequestrado pela Justiça de forma imediata. Então, já estamos no momento de cancelamento dos empenhos e empenhando de novo para que a gente regularize. É uma questão que não tem a ver com o nosso financeiro e, sim, com uma cota bem determinada do Prouge. Nós estamos nos organizando para que haja essa quitação.

O presidente – Muito obrigado. Vamos passar agora a palavra ao deputado Doutor Jean Freire, que é membro efetivo da Comissão de Saúde, para as suas considerações e questionamentos pelo prazo de 5 minutos. Deputado Doutor Jean Freire. Estamos com problema com o áudio do deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Presidente, está me ouvindo?

O presidente – Agora sim, OK.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito obrigado, Sr. Presidente. Talvez porque faltaram as palavras "diretamente do Jequitinhonha", não chegou aqui a tempo. Boa tarde a todos os companheiros e companheiras; boa tarde aos mineiros. Nós tentamos fazer um compilado de perguntas, Sr. Presidente; recebemos sugestões de vários companheiros como André Quintão, Ulysses Gomes, Ana Paula, Andréia de Jesus, Beatriz Siqueira, Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano, Gustavo Santana, Leninha, Léo Portela, Marquinho Lemos, Virgílio Guimarães, Elismar Prado e Marília Campos. Vou tentar ser muito breve para depois fazer as minhas colocações também. Sintam-se todos cumprimentados para a gente ir direto ao assunto.

Em relação à Fhemig, muito me preocupa quando o nosso companheiro Fábio, presidente da instituição, coloca a questão do papel do Galba. Eu recebi muitas perguntas sobre o Galba; temos recebido esses últimos dias muitas demandas dos trabalhadores e trabalhadoras. Fica parecendo que o Galba passou a ter um papel agora nessa questão do Covid, e o Galba tem um papel histórico. Quero dizer que sou uma das pessoas que lutam, sou adepto da questão da luta antimanicomial, mas nós também devemos entender como o Estado está se sentindo agora. O Estado está mantendo assistência a todos os pacientes psiquiátricos? Como está o número de vagas no Estado de Minas Gerais? Como está sendo o atendimento desses pacientes ao chegarem à porta do Galba e não haver vaga?



Quem está fazendo esse atendimento lá? Quem está fazendo essas orientações? É um profissional médico, é um profissional da enfermagem ou é da recepção? Depois que acabar a questão da Covid, os leitos psiquiátricos serão reabertos? Há alguns dias, eu apresentei ao governo do Estado uma proposta autorizada por uma empresária, uma colega médica, oferecendo ao Estado um prédio completamente vazio, em ótimas condições de funcionamento, para um hospital de campanha. Quero aqui chamar a atenção: muito boa a fala da companheira Dra. Kátia, que coloca que nós deveríamos talvez primeiro potencializar os que nós já temos antes de chegar ao ponto de pensar no hospital de campanha, mas devemos ter um norte, sim, pois pode ser necessário. Então, eu tenho muitas perguntas sobre a questão do Galba e quero agradecer, Dr. Fábio, ao senhor por ter se colocado à disposição para que hoje nós tivéssemos uma reunião por videoconferência para tratar desse assunto. Eu vou deixar várias outras questões para nós tratarmos mais tarde.

Mas, em relação à Fhemig, assim como alguns companheiros questionaram, eu quero saber a questão de EPI e a questão de óbitos de servidores. Já houve, não houve? Quantos? Quantos servidores afastados? Nós recebemos denúncias de servidores com 65 anos, de pessoas que sofreram AVC há um ano, infarto há um ano, de diabéticos que estavam lá trabalhando. Como a Fhemig está enfrentando isso? Fez um planejamento de avaliação com os seus servidores? Está afastando do trabalho os seus servidores do grupo de risco? Então, gostaria de saber dessa questão também.

Em relação aos EPIs, eu gostaria de saber tanto do Dr. Maurício como do companheiro Dr. Fábio se há algum edital de máscaras num valor até grande que chegou a nós: R\$5.000.000,00 em compra de máscaras, e qual a especificação dessas máscaras – aquelas de acrílico. Queria perguntar a vocês qual é a especificação correta dessas máscaras e o que a Funed indica até para uso de seus trabalhadores do laboratório. Quero dizer que a Funed é uma instituição de excelência; nós somos áduos defensores da Funed, da Fhemig, dos seus trabalhadores. Qual é a especificação dessas máscaras? E vocês estão sabendo de um edital que foi lançado para comprar máscaras nesses últimos dias? Se está em vigência algum edital?

Preocupa-nos muito, muito, muito... A gente hoje foi acordado recebendo a triste notícia do triste resultado do estudo feito pela Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha – e, se não me engano, pela Universidade Federal de Ouro Preto. Se no nosso país a subnotificação é imensa, no Estado de Minas Gerais a subnotificação chega a ser, segundo esse estudo, quatro vezes maior proporcionalmente à do País. Isso é um absurdo. E olha que nós temos uma rede que a gente julga ser capaz de ajudar a conduzir toda essa questão. Há, no Estado de Minas Gerais, mais de 100 mil suspeitos, e o Dr. Maurício coloca que hoje nós temos condição de fazer 2 mil testes – eu acho que esse "hoje" não deve ser o dia de hoje, deve ser de alguns dias atrás; eu tenho conhecimento que a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha já está fazendo; outro dia foi colocado que Montes Claros começou a fazer; ou seja, não deve ter sido a partir de hoje. Então, se recebeu 16 mil – se não me engano –, já fez 14 mil testes, e nós temos esses números assustadores de subnotificação, que chega a ser quatro vezes maior no Estado, onde está agindo a rede no Estado de Minas Gerais? Ou seja, não estão chegando os exames à Funed? Não estão sendo solicitados? Que orientação a Funed daria, que orientação a Fhemig também poderia dar para que nós pudéssemos agir em rede no Estado de Minas Gerais? Porque os números que colocaram aí não batem. Pelos números que foram colocados, eu entendi que só foram feitos até hoje 14 mil testes. Ou seja, vamos supor que, há 20 dias, já estivessem fazendo mil testes – isso há 20 dias, não vou nem olhar antes; nós deveríamos, então, ter feito 20 mil testes, ou então não estão chegando, é isso? É isso que eu entendi? Se há demanda para fazer mais do que aquilo que está chegando, onde está o erro então? É bom lembrar que nós temos que trabalhar em rede; a Secretaria de Saúde tem que trabalhar em rede com a Fhemig, Funed e todas as suas instituições.

Nós, por exemplo, colocamos emenda parlamentar para a universidade federal também fazer teste em Teófilo Otôni – estamos esperando, espero que logo seja pago; quero pedir à Funed o apoio. Quero lhe mandar um abraço, Dr. Maurício, mais uma vez, e também ao Rodrigo Leite, que nos tem orientado, e pedir apoio para ajudar nessa questão da abertura do laboratório também na cidade de Teófilo Otôni.

Uma grande dúvida minha que ficou nessa apresentação foi essa. Para mim é vergonhoso como mineiro, como parlamentar de Minas, ver que há no nosso estado mais de cem mil suspeitos, enquanto alguns se vangloriam dos números e, às vezes, as medidas são tomadas por outros, que estão fazendo com que os números de casos graves não ocorram no Estado de Minas Gerais até o momento. Temos de aproveitar este momento para nos preparar cada vez mais, porque, lá no início, quando chamamos a Funed, a Secretaria de Saúde, quando realizamos audiência pública na Assembleia Legislativa, a meu pedido, na Comissão de Saúde – e o deputado Carlos Pimenta participou –, quando participamos lá, naquele momento, diziam que estavam preparados para fazer os testes. E vemos que ainda há muito a avançar. Isso nos preocupa. Fico com medo, na hora de a curva começar a descer em outros estados, de como vai estar o Estado de Minas Gerais. E temos de aprender com os erros e os acertos dos outros.

Mais uma vez, sobre a questão de EPI e desse edital, que me preocupou. Quero saber dos senhores quais as especificações que vocês orientam com relação a essa máscara de acrílico e qual o número hoje de máscaras de que o Estado de Minas Gerais precisaria. Sabemos que não é uma máscara descartável. Quais os números que o Estado de Minas Gerais precisaria hoje?

Quero dizer aos senhores que a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri está fabricando essas máscaras, está doando-as ao Samu, aos hospitais da nossa região, ou seja, por que não usar a rede de universidades, de institutos federais no Estado de Minas Gerais para que possamos assim fazer mais com menos, entendendo o momento de crise, fazendo muito mais com menos?

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

À Dra. Kátia deixo aqui a nossa solidariedade. Não só solidariedade, e luta, Dra. Kátia. Também vim de hospitais filantrópicos. Trabalhei neles a vida inteira. Sei a luta, a dor e o amor de trabalhar em hospital filantrópico. Então, corroboro a tese da senhora de que temos de potencializar essas instituições filantrópicas. Se o Estado não chegou ao colapso, deve-se muito, e muito, a essas instituições filantrópicas de todo este Estado de Minas Gerais.

O presidente – Muito obrigado, deputado Doutor Jean Freire.

Com a palavra, o presidente da Fhemig, Dr. Fábio.

O Sr. Fábio Baccheretti Vitor – Agradeço as perguntas do deputado Jean. Vamos nos encontrar mais tarde num outro momento de vídeo, não é, deputado?

Então, em relação ao Galba Veloso, a decisão foi tomada em março numa reunião feita por vários órgãos do governo. Era antes da decisão do distanciamento social. O cenário naquele momento realmente era o que estamos vendo em outros estados, era catastrófico em relação ao enfrentamento de Covid. Entre os gargalos apresentados naquela época, na mesma reunião em que se estava tomando a decisão de como fazer para guardar os corpos, como alugar caminhões frigoríficos pela experiência em outros países, foi discutido como ampliar leito de terapia intensiva. A Fhemig se apresentou, então, com a possibilidade imediata dessa ampliação. Para isso acontecer, precisaríamos utilizar enfermarias de diversos hospitais, entre eles, Eduardo de Menezes e Júlia Kubistchek, de garantir a assistência dos outros pacientes não-Covid, especialmente pacientes com HIV e doenças pulmonares, que são tratados nesses dois hospitais.

Então, olhamos para dentro da nossa fundação e, diante da demanda existente de paciente de saúde mental, foi definido que o Galba Veloso poderia fazer esse papel de leito de retaguarda. Então, transferimos, num primeiro momento, 20 pacientes para o Instituto Raul Soares, que tinha leitos vagos, depois mais 8 pacientes, então, ao todo, 28 pacientes e centramos todo atendimento de urgência no pronto-atendimento do Raul Soares. Os demais pacientes, cerca de 30, do Galba Veloso foram, de forma habitual, recebendo as altas, os encaminhamentos para a residência terapêutica. Hoje restaram 7 pacientes lá.

Acabei de ver, enquanto o senhor falava, a nossa ocupação. Pelo nosso painel, hoje temos 15 vagas disponíveis no Raul Soares; 7 pacientes no Galba Veloso. Estamos expandindo mais 10 leitos no Instituto Raul Soares nas próximas duas semanas, fazendo um acesso, uma rota de fuga, com uma rampa em uma das enfermarias. Então, teremos 25 leitos. Todo esse movimento foi

acordado e organizado junto com a coordenação municipal de saúde mental, com o Dr. Fernando, e, na estadual, com a Lírica. Todos deixaram claro que a demanda estaria muito bem assistida pelo número de leitos habilitados no Estado. Por isso ficamos tranquilos com esse movimento.

Não precisamos acionar ainda os leitos de retaguarda no Galba Veloso. Temos lá disponíveis ainda 20 leitos, com 7 ocupados, e, caso haja uma necessidade, poderão ser utilizados. Posteriormente à pandemia, se Deus quiser, o quanto antes, voltamos ao Galba Veloso para que possamos garantir a assistência à saúde mental do Estado. Neste momento, não viemos trazer a discussão sobre os leitos de saúde mental do Estado, sobre a luta antimanicomial. Vamos fazer essa discussão no tempo certo, que será depois da pandemia. Faremos uma discussão ampla. Obviamente, deputado Jean, o senhor terá papel fundamental nessa discussão.

Em relação a óbitos, temos um confirmado de funcionário da Fhemig, do Hospital Alberto Cavalcanti. Essa funcionária trabalhava também em Contagem num pronto-atendimento. No Alberto Cavalcanti não há história de nenhum paciente Covid que tenha passado por lá. É um hospital 100% oncológico, sem pronto-atendimento, e tem um óbito de funcionária.

Então, temos um ambulatório para funcionários suspeitos, com síndrome gripal. Temos, também, uma portaria presidencial, a partir de uma deliberação do COE, que define que grupo de risco... Ou seja a nossa gerência de saúde do trabalhador avalia por autodeclaração – o paciente se autodeclara portador de comorbidade, caso não haja conhecimento e manda um relatório. Então a nossa gerência de saúde do trabalhador realoca o servidor em atividade administrativa, se possível, ou fora do ambiente em que há risco de contaminação pelo coronavírus ou ele é afastado, gozando férias regulamentares ou férias-prêmio ou férias, para que não haja nenhum risco.

Em relação à especificação dos nossos EPIs, rigorosamente, utiliza-se a especificação da Anvisa.

Em relação aos protetores faciais, já é feito com o *face shield*, a Fhemig não está prevendo comprar mais nenhum. Na verdade, a gente não está comprando, porque estamos tendo muita doação. Várias empresas estão nos doando; várias faculdades estão nos doando. Então, nesse momento, a gente tem, praticamente, um *face shield* para cada funcionário da Fhemig. Então, a gente não pretende fazer nenhuma compra desse material. Os demais materiais todos cumprem a inspeção técnica exigida pela Anvisa.

O presidente – Muito obrigado. Vamos ouvir agora, para os esclarecimentos, o presidente da Funed, Maurício Abreu Santos.

O Sr. Maurício Abreu Santos – Com relação à situação de EPIs, especificamente. Só para contextualizar, na Funed, temos um procedimento, um planejamento interno de compras, em que a gente planeja todas as nossas aquisições, ao longo do ano, inclusive, os EPIs. Com essa demanda da Covid, em que houve um aumento considerável do uso de EPIs, o que a gente fez? Além do cumprimento da nossa demanda de aquisição interna, que já está sendo elaborada, temos cessão pela SES. A SES nos encaminha EPIs. Na semana passada, foram-nos encaminhadas cerca de 20 mil máscaras, e a gente também aderiu ao registro de preços da Seplag para compra de todos os EPIs. Então, com essas três situações, o nosso planejamento interno, o abastecimento da SES e a adesão ao registro de preços da Seplag, esperamos suprir toda a nossa necessidade em termos de EPIs.

Com relação especificamente à questão da máscara, todo o pessoal nosso, hoje, que trabalha focado no coronavírus, usa, conforme o próprio Dr. Flávio colocou, a máscara N95, que é preconizada até pela Anvisa. A gente tem todo um procedimento de utilização dessas máscaras, de tempo de uso. Os demais servidores usam máscaras cirúrgicas.

Acho que é importante colocar também que aqui, na Funed, não tivemos nenhum caso de Covid. Tivemos 12 casos suspeitos, que foram testados e deram negativo para Covid. Uma das medidas que a gente tomou de imediato, além de todas as medidas de controle interno que a gente tomou, em termos de assepsia, em termos de contato, medidas tomadas de entrada de materiais, no restaurante, fizemos uma portaria interna de adesão ao teletrabalho. Para vocês terem ideia, hoje, aproximadamente, 65% dos servidores da Funed estão em teletrabalho. E isso, de forma alguma, tem impactado em algum desabastecimento em alguma atividade, principalmente, as voltadas para a Covid, as atividades de todas as nossas diretorias, de áreas de produção e tudo mais.

Então, o que a gente tem tratado, exatamente, são essas questões de adesão a esse registro de preço, para que a gente possa manter essa condição de fornecimento, junto com a SES e com o nosso planejamento interno.

Marluce, você quer colocar alguma coisa?

A Sra. Marluce Aparecida Assunção Oliveira – Doutor Jean, com relação aos números, à subnotificação, à questão da rede da demanda, como laboratório, estamos aqui prontos para receber a demanda que vem de todo o Estado. Então, muitas vezes, a gente fica um pouco... Existe uma instabilidade no que virá como demanda, porque essa demanda é completamente espontânea. Realmente, as amostras que têm chegado... O laboratório esperava que chegasse muito mais. Realmente, o número de amostras que tem chegado até a Funed não é o que a gente imaginava.

É importante, além da rede dos laboratórios que habilitamos, lembrar que existe também a rede privada de laboratórios executando esses exames. Independentemente de ser rede pública e privada, mesmo assim, a gente acredita que, realmente, há um envio reduzido de amostras para nós. Isso, realmente, é evidenciado. Então, a gente fica aguardando, até mesmo... A princípio, a gente achou que isso estava ligado muito à restrição dos critérios de coleta. Por isso a gente tem avaliado, e a secretaria já está trabalhando na flexibilização, no afrouxamento desses critérios, para ver se aumenta esse número de amostras para análise. A própria secretaria tem a notificação também dos grandes laboratórios privados, pois eles fazem essa notificação para a secretaria. Então é importante, quando a gente vê aqueles números suspeitos, aquela coisa toda, gera uma impressão de que aquelas amostras estão vindo todas para a Funed. Não! O que veio para a Funed foram essas por volta de 16 mil. Então, se existem mais amostras sendo analisadas, estão dispersas em outros laboratórios do Estado, alguns, sim, cumprindo a norma, a recomendação de notificação à SES. Mas, a gente não tem nem como garantir que todos estejam fazendo essa notificação.

O Sr. Maurício Abreu Santos – Só complementando, Doutor Jean, em termos das entradas das amostras aqui, na Funed, como a Marluce colocou, a gente tem um relatório de monitoramento diário que a gente faz, em termos das entradas de amostras, amostras processadas, amostras liberadas para o GAL. Se gente pega as últimas entradas, temos recebido, aqui, na Funed, em média, 200 amostras por dia. É isso que está entrando, na Funed, em termos de amostras para serem analisadas. A gente tem um relatório, em que fazemos esse acompanhamento diário, inclusive dos nossos laboratórios colaboradores, para os quais, quando a gente não consegue atender essa demanda, dentro da nossa capacidade, essas amostras são distribuídas ou vão ser analisadas diretamente pelos colaboradores.

Então, o que nós temos recebido é aproximadamente isso. Dessas 16 mil amostras que eu coloquei no primeiro slide de apresentação, nós temos recebido, em média, 250 amostras, que têm entrado, por dia, na Funed. Neste final de semana, por exemplo, no domingo, entraram 58 amostras, e, no sábado, entraram cento e poucas amostras. Então, se computarmos a média global, dá em torno de 250 amostras/dia.

O presidente – Muito obrigado. Vamos passar agora a palavra ao deputado Doutor Paulo, que é membro efetivo da Comissão de Saúde, para suas considerações e questionamentos, pelo prazo de 5 minutos. Com a palavra, o deputado Doutor Paulo.

O deputado Doutor Paulo – Boa tarde a todos. Boa tarde, presidente Agostinho. Um boa-tarde especial ao deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, na pessoa do qual cumprimento os demais membros dessa comissão. Tenho que cumprimentar também os nossos convidados: Dr. Fábio Baccheretti, o Sr. Maurício Abreu e a Sra. Kátia Regina.

Para iniciar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma observação. Já tivemos vários convidados aqui, ao longo desses praticamente dois meses da pandemia, e o que a gente vê é que muitas perguntas são as mesmas: "Quando é que terá respirador?", "Quando é que terá EPI?", "O que estão fazendo com os recursos, recebendo disso e daquilo?", "O que fazer com essa ou aquela região?". Eu estou vendo que vai passar a pandemia, e nós vamos ainda estar esperando os respiradores, esperando as informações. Eu vejo que hoje – temos dois representantes aí do governo, que defendem, que representam duas grandes instituições do Estado, bem como a Sra. Kátia Regina, que representa a Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais – é mais do que

uma pergunta a eles, sabe, Sr. Presidente? É talvez que eles pudessem nos nortear sobre de que forma a Assembleia poderia agir, com as ferramentas que tem, com o poder que tem, para que isso pudesse resultar num desenvolvimento real, porque o secretário de Saúde, o Dr. Carlos Eduardo, que muito bem nos tem atendido, já esteve por duas vezes nesta Casa, e observem que as perguntas são feitas, as respostas são dadas, mas, na prática, no dia a dia, não há desenvoltura. O interior, especialmente o interior, continua com as suas deficiências, continua não recebendo isso ou aquilo do Estado e não sabendo de informações específicas, em especial, os hospitais e a economia. Então gostaria de fazer duas observações, mais do que perguntas aos nossos convidados.

Primeiro ao Dr. Fábio Baccheretti, da Fhemig. Vou colocar para ele uma situação que ocorreu no Sul de Minas, região que represento e onde moro também. Os hospitais, especialmente o hospital regional aqui, da cidade de Pouso Alegre, que é referência, atende 54 municípios da nossa região, deixou vários leitos de UTI à disposição do governo, à disposição da população. Só que não são leitos esperando respiradores, esperando recursos, não, são leitos prontos para uso. Porém, há a necessidade da habilitação frente ao Estado e frente ao Ministério da Saúde para que esses leitos possam ser utilizados de imediato e principalmente serem computados no cronograma do Minas Consciente, do Estado, como ativos. Pois o que está havendo – e não podemos esquecer, de maneira alguma, a economia do nosso estado, do nosso país, diante desta pandemia, temos que ter um olhar duplo nesse sentido – é que os prefeitos têm autonomia de estarem flexibilizando o isolamento social, em algumas cidades mais e noutras menos. Porém, as cidades estão preparadas para atender à população? Não estão sendo computadas no Minas Consciente, de forma que está no cronograma do governo uma zona vermelha, uma zona de alto índice de infecção, e isso, na prática, não é fato. Então, estamos dependendo da habilitação desses leitos para que possam ser computados pelo Estado, para que os prefeitos entendam, de fato, a realidade daquela região, para que ele possa trabalhar sua flexibilização. O Ministério Público orienta, recomenda que as prefeituras devam andar em consonância com o Minas Consciente, porém, na prática, não estão batendo as informações. Então os municípios poderão ter problemas com o Ministério Público e ao mesmo tempo estarão fazendo o seu papel corretamente. Então, seria o primeiro ponto para o Dr. Fábio.

Para o Sr. Maurício Abreu, da Funed, eu gostaria de saber dele sobre a possibilidade ou o porquê de as macros, especialmente a macro Sul, não poderem fazer os exames no interior. Por que, no interior, não podem fazer os exames da mesma forma que são feitos na capital? É por falta de insumos? Esses insumos não chegam? Qual a dificuldade de esses insumos chegarem? Não existe uma condição para que o Estado tome alguma providência e não somente espere a chegada no Ministério da Saúde, ou seja, nas mãos do Ministério da Saúde e não nas mãos do Estado, dos mineiros? Essa seria para o Sr. Maurício.

E, para finalizar, para a Sra. Kátia Regina. Gostaria de saber dela o que ela pensa a respeito. A gente tem que olhar para a frente, a pandemia vai passar – nós sabemos disso –, não há outro caminho que não seja a pandemia finalizar, mas quero saber da retomada das cirurgias eletivas, de grande importância para todo o País, para todos os mineiros. E fazer uma análise, uma analogia das regiões que estão menos infectadas, menos impactadas pela pandemia, onde aqueles hospitais que estão mais tranquilos pudessem retomar gradualmente as suas cirurgias eletivas, porque ficam os profissionais de saúde dependendo também de trabalhar, ficam os hospitais e santas casas dependendo dos recursos para que possam se movimentar, sejam eles públicos, para onde os recursos não estão vindo a contento, sejam da iniciativa privada, onde os recursos são os convênios e particulares. Então, peço uma orientação da Sra. Kátia de como poderia ser trabalhado esse cronograma a médio prazo. Eu fiz essa mesma pergunta ao nosso secretário de Saúde, e ele foi enfático em dizer o motivo que fez pararem as eletivas, que nós já sabemos: que foi devido à pandemia. Mas a pandemia já está do meio para o fim. O que podemos fazer para retomar em tempo hábil e não esperar o término para iniciar? O que a gente já pode estar programando?

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui falando com vocês.

O presidente – Muito obrigado, deputado Doutor Paulo, pela participação importante e também pela atuação nesta Casa e na Comissão de Saúde. Agradeço também a participação aqui da deputada Rosângela Reis, do deputado Cássio Soares, do deputado

Inácio Franco e do deputado Gustavo Valadares. Com a palavra, para as respostas aos questionamentos, o presidente da Fhemig, Fábio.

O Sr. Fábio Baccheretti Vitor – Obrigado, então, deputado e colega Paulo. A Fhemig, às vezes, é um pouco confundida com a Secretaria de Saúde. A gente é um prestador de serviço, então, temos 20 hospitais. No Sul de Minas, nós temos uma casa de saúde em Três Corações que não faz parte do atendimento à Covid, porque é uma casa de saúde de asilados da linha de cuidados da hanseníase.

Sobre a habilitação, é ter-se muito vínculo com o gestor local. Pouso Alegre é um gestor pleno. A gente pede a habilitação, os nossos hospitais pedem ao gestor local, que encaminha à SES e depois ao Ministério da Saúde. A gente conseguiu habilitar nossos novos leitos de CTI a partir do gestor local, então não é um pedido direto ao Ministério da Saúde ou à Secretaria de Estado da Saúde. A gente faz esse pedido a cada um dos gestores locais; fizemos esses pedidos diretamente a eles.

Então a gente concorda, a gente acha que a regionalização da saúde é o caminho. Eu acho que o Sul de Minas realmente possui grandes aparatos hospitalares capazes de fazer todo o atendimento. O deslocamento desse paciente não é um deslocamento fácil, esse planejamento certamente está dentro dos planos da Secretaria de Estado de Saúde e deve ser feita, sim, essa regionalização. A Fhemig está emprestando inclusive 20 respiradores para Diamantina porque lá os leitos já estão saturados, a taxa de ocupação já está chegando em 100%. Então, essa semana estamos emprestando 20 respiradores que nós consertamos com esse apoio do Senai e da polícia. Estão indo 20 respiradores essa semana para poder cumprir esse papel regional, e eu, como presidente da Fhemig, concordo com o deputado Doutor Paulo de que a regionalização é importante. A abertura dos leitos em Pouso Alegre – que é uma grande cidade – vai acrescentar muito à rede SUS de Minas Gerais.

O presidente – Muito obrigado, presidente. Vamos ouvir agora o presidente da Funed, Maurício Abreu Santos.

A Sra. Marluce Aparecida Assunção Oliveira – Com relação à pergunta que foi feita, na verdade são cinco macrorregionais, os laboratórios macro. Como eu disse no início, é uma metodologia de maior complexidade. Não há, nos macros, profissionais com tal capacitação e, na verdade, há uma grande falta de recursos humanos nos laboratórios macrorregionais. Mas, com a abertura das máquinas da Abbott, dois desses macrorregionais vão realizar o exame também – somente dois deles possuem esse equipamento. Com relação aos outros, nenhum deles está equipado e o RH não é habilitado, capacitado para fazer tais análises que são de alta complexidade.

O presidente – OK, muito obrigado. Vamos ouvir agora a presidente da Federassantas, Kátia Rocha.

A Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha – Quero agradecer a pergunta do deputado Paulo. Deputado, eu não vou resistir. Apesar de o senhor ter dirigido a questão de Pouso Alegre ao Dr. Fábio, como eu conheço de perto o Hospital Samuel Libânio, eu gostaria só de fazer um comentário muito interessante e ao mesmo tempo curioso, que demandaria até uma apuração melhor para a gente entender o que aconteceu.

O Hospital Samuel Libânio, de Pouso Alegre, foi o único ou um dos únicos filantrópicos inseridos no primeiro plano de contingência do Estado de Minas Gerais, que foi construído no final de fevereiro. O que é mais curioso, como eu disse, é que o Brasil já habilitou com a diária de R\$1.600,00 mais de 3.800 leitos e aqui, em Minas Gerais, nós só tivemos o encaminhamento pelo Estado de 55 leitos. Pouso Alegre ficou de fora, ou seja, era um dos primeiros hospitais na rede filantrópica identificado – quando ainda nem havia casos confirmados em Minas Gerais – como uma referência para o atendimento à Covid. Ou seja, esses 20 leitos de que eu tenho conhecimento e que estão prontos lá para começar a funcionar significariam um recebimento pelo Ministério da Saúde de quase R\$3.000.000,00. É aquilo que eu disse: gestão seja pública ou privada demanda planejamento, mas demanda também tempo-resposta, tomada de decisões num tempo recorde, ainda mais em meio a uma pandemia. Vamos lembrar que todo gestor público, quando senta na cadeira para virar gestor público, assume riscos na medida das suas decisões. Nós não estamos querendo que o Estado faça nada do ponto de vista de ilegalidade, mas que ele consiga conjugar legalidade também com a questão da eficiência, que ele consiga ter

agilidade nessa tomada de decisões, estabelecer um fluxo de informações para que as coisas aconteçam no tempo que a sociedade precisa. Senão, daqui a pouco os nossos leitos de UTI em Minas Gerais vão se habilitar depois que acabar a pandemia.

Enfim, quanto à outra pergunta que o senhor fez, é um debate que a gente tem se debruçado sobre ele, que é a questão das medidas eletivas. Precisamos deixar claro que o Coes, esse gabinete de crise que foi criado para a Covid em Minas Gerais, deliberou pela suspensão das cirurgias eletivas em todos os serviços no Estado. De fato, eu acho que diante de cada região de saúde, diante de cada município, isso deve ser repensado porque vamos lembrar que há cirurgias eletivas que o cidadão pode aguardar sem maior agravamento, mas há cirurgias eletivas que causam sofrimento intenso às pessoas e que a doença ainda pode se agravar. Então, é importante fazer um filtro até estratificando essas cirurgias... Se nós já não conseguiríamos fazer, também dependendo da região, de como está. Aí a gente tem outro problema, não é? Como há subnotificação, a gente não possui teste suficiente, e existe um outro viés perigoso que é a informação às vezes não tão qualificada. É por isso que trabalhar na saúde envolve toda uma logística e uma estratégia de gestão muito singular; não é para qualquer um se aventurar a trabalhar num setor complexo como esse, ainda mais na dimensão de um Estado como é Minas Gerais. O que eu acho que seria interessante era nós criarmos um fluxo de decisões para as nossas instituições a depender da situação concreta, debatendo com os médicos das nossas instituições, com os corpos clínicos desses hospitais, para que a gente pudesse criar realmente momentos diferentes para o atendimento dessas cirurgias eletivas.

Só queria fazer mais uma ressalva. É muito importante, gente, e eu vou frisar isso mais uma vez: nós estamos com quase R\$150.000.000,00 nos cofres do Estado oriundos de recursos federais, sem falar das emendas parlamentares que também não chegaram. Não é possível que a gente deixe essas instituições agonizando, que já suportam R\$1.000.000.000,00 de dívidas do Estado, para aguardar mais o quê, não é? Eu vou repetir essa pergunta várias vezes. Nós precisamos agilizar esse repasse porque, senão, depois, nós não teremos estruturas hospitalares com capacidade de enfrentar outro problema que vai haver pós-pandemia, que é o grande volume de demanda reprimida por cirurgias nos hospitais.

Só quero fazer uma observação: essa decisão do Coes de suspender as cirurgias eletivas acaba favorecendo as operadoras de planos de saúde, que estão lá buscando liberação de recursos junto ao MS – de suas reservas técnicas –, mas, em compensação, o sinistro, o gasto que estão tendo hoje com o atendimento ficou muito menor. Então, esse é um outro debate fundamental para mim: a gente induzir um equilíbrio da relação desses hospitais com as operadoras de plano de saúde.

Estou à disposição de vocês para desdobrarmos essa reunião em outras tantas pautas separadas, porque acho que foi muito rico aqui hoje o debate.

O presidente – Muito obrigado, Dra. Kátia. Vamos, agora, às considerações finais. Passo a palavra ao presidente da Fhemig para as suas considerações finais.

O Sr. Fábio Baccheretti Vitor – Obrigado, presidente. Então, só queria agradecer por todas as perguntas. Foi muito importante para a Fhemig ter essa oportunidade de apresentar o Plano de Capacidade Plena Hospitalar. Está publicado no *hotsite* da Fhemig. Convido todos a entrar lá. Há várias informações públicas importantes, inclusive protocolos que podem ser compartilhados. Quero dizer que o nosso Plano de Capacidade Plena está na terceira versão. Provavelmente, a cada mês, haverá uma versão atualizada.

Fico à disposição para qualquer dúvida e esclarecimento. Junto com a Funed, que é uma grande parceira, fundamental no diagnóstico, e junto com a Federassantas, com a Kátia – é um papel fundamental o das santas casas em Minas Gerais –, coloco-me à disposição. Juntos, realmente, vamos poder dar uma grande resposta à saúde pública neste momento que nunca vivemos – talvez não viveremos outro parecido. Então, muito obrigado pela oportunidade. Coloco-me sempre à disposição.

O presidente – Muito obrigado, presidente. Vamos, ouvir, agora, o presidente da Funed, Maurício Abreu Santos, para as suas considerações finais.

O Sr. Maurício Abreu Santos – Gostaria, também, de fazer um agradecimento a todos. Acho que essas oportunidades que temos têm de ser realmente bem aproveitadas para que coloquemos realmente a situação que estamos vivenciando diante dessa pandemia. Na Funed, estamos trabalhando intensamente, com todas as nossas forças de trabalho, com todos os nossos servidores, para que possamos atender, da melhor forma possível, dentro dos prazos, no menor prazo possível, a todas as demandas que nos são repassadas. Estaremos sempre à disposição de todos vocês que queiram orientações e informações. Estaremos sempre à disposição para atendê-los da melhor forma possível.

Queria aproveitar também o momento e fazer um agradecimento em especial à deputada Beatriz Cerqueira, ao deputado Bartô e ao deputado Guilherme da Cunha, que encaminharam recursos de emendas parlamentares para a Funed para serem utilizados em despesas de custeio no combate ao coronavírus. Estamos trabalhando intensamente para que consigamos vencer essa pandemia e sair desse tumulto da melhor forma possível – e vamos sair com certeza.

Agradeço a todos. Coloco-me e coloco a Funed à disposição de vocês. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Maurício Abreu. Vamos, agora, passar a palavra à presidente da Federassantas, Kátia Rocha, para suas considerações finais.

A Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha – Presidente, quero agradecer, mais uma vez, acho que a iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais sob a sua presidência merece total reconhecimento nosso, porque realmente foi uma oportunidade magnífica de conversar com nossos deputados, de conversar com nossos pares, que, não obstante estarem em estruturas públicas, conhecem perfeitamente os nossos desafios e são fundamentais até para que reforcem o coro conosco para que consigamos vencer os nossos desafios também.

Sou um pouco atrevida e já queria propor uma dinâmica de trabalho para a nossa Comissão de Saúde, através do nosso coordenador, deputado Carlos Pimenta, e de todos os demais integrantes: que estabelecêssemos como próxima pauta a questão das emendas parlamentares. Precisamos fazer com que essas emendas impositivas – agora, temos de lembrar da regra constitucional –, com que os esforços de vocês aí no Legislativo cheguem aos nossos hospitais. Então, acho que, nesse primeiro momento, com esse recurso chegando aos nossos hospitais, abriríamos muito a capacidade de atender e de dar auxílio ao nosso cidadão. Temos outras tantas matérias que discutimos aqui, mas vamos a uma coisa de cada vez, porque acho que essa é a que está mais ao alcance de vocês no sentido de nos ajudar e de fazer realmente com que o dinheiro chegue à ponta, onde o atendimento acontece.

No mais, quero agradecer a Deus por esta oportunidade e por ter tido esta chance realmente de debater com vocês. Um grande abraço a todos.

O presidente – Muito obrigado. A presidência agradece, mais uma vez, a presença a participação da Sra. Kátia Rocha, presidente da Federassantas, dos Srs. Fábio Baccheretti Vítor, presidente da Fhemig, e Maurício Abreu Santos, presidente da Funed, do deputado Carlos Pimenta e dos demais parlamentares.

### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 14, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/5/2020**

### **Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Carlos Henrique**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Homenagem Póstuma – Esclarecimento sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Pronunciamentos de Deputados – Encerramento.



### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 14h12min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

### Ata

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

### Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a debater proposições relacionadas à pandemia de Covid-19.

### Homenagem Póstuma

O presidente – A presidência, atendendo a pedido do deputado Carlos Henrique, aqui nos honrando com a sua presença, determina seja feito 1 minuto de silêncio em homenagem ao Sgt. Rodrigo Sarto, que faleceu em serviço, no dia 16 de maio, em Boa Esperança, protegendo a sociedade com sua própria vida.

– Procede-se à homenagem póstuma.

### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela pandemia de Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, e tendo em vista a necessidade de preservar a continuidade das atividades parlamentares e legislativas, esclarece que a reunião especial destinada a debater proposições relacionadas à pandemia de Covid-19 será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se as seguintes diretrizes:

- 1) A reunião especial destinada a debater proposições relacionadas à pandemia de Covid-19 será convocada preferencialmente para as terças-feiras, às 14 horas, com duração de duas horas;
- 2) O deputado poderá se inscrever para fazer uso da palavra, pelo prazo de 5 minutos;
- 3) A inscrição deverá ser realizada pelo Sistema de Informações Legislativas – Silegis – e obedecerá às normas de preferência para fazer uso da palavra estabelecidas no § 2º do art. 157 do Regimento Interno;
- 4) O prazo para inscrição será das 12 horas do dia anterior à reunião especial até o término da respectiva reunião;
- 5) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver *online* no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

6) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo orador inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar;

7) Não será admitido aparte ao pronunciamento do deputado.

8) Por fim, a presidência informa ao Plenário que o prazo para a apresentação de emendas aos projetos que serão apreciados na reunião extraordinária desta quinta-feira se encerra amanhã, dia 29/4, às 12 horas.

### **Pronunciamentos de Deputados**

O presidente – A presidência passará a palavra aos deputados inscritos, lembrando que cada parlamentar disporá de 5 minutos para seu pronunciamento.

Com a palavra, o deputado Fábio Avelar de Oliveira.

O deputado Fábio Avelar de Oliveira – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos os deputados e deputadas presentes.

Queria fazer um pedido a V. Exa. Tenho três projetos de lei na Casa. O Projeto de Lei nº 1.944, que dispõe sobre o salário mínimo regional dos profissionais de enfermagem do Estado de Minas Gerais; o Projeto de Lei nº 1.945, que dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de enfermagem; e o Projeto de Lei nº 1.946, que dispõe sobre o adicional de insalubridade.

Sabemos, Sr. Presidente, deputadas, deputados, da dificuldade dos nossos guerreiros enfermeiros que estão na linha de frente contra a Covid-19, o coronavírus. Então quero pedir a atenção de V. Exa. e aos demais deputados para que esses três projetos tramitem na Casa o mais rápido possível, para que a gente possa dar ainda mais um pouco de condições aos verdadeiros guerreiros que estão no enfrentamento nos defendendo e defendendo toda a população do nosso estado, com esse projeto de lei de minha autoria.

Quero também, Sr. Presidente, pedir a V. Exa. uma ajuda. A ajuda que eu queria de você, presidente, é referente à Copasa. Estamos aqui, em Nova Serrana, e tanto eu quanto a população toda da cidade estamos em casa. Sabemos muito bem do tratamento de hoje, que nós precisamos nos cuidar através de água e sabão. Nova Serrana, desde quarta-feira até ontem, está sem água. Tentei falar com o presidente da Copasa e não consegui; falei só com o diretor regional João Martins, aqui da nossa região, e ontem normalizou o abastecimento de água em Nova Serrana. Mas praticamente ficamos seis, sete dias – quarta, quinta, sexta, sábado, domingo e parte do dia do ontem – sem o fornecimento de água numa cidade de 110 mil habitantes, onde as pessoas estão em casa e acabaram ficando sem água, sem ter o cuidado especial que é lavar as mãos com sabão. Não havia água.

Então gostaria de pedir a V. Exa. aí, com toda a sabedoria que tem como nosso presidente e líder maior, que peça para mim esta reunião, porque realmente eu não consegui. Eu quero falar, Sr. Presidente, deputado Agostinho, é com o presidente da Copasa, porque eu já venho trabalhando para a demanda de Nova Serrana desde 2015, no meu primeiro mandato. Eu consegui junto ao governo estadual e até mesmo da Copasa o investimento de aproximadamente R\$40.000.000,00 para Nova Serrana. Porém, até hoje não finalizaram as obras, e novamente aconteceu de Nova Serrana ficar sem o fornecimento de água e também sem o tratamento de esgoto. É um absurdo cobrarem da população de Nova Serrana, que não tem tratamento de esgoto.

Então eu queria pedir a você, presidente, que faça esse comunicado, através da Assembleia, para que o presidente Carlos Eduardo possa me receber ainda esta semana e, se for possível, na sexta-feira, para tratarmos desse assunto de Nova Serrana, porque a situação está muito crítica aqui.

Era isso o que eu tinha a dizer, presidente. Muito obrigado pela atenção. Um abraço a todos os deputados e deputadas. Um abraço do deputado Fábio Avelar.

O presidente – Muito obrigado, deputado Fábio Avelar. Cumprimento V. Exa.

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Glaycon Franco.

O deputado Glaycon Franco – Boa tarde, nobre presidente da Assembleia de Minas, deputado Agostinho Patrus; boa tarde caros amigos deputados e deputadas; distinto público que nos acompanha pela TV Assembleia e pelas mídias digitais.

Sr. Presidente, faço uso hoje da tribuna virtual para pedir o apoio desta Casa, em especial da Mesa diretora – inclusive estou aportando dois requerimentos de assuntos de que já tratei, assuntos recorrentes que se referem à questão da nossa saúde em Minas Gerais. O primeiro deles, Sr. Presidente, é em relação ao nosso Samu. Já tive a oportunidade de trazer essa situação em outros momentos ao debate nesta Casa, porque não está havendo alguns repasses ao Samu, principalmente em relação ao débito de dezembro de 2019 e de janeiro de 2020, chegando à cifra de R\$27.376.505,58. Nós sabemos, neste momento, a importância que o Samu tem nessa batalha, nessa luta em relação à pandemia que ora vivenciamos.

Para vocês terem uma ideia, o consórcio Cisrun deve a ele R\$6.755.289,90; o Cisdeste R\$5.133.890,44; o Cisnorte, R\$4.636.771,80; o Cis-Urg Oeste, R\$4.556.379,68; o Cistri, R\$2.820.271,04; e o consórcio que atende aqui a minha querida região Centro-Sul, do Alto do Paraopeba, Vale do Piranga, Campo das Vertentes, R\$3.473.902,72.

Então, gostaria de pedir o apoio de V. Exa. e do Colégio de Líderes para que possamos reforçar esse pedido junto ao secretário de Saúde para atualizar esse repasse.

Outra situação, Sr. Presidente: o senhor tem acompanhado de perto a nossa luta em relação ao reinício das obras dos nossos hospitais regionais. O nosso governador, pela rede (– Falha na transmissão do áudio), em 29/4/2020, fez um pronunciamento em que relatou que já existia o recurso para terminar o Hospital Regional de Governador Valadares, fruto das medidas compensatórias da Fundação Renova, e também anunciou o reinício das obras dos hospitais regionais de Divinópolis, Conselheiro Lafaiete, Sete Lagoas e Teófilo Otôni. Isso foi motivo de muita alegria e de muito entusiasmo na nossa região.

Nós, como médicos, sabemos da importância dessa política pública, que é a política da interiorização da saúde. Nós sabemos que, no interior de Minas, os tratamentos, principalmente os que se referem à média e à alta complexidade, são carentes. É uma carência crônica que temos, e infelizmente não terminaram essa obra. Agora, nós estamos bastante esperançosos porque sabemos que vai ser um divisor de águas, principalmente para esses atendimentos mais sofisticados, mais complexos.

Infelizmente, ainda não saiu um cronograma. Para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, um vereador da nossa querida cidade natal de Conselheiro Lafaiete encaminhou um ofício à Secretaria de Saúde e recebeu a seguinte resposta do secretário adjunto de Saúde Luiz Marcelo Cabral, no dia 5/5/2020. Trecho do ofício (– Lê:): “A Secretaria de Estado de Saúde está pleiteando junto à Vale, por meio do Comitê Gestor Pró-Brumadinho, a conclusão de alguns hospitais regionais, entre eles o de Conselheiro Lafaiete, como ação compensatória em decorrência ao rompimento da barragem. Esse pleito, no entanto, está em fase de avaliação, não havendo até o momento quaisquer definições por parte da Vale quanto à aprovação das medidas propostas”.

Então, esse ofício que o nosso vereador colocou aqui, na tribuna, e que ganhou uma repercussão na nossa região foi um balde de água fria. Então, gostaria que a Mesa (– Falha na transmissão do áudio) V. Exa., que nós – inclusive estou encaminhando ofício nesse sentido – indagássemos ao nosso governador qual vai ser o (– Falha na transmissão do áudio), que ele anunciou no dia 29 de abril, e todo mundo está esperançoso em relação a essa questão.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo pelo brilhantismo com que V. Exa. vem conduzindo os trabalhos desta Casa. Sou testemunha do seu trabalho, da sua honradez, da sua capacidade de diálogo, da serenidade, do espírito puro, de estar sempre ouvindo os deputados e o Colégio de Líderes, sempre buscando o consenso, o denominador comum. E eu tenho a certeza de que V. Exa. está sendo um dos principais protagonistas nesse processo de combate ao novo coronavírus.

Então, fico tranquilo sob seu comando e tenho a certeza e a convicção de que iremos sair dessa crise, de que iremos vencer essa crise. Minas, mais uma vez, vai ser o exemplo para os demais estados; Minas, mais uma vez, dado o seu espírito público, dada essa característica singular do povo mineiro, dada essa marca indelével do nosso povo que é a nossa mineiridade, vai ser, mais uma vez, o timoneiro dessa grande nau nesses tempos sombrios, nebulosos e revoltosos que ora estamos vivenciando. Então, o senhor está de parabéns, Sr. Presidente. E conte sempre conosco.

O presidente – Muito obrigado, deputado Glaycon Franco.

Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Delegada Sheila.

A deputada Delegada Sheila – Boa tarde, Sr. Presidente, todos os nossos colegas deputados e aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia e também pelas mídias digitais.

Hoje eu estou aqui com uma situação muito especial: nós estamos na semana do dia 18 de maio. O dia 18 de maio, como todos nós sabemos, é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Essa é uma causa muito cara para mim. Eu já venho trabalhando nisso há muitos anos – nós temos o movimento “Juntos Contra a Pedofilia”.

Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer ao Sr. Presidente a deferência que sempre deu a esse assunto na nossa Casa Legislativa, o carinho com que acolheu o lançamento da frente parlamentar de combate à pedofilia em setembro do ano passado e todas as ações desenvolvidas pela frente parlamentar. Essa frente parlamentar é uma frente parlamentar mista e é composta por outros deputados estaduais também – a deputada Celise Laviola, que tem uma participação muito importante na frente; o deputado Gustavo Mitre; e a deputada Ione Pinheiro. Também temos o deputado federal Charllles Evangelista, o vereador Carlos Henrique, promotores de justiça, juízes, procuradores, desembargadores, advogados, delegados de polícia, médicos legistas, professores e policiais militares. O nosso objetivo é desenvolver ações de prevenção à ocorrência de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; elaborar, a muitas mãos, projetos de lei eficazes no combate a esse crime – no âmbito estadual, projetos de lei que tratam de políticas públicas no caso de prevenção – e também fazer proposituras, para que sejam apresentadas em nível nacional leis mais fortes, mais rígidas, mais contundentes e também leis para preencher lacunas legislativas no combate a esses crimes tão horríveis.

Este ano, nesta semana, por conta do isolamento social, a frente parlamentar decidiu que nós desenvolveríamos atividades voltadas para a questão do ambiente virtual. Por quê? Porque as crianças e os adolescentes estão na situação de isolamento, de quarentena, permanecendo por muito mais tempo na internet e, então, tornando-se alvos fáceis para pedófilos criminosos. Pensando nisso e também baseados em dados da Polícia Civil que muito nos preocupam, vimos que o número de registros desse tipo de ocorrência caiu muito. Para terem ideia, o estupro de vulneráveis, que é o estupro de crianças e adolescentes, caiu cerca de 63%; o estupro comum caiu cerca de 70,59%. Aí falam assim: “Mas o número de registro caiu, seria motivo de comemoração”. Não, nós sabemos que esses números caíram por conta da subnotificação, que é real. Essas crianças e esses adolescentes perderam o principal canal de denúncia deles. Normalmente, professores nas escolas percebem algo diferente nessas crianças, ou as crianças acabam contando para um coleguinha, o que chega aos pais, chega aos professores ou, pelos próprios professores, chega ao Conselho Tutelar e, então, esses casos chegam até a delegacia de polícia. E hoje infelizmente essa criança e esse adolescente estão em isolamento com pessoas que, muitas vezes, são os seus violentadores. Então essa é nossa preocupação com os abusos sexuais no período da quarentena; é a preocupação de toda a frente parlamentar.

Só para finalizar, eu vou passar para vocês rapidamente, e agradecer também à TV Assembleia, que abraçou a nossa causa, e está desenvolvendo várias ações junto à TV, principalmente as lives. Haverá algumas lives importantes realizadas por especialistas na área. Vou deixar aqui o nosso calendário.

No dia 18 de maio, ontem, já aconteceu a primeira live, com a Dra. Ana Flávia, psicóloga da Depca, e com a Dra. Renata, que é delegada da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente. No dia 22 de maio, às 10 horas, vai haver uma live cujo tema é “Combate aos crimes de pedofilia e segurança digital para crianças e adolescentes”, feita pelo Dr. Casé Fortes, que é um promotor de justiça muito atuante nessa área, lá da cidade de Divinópolis. E também no dia 22 de maio, às 15 horas, a live “Atendimento integral às vítimas de violência sexual”, pelo médico-legista superintendente de Polícia Técnico-Científica do Estado de Minas Gerais, e também pela Dra. Elisa Cunha, que é médica-legista também, chefe do setor de sexologia forense do IML. Eles tratarão desse assunto. Essas lives são transmitidas no YouTube da Assembleia e também pela TV Assembleia.

Última ação que nós estamos realizando: a confecção dessas máscaras. São máscaras que trazem a mensagem: “Não se cale”. Proteção à infância também no ambiente virtual “Juntos contra a pedofilia”, e o canal de denúncias, que é o Disque 100.

Hoje nós estivemos na Depca – Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente – fazendo a distribuição dessas máscaras para os profissionais que trabalham lá, e, ao longo da semana, estaremos distribuindo também para outros profissionais da área da segurança pública e pessoas que queiram nos ajudar na campanha.

Muito obrigada a todos. Mais uma vez, quero agradecer à Assembleia Legislativa por ter abraçado essa causa e estar nos ajudando tanto.

O presidente (deputado Carlos Henrique) – Muito bem! Parabéns, deputada Delegada Sheila, pelo seu belíssimo trabalho, uma pauta tão importante para nossas crianças, juventude, e para toda a sociedade mineira! Conte sempre com a Assembleia.

Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente, deputado Carlos; boa tarde, colegas parlamentares, povo mineiro que nos acompanha e assessores da Assembleia.

Quero parabenizar a minha colega deputada Delegada Sheila pela iniciativa dessa ação tão importante, especialmente, Sheila, neste ano em que nós temos alguns dados importantes, algumas datas a celebrar. Eu, que coordeno a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aí, na Assembleia, quero registrar que, neste ano, nós celebramos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, um marco na garantia de direitos desses seres tão importantes para a nossa sociedade; e também comemoramos 20 anos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Então essa é uma pauta muito importante. Parabéns pela iniciativa. Estou junto nessa luta, nesse enfrentamento necessário para a garantia da vida das nossas crianças.

Mas quero destacar aqui, presidente, que nós temos alguns projetos na pauta desta semana, e, dentre eles, três projetos que fazem menção aos profissionais da saúde. Quero destacar aqui que são projetos que visam à qualidade de vida, à segurança do trabalho das pessoas da saúde. E quero destacar aqui a equipe da enfermagem. (– Falha na transmissão do áudio) Dia 17 de maio, domingo, foi o Dia Nacional de Valorização da Enfermagem, esse profissional que é essencial, que é fundamental, quando a gente pensa em saúde, quando a gente pensa em saúde pública, e que, no entanto, não tem os seus direitos garantidos, não tem ainda uma estrutura de carga horária que dê a ele qualidade de vida e de saúde. Esses profissionais tão importantes, tão decisivos no atendimento, muitas vezes fazem dobradas, dobradas e dobradas, trabalham quase 24 horas por dia para conseguir um salário que lhes permitam viver nas poucas horas que estão fora das unidades de saúde.

Eu queria aproveitar esta semana para destacar a importância e a nossa luta pela valorização da enfermagem, a luta pelas 30 horas, que podem trazer melhor qualidade de vida para essas profissionais tão importantes.

Eu quero destacar também, presidente, que recebi, no meu gabinete, uma carta de um professor, que me pediu, inclusive, que desse ciência aos demais colegas. Eu vou fazer a leitura aqui e já a encaminhei, como requerimento, à Assembleia, e, para ciência, à Secretaria de Estado de Educação. Mas acho que é importante a gente compartilhá-la, até para termos uma noção clara do que está acontecendo na ponta com os nossos profissionais da educação.

Vou fazer a leitura: “Eu, como professor, não poderia deixar de informar à Assembleia a gravidade da situação que estamos vivendo. Quero dizer que o que o governo está fazendo com a educação é uma covardia humilhante. Todos os profissionais da educação estão cumprindo o isolamento social. E, cumprindo esse isolamento, não poderá ter acesso a nenhuma outra atividade que possa gerar renda e proventos para a sua família.

Estamos sem salário e sem nenhum auxílio do Governo do Estado para a classe da educação. Há pessoas na educação já passando grandes dificuldades em relação a alimentos, leite para os seus filhos, coisas básicas. É uma covardia com os servidores.

A educação é vital para uma sociedade. A partir do momento em que o governo não consegue reconhecer isso, que sociedade vamos formar para o futuro? É preciso respeitar a dignidade humana dos profissionais. Está sendo desumano deixar todos

confinados e desamparados para prover os alimentos e materiais de uso (– Falha na transmissão do áudio) Muitos profissionais estão se endividando com as instituições financeiras”.

Esse professor se chama Wiliam. Ele me encaminhou essa carta pedindo inclusive que todos nós, deputados e deputadas, possamos lutar e fazer coro com essa demanda, que é legítima.

Para encerrar essa colocação do Prof. Wiliam, eu quero trazer aqui um dado que foi publicado hoje e muito me preocupou e me chamou a atenção. Acho que também é merecedor de conhecimento nosso: é sobre o Bolsa Merenda. Dos 380 mil que têm direito ao Bolsa Merenda, apenas 170 mil alunos conseguiram se inscrever para sacar os R\$50,00. Nós estamos falando de cerca de 30% dos alunos que têm direito. E eu considero isso um absurdo, porque nós já sabemos que essas pessoas estão na faixa de maior pobreza. Nós não podemos exigir que eles tenham internet para se inscrever nos programas. Então, é um absurdo o Estado dar esse tipo de tratamento a essas famílias, que são as mais vulneráveis, que têm menos condições e, conseqüentemente, menos terão acesso às teleaulas. A educação não pode ser instrumento de desigualdade. Ela tem que ser instrumento de promoção da igualdade, promoção da dignidade humana.

Eu gostaria de registrar aqui que, no dia 30 de abril, foi aprovado na Assembleia um requerimento de minha autoria, que solicitava à Sedese e à Secretaria de Educação a correção das formas de acesso dessas famílias. Aproveitando que está sendo paga agora a segunda...

Queria reafirmar esse pedido, para que tenhamos cuidado, atenção e zelo pela vida das nossas crianças e adolescentes. Muito obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Ana Paula Siqueira. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, deputados e deputadas. Boa tarde ao deputado que está assumindo as tarefas hoje à tarde.

Quero dizer que me inscrevi para fazer algumas reflexões sobre o que tem me chamado a atenção. A gente tem agido muito no sentido de garantir direitos para as pessoas durante a pandemia, mas a realidade do nosso estado, do município onde eu vivo, me chamou a atenção esta semana. A primeira morte por Covid-19 aqui, em Ribeirão das Neves, é de um idoso que estava, há meses, internado em Belo Horizonte. Ele foi internado na região metropolitana.

A reflexão que eu trago aos colegas e às pessoas que me assistem é sobre a dependência que o nosso município aqui ainda tem com a saúde da região metropolitana, não é mesmo? Aqui não tem hospital com UTI, ainda não tem respiradores suficientes para toda a população. E esse idoso ficou meses internado, longe da família, para tratar uma doença comum que, inclusive, a OMS chama de doenças tropicais negligenciadas, que estão muito associadas a doenças que assolam negros e pobres.

Então, eu quero trazer essa reflexão da nossa necessidade e não só defender o isolamento de forma separada, cada município tomando a sua decisão, mas precisamos refletir sobre o quanto o Estado precisa se posicionar sobre esse isolamento, porque ainda temos uma saúde muito deficitária. É uma questão de humanidade, não é?

Quero saudar também a deputada Leninha e a deputada Ana Paula Siqueira, juntas desenhamos um projeto de lei pensando justamente nessa proteção integral da saúde da população negra. É uma recomendação também de vários documentos internacionais, mas principalmente durante o período da pandemia o quanto é necessário a gente também ter registro dessa população. Saber, conhecer o perfil de quem está morrendo, neste momento, com dados de outras pesquisas que mostram que a doença no Brasil está ceifando vidas de negros, pobres e as pessoas mais distantes das políticas de Estado. Isso é importante para nos orientar nas próximas ações.

Queria também fazer a defesa aqui do Fundo de Erradicação da Miséria. A gente vai votar esta semana o veto do governador e dizer que os fundos precisam ser protegidos para que atendam interesses de políticas sociais, para as quais esse fundo foi criado. Erradicar a miséria é um compromisso de combate à desigualdade que tem refletido, inclusive, nisso. Municípios não têm hospitais, a maioria da população que está morrendo de Covid-19 são negros e pobres, pessoas desempregadas. Então, eu sustento que o objetivo do Fundo de Erradicação da Miséria é atender as políticas sociais e não ter seu uso indiscriminado. Então é tão importante a gente votar amanhã o veto conscientes disso, desse nosso compromisso.

Um outro tema que me chama atenção é a questão da educação. Estamos em crise na educação no Brasil, com ataques diretos do governo federal e do governo do Estado. A gente vê quem quer acabar com a educação pública universal, como diz Darcy Ribeiro, é um projeto que pretende extinguir, inclusive, o Fundeb e outros fundos pactuados na Constituição de 1988. Está previsto na Câmara Federal esse tema voltar para ser debatido: o fim do Fundeb, do FGTS, ataques a fundos que são extremamente importantes para que, após-Covid, diante de todas as crises econômicas que nos levaram a esse momento, inclusive, estar debatendo economia. E o governador Zema debate a economia acima da vida.

É extremamente importante para a gente estar atento ao papel dos fundos no pós-Covid. As políticas públicas de Estado não podem ser interrompidas por causa de orçamento e principalmente porque estamos falando de uma economia que, de fato, vai demorar anos para se recompor, principalmente porque tanto o governador quanto o presidente da República têm apostado numa economia que aposta em investimentos, facilitando para empresários, esquecendo que o primordial neste momento é o Estado apresentar um projeto que garanta às pessoas terem pleno emprego. Se as pessoas não têm emprego, a gente não vai salvar, não vai mudar a realidade dessa economia.

Então, eu agradeço e quero aqui dizer que esse 1 minuto de silêncio também deveria se estender a mais uma criança morta pela mão do Estado, que continua naturalizando a morte de negros e pobres. Quero dizer da preocupação com as mortes que ainda continuam acontecendo para além da Covid. Obrigada pelo espaço. Estamos juntos.

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Muito obrigado, deputada Andréia de Jesus. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, uma boa tarde a V. Exa., à deputadas e aos deputados que participam desta sessão; e a todos aqueles, cidadãos e cidadãs mineiras, que nos acompanham pelos canais da TV Assembleia.

Sr. Presidente, recebi hoje – e estou aqui com ela em mãos – uma resposta do Tribunal de Contas a um ofício que foi aprovado nesta Casa de um requerimento que apresentamos solicitando informações referentes às receitas tributárias do Estado, como está a receita e a despesa, já que nós estamos vivendo um conflito de informações. É uma narrativa em que o Estado... O governador a todo momento lamenta a situação econômica pela qual passa para justificar a falta de ação, a falta de governabilidade, a falta de uma ação efetiva no combate à pandemia, mas essencialmente no que diz respeito a pagamentos. Nesse caso, eu quero expressar claramente o pagamento dos servidores da educação.

O governador insiste em continuar no palanque fazendo uma disputa de ficar olhando no retrovisor a todo momento, culpando o governo passado. Recordo-me muito bem, presidente, de que o governador, quando esteve na Assembleia no momento da posse deste mandato dos 77 deputados, naquele momento, foi muito claro em reconhecer e culpar – se assim pode-se dizer – a situação do Estado por todos os governos passados. Ele, durante um tempo, fez isso, foi culpando os 16 anos do governo do PSDB e querendo justificar também, obviamente, a situação do governo anterior ao qual estivemos à frente. Só que, de um tempo para cá, ele resolveu culpar apenas os últimos quatro anos, esquecendo-se de todo o passado, porque, obviamente, quer construir uma base na Assembleia Legislativa e, para isso, não quis atacar um partido que hoje o está apoiando, ou seja, ele está escondendo informações. E a gente vem procurando a todo momento apontar onde está a verdade desse caso. Então, no site da Transparência, a gente levanta informações. Além disso, a mídia tem levantado informações, mas o governador e o seu secretário sempre vêm colocando dúvidas.

Então, obviamente, o que nós fizemos, no nosso papel de legislar e de buscar a informação, foi um requerimento, aprovado em Plenário, ao Tribunal de Contas. Eu recebi hoje, há poucas horas. Não tive tempo de me debruçar sobre todo o documento, e o farei com calma durante o dia de hoje. Quero amanhã ter a oportunidade de aprofundar isso. Mas alguns dados desse relatório do Tribunal de Contas vale aqui ressaltar e já deixar a pauta na Assembleia. Vou compartilhar com os demais colegas esse relatório, atualizado há dois dias pelo Siafi, ou seja, dados oficiais dos quais o governo presta conta ao órgão competente, que é o Tribunal de Contas, e com que nos respondeu sobre esse requerimento aprovado pela Assembleia. O presidente Mauri Torres me encaminhou como resposta oficial: “Tendo em vista o requerimento formulado por V. Exa., encaminho...”. Estou lendo aqui o relatório que ele encaminha. Ele fala em um dos parágrafos claramente: “Nos três primeiros meses de 2020, no primeiro trimestre” – e nós temos falado isso claramente –, “a receita apresentou tendência de crescimento, mas, a partir de abril, se tornou” – e é possível verificar – “uma pequena recessão. Analisando os dados de forma detalhada, consta-se que a arrecadação de imposto subiu exatamente no período do primeiro trimestre”.

Então, presidente, em abril, não houve queda de receita. O governador, numa coletiva na última sexta-feira, junto ao seu secretário de Estado da Fazenda, fez a apresentação exatamente mostrando que o governo tinha caixa, mas havia recursos vinculados. É um discurso que não cola, porque, na hora em que fala do Fundeb, ele usa o dinheiro vinculado do Fundeb para outras despesas; e, na hora em que tem caixa, ele justifica com um discurso de que são recursos de receita vinculada. Em maio, é verdade que a receita está em queda, Sr. Presidente. Mas é claro e já é possível afirmar pelos dados – e nós vamos mostrar isso detalhadamente com mais tempo num debate – que exatamente as despesas empenhadas estão numa enorme queda. O governo segurou tudo, parou de investir.

Então, da mesma forma que ele tem uma pequena queda na arrecadação, ele tem uma queda drástica na despesa. Todo o relatório do Tribunal de Contas está comprovando isso. Eu volto a dizer: nós vamos tornar público e compartilhar isso. As despesas empenhadas de maio deste ano foram da ordem, ou melhor, em maio do ano passado – vamos comparar o mesmo período nos 17 dias – de R\$7.500.000.000,00 durante o mês de maio do ano passado. Até agora, pelas informações prestadas pelo Tribunal de Contas, foram empenhados apenas algo em torno de R\$1.000.000.000,00, ou seja, sete vezes menos – e a arrecadação não caiu sete vezes. Como então o governo tem coragem de não só não pagar os servidores como também de não dar nem uma previsão, sendo que ele fala que caiu a receita, mas também diminui a despesa empenhada sete vezes se comparado ao mesmo período do ano passado? A receita total deve cair, neste mês, de R\$1.000.000.000,00 a R\$1.500.000.000,00, conforme previsão, a partir dos 17 dias já avaliados. A título de exemplo, Sr. Presidente, a despesa de abril foi R\$300.000.000,00 menor, mostrando que o governo freou já em abril e que agora parou de vez, ou seja, essa tendência de queda – estou citando o exemplo de frear –, de o governo parar de investir, parar de gastar, diminuir serviços públicos começou em abril e está estrondosa no mês de maio.

É triste a gente ver, na hora em que o governo... E quem mais precisa do governo? São as pessoas mais desfavorecidas que necessitam de amparo, seja na questão social, seja no enfrentamento ao desemprego, seja na queda da renda, seja no combate à fome, seja na orientação, e o governo não tem isso. A gente vê o governador, com toda a sua mansidão – e obviamente é importante levar palavras de esperança à sociedade –, mostrando que Minas está em uma situação maravilhosa de combate à pandemia, sem mostrar aquilo que precisa ser feito, o que a sociedade precisa fazer. É necessário um governo que de fato oriente, tenha política clara para o enfrentamento à pandemia, para o combate ao coronavírus. Minas Gerais hoje tem o maior índice de subnotificação do País, e o governador, na verdade, quer usar outros dados. Há uma semana, o governo parou de publicar em seu boletim epidemiológico os casos suspeitos, que passam da ordem de 120 mil. Quando pegamos os dados de cartório – foram colocados nos jornais nesta semana –, vemos que os óbitos por questões respiratórias – descrição que vem clara lá – vêm aumentando drasticamente nestes últimos meses, e o Estado não está olhando para esses dados. Na hora em que começar a diminuir a pandemia nos estados mais graves, a tendência é vir para o Estado, que não está preparado estruturalmente, orientado.



E, com relação aos recursos propriamente ditos – esses dados –, eu gostaria de ter mais detalhes, eu gostaria que o governo depois atualizasse este mês para a gente confrontar isso. Os dados que o Tribunal de Contas nos apresentou – e eu tive agora 40 minutos para olhar, vou aprofundar mais e, volto a dizer, vou compartilhar com os demais deputados e deputadas que tiverem interesse – muito nos preocupam no sentido em que diminuir investimentos na ordem de sete vezes do que o governo vinha investindo não corresponde à queda de sua receita. Então, governador, não pagar os servidores hoje e justificar que o Fundeb é um recurso vinculado – e, para as outras receitas, o argumento é inverso – é injusto, é desumano para os profissionais da educação, que prestam um excelente serviço no Estado. E esta semana foram convocados para a volta às aulas, sem condições de trabalho, sem internet, sem orientação e, principalmente, sem os alunos da nossa rede estadual terem condições de acesso.

Esse é um debate em que esta Casa precisa se aprofundar, e convido os deputados e as deputadas desta Casa a compartilhar essas informações para a gente cobrar do Estado uma resposta mais eficiente a esta pandemia no momento de hoje, em especial com relação ao pagamento dos servidores da educação. Um grande abraço, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado João Leite.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria compartilhar para além dos meus companheiros da Comissão Pró-Ferrovias Mineiras, comissão extraordinária da Assembleia Legislativa, e também com o conjunto de deputados e deputadas que tive na sexta-feira uma reunião com o vice-governador de Minas Gerais, e estavam presentes também outros atores, como o ex-deputado Jaime Martins Filho, que hoje está no escritório de representação de Minas Gerais em Brasília. Discutimos a questão da antecipação da renovação da concessão ferroviária. V. Exa. me deu a incumbência de acompanhar essa situação em favor de Minas Gerais. Nós estamos aguardando neste momento, então, uma audiência que acontecerá com a representação de Minas Gerais e da Assembleia Legislativa e o ministro Tarcísio Freitas para tratarmos daquilo que cabe a Minas Gerais.

É importante dizer, Sr. Presidente, que, acompanhando junto ao secretário nacional de ferroviários, ao Tribunal de Contas da União, ao mineiro Dr. Jairo Cordeiro, a conta que agora é apresentada para esta renovação da concessão... É interessante fazermos uma comparação também com Carajás. A princípio a ANTT disse que, em Carajás, o governo federal teria de pagar R\$2.000.000.000,00 à Vale. Agora, na discussão dentro do TCU, já está em R\$14.000.000.000,00 o valor que a Vale tem de pagar ao governo federal, ao Estado do Pará, para ter mais 40 anos de concessão da Estrada de Ferro Carajás.

O mesmo vale para a Estrada de Ferro Vitória-Minas, porque, no início, falava-se que seriam utilizados R\$2.000.000.000,00. V. Exa. teve um papel fundamental, porque reagiu imediatamente diante da possibilidade de esse dinheiro sair de Minas Gerais para se construir uma estrada de ferro no Mato Grosso. Nós, então, estamos vendo que, além dos R\$2.000.000.000,00 que a Vale usaria, que a ANTT aceitou, segundo a conta que foi feita pelo Dr. Jairo Cordeiro e toda equipe técnica do Tribunal de Contas da União, o valor dessa outorga está em torno de R\$8.900.000.000,00. Então é fundamental que a Assembleia Legislativa se desloque até Brasília para tratar com o ministro Tarcísio Freitas sobre qual parte desses R\$8.900.000.000,00, mesmo que se descontem R\$2.000.000.000,00 para a Fico – Ferrovia de Integração Centro-Oeste –, cabe a Minas Gerais.

É importante dizer que muitas vezes dizem que Minas Gerais não tem um projeto; agora tem. Foi desta maneira que V. Exa. aceitou voltar à mesa para discutir: se tivéssemos um plano estratégico ferroviário em Minas Gerais. Já tivemos o primeiro workshop, Sr. Presidente. Vamos ter outros agora, de maneira remota. Minas Gerais tem um projeto para a utilização desses recursos da antecipação da renovação da concessão ferroviária da Vale.

Então, Sr. Presidente, é um momento de expectativa nossa. Estarei relatando para V. Exa. Queria, então, chamar a atenção de todos os membros da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias, do nosso vice-presidente, deputado Gustavo Mitre. Além disso, é algo que eu sei que interessa a todo conjunto de deputadas e deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, inclusive ao

deputado Doutor Jean Freire, lá do Jequitinhonha. E lembro a volta da Bahia-Minas. São muitas as deputadas e os deputados que estão interessados.

Queria chamar a atenção. Estarei informando a V. Exa. e peço-lhe, por favor, que compartilhe com as deputadas e com os deputados na semana que vem. Todos estão convidados a participar desta audiência em Brasília, para que a gente lute por esses recursos que pertencem à recuperação ferroviária do Estado de Minas Gerais.

Muito obrigado. Um grande abraço, presidente; um grande abraço a todas as deputadas e a todos os deputados.

O presidente – Muito obrigado, deputado João Leite. Parabéns V. Exa. pelo brilhante trabalho à frente dessa comissão. Pela sua fala, V. Exa. demonstra que continua com um trabalho intenso. Mesmo nestes momentos de pandemia, de coronavírus, V. Exa. tem-se dedicado a esse tema, participando de reuniões. Representará muito bem a Assembleia em Brasília, na próxima semana.

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputadas e deputados. Presidente, gostaria de aproveitar este espaço para dizer que, na votação que ocorreu, referente ao PL nº 1.938, no dia 14 de maio, quinta-feira próxima passada, houve inclusão de dois artigos que tratavam dos repasses de duodécimos e também do crime de responsabilidade fiscal.

É bom deixar claro, esclarecer para todos que esses dois artigos já estão previstos, delineados no art. 168 da Constituição da República, que trata da obrigação dos repasses do duodécimo, e os crimes de responsabilidade, na Lei nº 1.079, de 1950. Portanto, não houve absolutamente nenhuma inovação.

No entanto, presidente, houve uma reação, eu diria muito hostil, de várias partes, inclusive de muitos servidores, e até entendo e compreendo essa reação e queria deixar clara a minha posição.

Primeiro quero dizer que apresentamos um requerimento assinado por 10 deputados. Inicialmente, presidente, nós pedimos a anulação da votação do PL nº 1.938/2020 e, uma vez não sendo acatado, encaminharemos um ofício ao governador, também assinado por 10 deputados, pedindo o veto a esses dois artigos, arts. 3º e 4º, que foram votados aqui, na Assembleia.

Os motivos já são por demais conhecidos por todos, e inclusive deixamos nota muito clara. Mas quero aqui, presidente, também destacar, por outro lado, o trabalho que a Assembleia já vem fazendo, há muito tempo, e que muitas vezes não é divulgado e não é reconhecido. A Assembleia, por exemplo, cortou 30% da verba indenizatória dos parlamentares, e isso já está valendo há cerca de dois meses. A Assembleia cortou praticamente 2/3 dos valores das diárias dos deputados e servidores, o que também já está valendo há dois meses. A Assembleia, desde o mandato passado, durante a presidência do deputado Adalclever Lopes, cortou uma série de gastos e vem trabalhando para estar dentro daquilo que é compatível até com o desenvolvimento do IPCA, ou seja, da inflação que é medida oficialmente pelo IPCA.

Portanto, a Assembleia tem feito a sua parte há um bom tempo, ou seja, desde o primeiro ano da gestão do presidente Adalclever Lopes, que foi em 2015. Mas a que assistimos do outro lado? Infelizmente, presidente, as pedradas são atiradas é no Poder Legislativo. Por exemplo, há um juiz do Tribunal de Justiça Militar, presidente, que recebeu, nada mais nada menos, no mês de janeiro, R\$294.000,00 líquidos. Vou repetir: R\$294.000,00 líquidos. Foi isso o que recebeu um juiz do Tribunal de Justiça Militar. Ou seja, neste momento em que os servidores do Poder Executivo estão recebendo, de forma parcelada, desde janeiro de 2016, realmente, presidente, é um escândalo um valor astronômico como esse que foi recebido.

Nessa mesma época, nesse mesmo mês, o juiz que lá recebeu a menor quantia recebeu R\$140.000,00 – no mês de janeiro de 2020. Um escândalo! Depois, presidente, também houve diversas matérias tratando do salário do procurador de justiça, do Sr. Leonardo Tavares, mais conhecido como Miserê. Esse moço fez uma reclamação durante uma reunião do Colégio de Procuradores do Estado de Minas Gerais e o áudio dele foi publicado através da Rádio Itatiaia. Esse moço que alegava que estava tomando remédio controlado por causa do salário dele estava recebendo algo na ordem de R\$65.000,00, por mês, e recebeu, conforme denúncia de

vários jornais, R\$4.000.000,00, em cinco anos. Portanto, presidente, há uma média de recebimento de R\$800.000,00, por ano, por esse procurador.

Então é bom que todos saibam que, na Assembleia, não existe deputado que ganhe acima de R\$25.322,00 de salário. É muito bom deixar isso claro aqui porque as pedradas vêm em cima do Poder Legislativo, e, muitas vezes, as pessoas não sabem o que se passa em outros poderes e órgãos. Portanto, lá no Judiciário, há pessoas recebendo salário de R\$80.000,00, R\$100.000,00, R\$120.000,00. Então essas pessoas e estes poderes, o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, deveriam, sim, dar uma contribuição muito maior.

Então esse dinheiro, presidente, conforme o nosso projeto... É bom deixar claro que apresentei aqui o projeto há três semanas, o Projeto nº 1.909/2020, que prevê um corte de 10%. Para a Assembleia, tenho certeza de que não haverá problema em fazer isso, em cortar 10% do custeio da nossa Casa. Contudo espero que o Judiciário, que o Ministério Público, que o Tribunal de Justiça Militar e o Tribunal de Contas do Estado também venham a fazer esse sacrifício para que esses recursos sejam destinados a uma conta específica do Poder Executivo para ajudar a pagar os salários dos servidores do Poder Executivo.

Eu queria conclamar aqui todos os deputados; eu vejo aqui diversos deputados preocupados com o pagamento dos servidores da educação. E não são só os servidores da educação, não; são os de várias outras áreas. Em que pese o governador ter priorizado as áreas que estão aí no enfrentamento da pandemia do coronavírus, que são as forças de segurança e a saúde, elas também não receberam em dia, no quinto dia útil. Peço aqui a contribuição inclusive da bancada do Partido dos Trabalhadores, da bancada da oposição, para ajudar a votar esse projeto que prevê aí, presidente, um corte de 10% para a economia, começando pelo Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, Defensoria Pública. Para quê? Para ajudar. Presidente, o sacrifício e a contribuição têm de ser de todos, mas é bom que todos saibam que a Assembleia já vem fazendo corte há cerca de 5 anos e meio em suas despesas. Enquanto isso, presidente, nós temos outros Poderes e órgãos nadando de braçada, completamente fora da realidade.

Eu tenho a certeza, presidente, de que V. Exa. e o conjunto dos deputados e das deputadas não terão nenhum receio em fazer um corte de 10% para ajudar na economia, desde que sejam acompanhados por todos. É para fazer sacrifício? Que o façamos todos, mas o Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública também têm de dar a sua parcela de contribuição. Por isso, Sr. Presidente, eu apresentei o Projeto de Lei nº 1.909, de 2020, e obviamente não votaria aqueles artigos que contrariam aquilo que eu tinha apresentado nesse projeto. Fica aqui, presidente, o meu desabafo.

Por fim, faço o último apelo: quero que V. Exa., presidente, conforme a nossa reunião na data de hoje, faça todo o possível para retomar os trabalhos, as prerrogativas dos parlamentares, as comissões, porque não apenas este deputado, mas dezenas de deputados querem exercer o seu mandato nas comissões, fiscalizando os atos dos outros Poderes, denunciando, cobrando e exercendo o seu papel de forma democrática. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, Sargento Rodrigues. Já estamos nos encaminhamentos para esse retorno. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – Caro presidente, nós queremos mandar um abraço a todos os companheiros da Assembleia, às companheiras e ao senhor, em especial, porque pegou na unha alguns temas extremamente importantes, como a questão, por exemplo, da Lei Kandir. O Estado já tinha desistido, era muita conversa para cá, e agora está parecendo que ao menos um pouquinho, menos de 10% do que o governo federal deve a Minas Gerais, algo menor que R\$9.000.000.000,00, parece que o governo já está aceitando pagar até 2037, o que daria R\$500.000.000,00 por ano para o Poder Executivo. Com isso, dá praticamente para pagar o 13º salário do pessoal da educação e talvez da saúde.

Então, realmente, esta Casa, na pessoa do presidente Agostinho Patrus, tem conseguido tratar de temas que têm buscado grandes recursos para Minas Gerais. É muito pouco esses R\$9.000.000.000,00. Além disso, nós queríamos dizer também para o governador, nosso governador Zema, que está enfrentando aí inúmeras dificuldades, que a gente tem de olhar as pequenas coisas. Nós

mesmos colocamos, e a Rádio Itatiaia denunciou, o procurador Barbabela está avaliando, por exemplo, a compra que praticamente duplicou o custo do Ipsemg com alimentação no seu restaurante. Eram R\$13,50, houve licitação – parece até que está correta –, mas o Ipsemg poderia ter cortado e tentado fazer outra. O Hospital João XXIII fez a licitação na mesma época por R\$13,50 a refeição, e a refeição do Ipsemg está indo para mais de R\$20,00. Além disso, colocamos que isso aí vai aumentar o custo do Estado: em cinco anos, quase R\$14.000.000,00.

Nós temos também uma licitação do transporte escolar em Montes Claros, que é paga pela Secretaria de Estado de Educação; nós temos a possibilidade de mudá-la e de diminuir R\$3.000.000,00 por ano. Governador, nós temos a convicção de que o seu governo não rouba e não compactua com a roubalheira, mas, quanto à questão do gasto desnecessário, se escutar um pouquinho, vai ver muito, poderá economizar e, com isso, pagar os salários mais em dia.

Quero lembrar que o Itamar Franco, quando tinha alguma denúncia dessa, simplesmente substituiu a chefia, botava-a na geladeira, mandava apurar, e, se nada acontecesse, voltava com a pessoa para lá. Ele fez isso, no governo federal, até com o Hargreaves e fez isso várias vezes aqui.

Aproveitei que eu recebi essas duas denúncias e mandei para o seu secretário de governo, para o seu atual secretário-geral e mandei também para o nosso querido amigo deputado Guilherme da Cunha, porque nós estamos vendo aqui, na Assembleia – eu, que estou no meu sexto mandato –, que é a primeira vez em que nós não temos um líder de governo.

Gostaria, governador, que, além de não compactuar com o malfeito, mandasse apurar o gasto excessivo, desnecessário que a gente está vendo em alguns pontos aí desse nosso governo. Um abraço a todos.

O presidente – Muito obrigado, deputado Arlen Santiago. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, Agostinho. Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Quero cumprimentá-lo por mais esta reunião de debates, que é muito importante, mas eu gostaria, presidente, de levantar alguns pontos que – eu acho – são importantes e oportunos.

Em primeiro lugar, nós estamos vivendo esse período de coronavírus, de Covid, em que as pessoas estão apavoradas, com medo de se contaminarem pelo coronavírus; muitas delas permanecendo em casa, com medo de ir até aos hospitais e continuarem os tratamentos. Eu já abordei esse assunto. Pessoas que estão com sintomas de infarto do miocárdio ficam com medo de ir aos hospitais, aos prontos-socorros, para poder fazer um tratamento, fazer uma consulta. Então, nós estamos vivendo essa pandemia de coronavírus que tem mudado muito as coisas no mundo todo.

Na minha fala, eu quero chamar a atenção para os hospitais. Nós sabemos que o governo do Estado e o governo federal fizeram uma programação de atendimento futuro às pessoas contaminadas, contrataram EPIs, contrataram leitos hospitalares, enfermarias, e muitos hospitais fecharam completamente as portas e não estão hoje internando praticamente quase ninguém a não ser as pessoas com o coronavírus. Eu conversava com o administrador, o diretor-geral da Santa Casa de Montes Claros, que me falava: “Carlos, nós temos aqui mais de 200 leitos ociosos, sem poder atender um paciente particular, um convênio, e, com isso, os hospitais estão passando pela maior crise econômica e financeira de toda a sua história”. O governo federal, às vezes, contrata 100 leitos para um hospital mas tem 10 pessoas internadas; contrata 200 leitos e tem 40 pessoas internadas, e não está pagando pelos 100 leitos e pelos 200 leitos que está contratando com os hospitais mineiros, com os hospitais do Brasil.

Então, chamo a atenção para os decretos que mandaram fechar os hospitais; esses decretos não têm recursos para garantir que esses hospitais fiquem fechados e que continuem a receber do SUS, do governo do Estado e do governo federal. É um problema muito sério. Então, eu gostaria muito que o secretário de Saúde – eu vou entrar em contato com ele imediatamente – reveja, porque o hospital pode perfeitamente separar a ala da Covid e separar outra ala para atendimento de particulares, de pessoas de convênios, de

peças do próprio SUS que não estão enquadradas dentro do atendimento da Covid. Eu vou conversar isso, eu acho muito importante que se flexibilizem esses hospitais para atendimento.

O outro assunto, Sr. Presidente, é que eu gostaria muito de agradecer, neste momento, ao secretário de Governo, Igor Eto, que atendeu a nossa reivindicação e liberou recursos de uma emenda minha, uma emenda impositiva para fazer a reforma da Praça da Matriz, em Montes Claros. Alguém poderia perguntar: “Mas fazer reforma neste momento tão difícil por que estamos passando?”. Sim! Sabe por quê? Porque a Praça da Matriz estava sendo local de moradia de dezenas de pessoas que não têm casa, que não têm teto, que, muitas vezes, ficam pelas ruas. Todas elas estavam recolhidas nessa praça, que é uma praça central, uma praça centenária, uma praça histórica de Montes Claros, o que facilitava até mesmo o contágio de uma pessoa para a outra. Essa praça vai ser toda cercada por tapumes, e os recursos que vão entrar na conta da Prefeitura de Montes Claros servirão para revitalizar e para reformar a Praça da Matriz.

Essas pessoas que estavam ali amontoadas e passavam a noite lá estão sendo recolhidas pela Prefeitura de Montes Claros. Eu quero cumprimentar o secretário de Desenvolvimento Social de Montes Claros, o Aurindo Ribeiro, que criou as casas de abrigo. Elas hoje têm um local em que podem dormir, um local onde podem se alimentar com dignidade, onde podem ter máscaras e álcool gel. Enfim, elas estão sendo recolhidas com humanidade. E a nossa Praça da Matriz, graças a Deus, vai ser revitalizada, vai ser reformada e vai deixar de ser um local de amontoados de pessoas que não têm condições de passar com dignidade uma noite e de ter uma boa alimentação. Agora elas serão tratadas com dignidade.

Parabéns ao governo Zema, parabéns ao secretário Igor Eto, que atendeu a nossa reivindicação e está liberando as nossas emendas para a saúde e para essa emenda tão importante para a revitalização da Praça da Matriz aqui em Montes Claros.

Obrigado, presidente Agostinho Patrus.

O presidente – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta, nosso presidente da Comissão de Saúde.

Vamos passar agora à deputada Laura Serrano, que agora está com sua conexão OK. Com a palavra para seu pronunciamento, a deputada Laura Serrano.

A deputada Laura Serrano – Boa tarde, Sr. Presidente. Eu estou em trânsito aqui, mas quero aproveitar para falar sobre o meu projeto que está pautado para esta semana. O meu projeto trata da hospedagem para profissionais da saúde, a disponibilização de hospedagem para profissionais da saúde em hotéis, em pousadas. A ideia é que a gente possa... Recebemos esse pedido não só dos profissionais da saúde. Há necessidade de a gente proteger essas pessoas que estão, no dia a dia, trabalhando por nós para proteger a vida das pessoas e também proteger as famílias.

Então, quero agradecer, Sr. Presidente. Também é uma solicitação da rede hoteleira, pela necessidade de resguardar os empregos e cobrir os custos. Muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado, deputada Laura Serrano.

Vamos ouvir agora o deputado Gustavo Santana. Temos um problema de conexão com o deputado Gustavo Santana. Vamos falar com a deputada Leninha. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Obrigada, presidente. Uma boa tarde também aos que nos acompanham pelas redes.

Em primeiro lugar, presidente, eu também queria reconhecer, mais uma vez, publicamente o seu empenho, a sua dedicação, o seu compromisso em conduzir, em tempos de pandemia, tão bem a nossa Assembleia Legislativa. Mais uma vez, quero reconhecer isso publicamente, no sentido de que a gente, cada vez mais, mantenha esse diálogo, a concertação. Com certeza, as ideias são sempre acolhidas por V. Exa. Dessa forma, eu queria, antes de começar, também dizer isto: todo o meu apreço, todo o meu reconhecimento sobre esse brilhante trabalho.

Eu me inscrevi, presidente, para falar de alguns assuntos. Um deles tem a ver com esse PL nº 1.972, que é um PL que eu, a Andréia de Jesus e a Ana Paula Siqueira estamos apresentando a esta Casa, que dispõe sobre a medida de garantia da equidade na atenção à saúde integral da população negra em casos de pandemia. Os dados divulgados demonstram que grande parte das pessoas, não só contaminadas, mas os casos de óbito no Brasil, estão com a população negra, que, provavelmente, é daquelas pessoas que de fato não dispõem de um plano de saúde ou não dispõem de condições financeiras para poder ser atendidas com maior cuidado nesse período de pandemia que nós estamos vivendo. Então é um projeto interessante. Eu acho que isso também demonstra a nossa preocupação com relação ao racismo estrutural, a essa desigualdade social e racial que a gente ainda acompanha pelo País afora, e, em Minas Gerais, isso não é diferente.

Mas eu também queria destacar, nesta tarde, presidente, e inclusive dar um recado ao secretário da Secretaria de Justiça e Segurança: a gente tem recebido muitas denúncias do sistema prisional, mas a gente não está falando só das pessoas privadas do seu direito de liberdade. Estamos falando do sistema prisional também com relação aos agentes penitenciários e aos funcionários desse sistema. Nas condições que temos desse complexo sistema prisional, há condições inseguras para os que trabalham, para aqueles que estão encarcerados. Existem duas denúncias: uma é que, por conta da pandemia – e até entendo que é uma questão de segurança não só para os funcionários do sistema, mas para as pessoas privadas de liberdade –, os presos estão sendo transferidos para outras unidades penitenciárias. A questão não é a transferência. A questão é a comunicação com a família. A família tem o direito de ser comunicada de que o parente está sendo transferido para outra unidade prisional em função da segurança. Então nós não estamos discutindo a ação em si, mas a forma como vem sendo feita, negando informações para a própria família das pessoas que estão privadas de liberdade.

A outra denúncia ainda para a Secretaria de Segurança é que foi proibido entregar kits de materiais de uso de higiene pessoal e alimentos. Esses artigos só podem ser recebidos via correio. Cada família está gastando em média R\$40,00, R\$60,00 para fazer chegarem até o preso os equipamentos de higiene, os utensílios, a alimentação. Então a gente queria pelo menos abrir o diálogo com a Serjus no sentido de pensar formas de garantir a segurança em termos de Covid, mas também de garantir que essas famílias não tenham que gastar tanto dinheiro para fazer chegar o material, o kit de higiene pessoal para cada um e para cada uma.

E, por fim, eu não poderia deixar aqui também de chamar a atenção da Secretaria de Estado de Educação e dar um recado para a secretária com relação às escolas família agrícola. As escolas família agrícola têm uma experiência importante em Minas Gerais, funcionam em termos de alternância e recebem ajuda do governo do Estado porque fornecem uma educação diferenciada. Mas essas escolas estão desde janeiro sem receber nenhum recurso, mesmo em tempo de Covid, e algumas atividades ainda permanecem. Por exemplo, a gente vê escolas que têm hortas, que têm pomares, que têm porteiros, e os próprios profissionais da educação, os professores e os monitores da escola família agrícola também estão com dificuldades.

Então nós estamos falando que o governo mudou a forma do repasse. Desde o ano passado havia o Bolsa Aluno, mas este ano o governo mudou a modalidade. Nós estamos sugerindo para a secretária Júlia e sua equipe que discuta o projeto de lei de repasse das escolas à luz, por exemplo, da experiência do Espírito Santo, que, baseado numa lei federal, conseguiu fazer a transferência dos recursos para que a escola continue ofertando uma educação de qualidade, contextualizada na realidade do campo.

Então esses são os nossos dois apelos para a Secretaria de Estado de Segurança e para a Secretaria de Estado de Educação, para que reabra o diálogo com a Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas – Amefa –, em tempo de Covid-19.

Era isso que queria falar nesta tarde, Sr. Presidente. Um abraço e, mais uma vez, muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado, deputada Leninha.

Vamos ouvir agora a deputada Celise Laviola. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Boa tarde, presidente; boa tarde, deputadas e deputados. Dentre os segmentos mais afetados pela pandemia, inclusive quanto ao ponto de desestruturação enquanto política pública, nós destacamos a área da educação. Estamos

vivendo, em Minas Gerais, um retorno para a educação não presencial, uma estratégia do governo de Minas que precisa ser bastante acompanhada. Todos nós sabemos que é uma realidade inusitada, ninguém esperava a pandemia.

É necessária a suspensão das aulas presenciais, respeitando-se o isolamento e o distanciamento social, e óbvio que alternativas têm que ser pensadas, e não existe uma alternativa única que vai salvar a situação. Agora, é importante que as medidas tomadas sejam construídas com diálogo, com realismo, observadas as diversidades sociais e regionais de Minas Gerais. Nós temos que buscar apontar soluções, mas eu levanto aqui a questão do acesso, principalmente daqueles jovens e crianças mais pobres, a esse tipo de educação não presencial. Nós sabemos o importante papel da TV Minas, ela está envolvida nesse esforço da educação não presencial, mas a TV Minas está presente em pouco menos de 200 municípios. Então há uma parcela ampla de alunos que não tem esse acesso. A questão do acesso à internet, à telefonia celular, implica também questões de desigualdades de condições. Muitas vezes as crianças mais pobres, as famílias mais pobres não têm esse acesso, e muitas vezes as apostilas, que poderiam servir como alternativas, não chegam adequadamente.

Então acho importantíssimo o Colégio de Líderes e a Comissão de Educação da Assembleia promoverem este diálogo com o governo de Minas, no sentido de colaborar, de também fazer essa escuta das comunidades, das regiões, dos municípios, e levar até o governo de Minas.

Queria também destacar o importante papel das escolas família agrícola em Minas Gerais. É a pedagogia da alternância, a educação do campo. Nós recebemos, enquanto líder do Bloco Democracia e Luta, uma carta das associações mantenedoras, de 22 associações dessas escolas família agrícola, dos próprios profissionais da própria escola família agrícola enquanto organização coletiva, que reúne todas as instituições, e é muito preocupante a situação. O governo mudou uma metodologia ao final do ano, e até agora – nós já estamos no mês de maio – nenhum centavo foi repassado para essas escolas.

Então é importante a regularização desse repasse, ainda que seja, neste primeiro momento, a parcela do primeiro semestre, com lastro no ano anterior, nas resoluções vigentes formuladas a partir da lei de 2003; enquanto isso, que se possa chegar a um consenso, a um acordo sobre uma nova metodologia. Esse não repasse pode significar o fechamento das escolas família agrícola em Minas Gerais. Seria muito triste para nós, no meio desta pandemia, uma desconstrução de uma coisa tão bonita, que emerge do campo, das famílias trabalhadoras rurais, de tantas pessoas – educadores, pedagogos – envolvidas.

Por fim, presidente, nós também queremos aqui comunicar que apresentamos, em nome do bloco, um requerimento solicitando ao governo federal o adiamento do Enem. Não é justo que jovens participem do Enem sem terem o acesso adequado à educação durante este ano. É uma questão de bom senso, de igualdade de oportunidades.

E sempre lembrando, como fizeram outros e outras parlamentares do PT: nós precisamos também do pagamento em dia dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. Nenhum processo pedagógico, seja ele presencial ou não presencial, será exitoso, com a discriminação de trabalhadores e trabalhadoras da educação em relação ao pagamento. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado André Quintão. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Celise Laviola.

A deputada Celise Laviola – Boa tarde, presidente. É um prazer estar com todos os meus colegas e as minhas colegas deputadas, pela TV Assembleia, pela internet e pelas redes sociais.

Presidente, estou chegando aqui em Teófilo Otôni, onde vamos fazer uma entrega de respiradores, junto ao governador do Estado. Mas eu queria dizer que, mesmo com esse tempo curto, eu fiz questão de me pronunciar; primeiro para, novamente, parabenizar o trabalho que o senhor vem fazendo e a forma como a Mesa vem trabalhando neste período, enfrentando todos esses problemas, mas não deixando o Parlamento parar. Então, destaco a importância e a relevância do seu trabalho na Mesa da Assembleia.

Eu quero também, presidente, deixar aqui uma mensagem: nós estamos na semana de combate aos abusos e explorações sexuais de menores e adolescentes. A Delegada Sheila já me antecedeu, já falou. Nós somos da Frente Parlamentar Mista de

Enfrentamento à Pedofilia, e a deputada Delegada Sheila nos preside. Eu faço parte da Comissão, com o deputado Gustavo Mitre e a deputada Ione Pinheiro, que tem feito um trabalho muito importante. E estamos com uma série de eventos, com a colaboração da nossa Assembleia, na realização desses eventos.

No mais, junto com o Ministério Público, também estamos promovendo a caminhada virtual. E eu quero convidar todos os colegas que participem conosco deste movimento. Vamos combater a pedofilia. Vamos participar. Basta postar qualquer conteúdo com a hashtag: “Todos contra a pedofilia”. Então, eu peço que todos se engajem nessa luta. É uma luta importante que nós abraçamos, e esperamos vencer todo esse problema de pedofilia no nosso Estado de Minas Gerais e também em todo o nosso Brasil. Esperamos que isso acabe. Sabemos das dificuldades, mas não vamos nos calar. Vamos denunciar, vamos fazer, vamos mostrar que as crianças e os adolescentes têm voz para eles, têm quem fale por eles. Muito obrigada, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Celise Laviola. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire, direto do Jequitinhonha.

O deputado Doutor Jean Freire – Isso aí, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde aos colegas deputados e deputadas, a todos os mineiros.

Mais uma vez, é uma satisfação participar desta reunião. Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção... Esta semana, devemos chegar a mil mortes no Brasil. Esta semana, houve uma entrevista na Globo News, com os governadores da Bahia, do Maranhão, de Roraima, de São Paulo e de Minas Gerais. Ouvindo a fala de todos os governadores – e é bom lembrar que são vários países dentro do Brasil –, nós temos que reconhecer o trabalho de todos. Independente de questões políticas, eu poderia citar, Sr. Presidente... Fiz questão de pegar aqui várias medidas do governador do Ceará, do governo da Bahia, do Maranhão, do governo de São Paulo, que não é do meu partido, ou seja, várias medidas que os governos têm enfrentado. É verdade que São Paulo, por vários motivos – e do ponto de vista sanitário, a gente entende –, por uma questão populacional, por uma questão de... Vários voos de várias partes do mundo chegam a São Paulo. Quanto ao Ceará, pela questão do turismo, vários voos de várias partes do mundo chegam lá – na Amazônia também. Cada estado enfrenta a pandemia de um jeito; cada estado tem uma resposta. É verdade também que, em alguns locais, em alguns estados em que, agora, essa curva não está ascendente, se não forem tomadas medidas de enfrentamento de maneira séria em relação à pandemia, vai chegar o momento em que ela vai ser ascendente. Vai chegar o momento em que nos outros estados vão estabelecer um platô e em alguns que estão em maior número – espero que não – podem ter muitas dificuldades.

Eu falo isso, Sr. Presidente, porque nós temos que reconhecer o esforço de todos. Mas, perguntado ao governador de Minas Gerais sobre os casos no Estado e os índices... Graças a Deus, não estamos tendo mortes se comparado a outros estados. Mas estamos tendo, sim, Sr. Presidente. Os casos aumentam em Teófilo Otôni, as mortes aumentaram de ontem para hoje e vêm chegando mais casos no interior. Hoje a minha cidade detectou mais um caso e está chegando no interior. Mas nós temos que reconhecer o trabalho dos prefeitos, em especial, do prefeito de Belo Horizonte. E o governador Zema respondeu que Minas está nessa situação porque ele tomou medidas importantíssimas antes que a crise chegasse aqui. Antes que a pandemia chegasse, ele tomou medidas importantes. Era interessante.

Por isso, Sr. Presidente, eu solicito a V. Exa. e aos colegas deputados, que possamos, inclusive, cobrar que haja uma representatividade popular e uma representatividade da Assembleia Legislativa no comitê, para a gente entender quais são as medidas, para que sejam muito bem claras as medidas do governo do Estado de Minas Gerais, porque, na entrevista, o governador não as citou, só falou que tomou medidas, que agiu de maneira ágil. Só falou isso. Falando puramente desse jeito, a gente desvaloriza outros, desvaloriza o importante trabalho que vem sendo feito em Belo Horizonte.

Em uma pesquisa nesta semana da UFMG – parece que foi a UFMG – mostrou, Sr. Presidente, o vírus em vários locais da cidade, conseguiu colher material do vírus em vários locais da cidade. Mas por que não contaminou tanta gente? Porque as pessoas



não estavam lá para colocar a mão para ter contato com aquele vírus. E, ao mesmo tempo, nós temos no Estado a maior subnotificação deste país. Então, estou dizendo isso para a gente dividir tudo.

E aí quero chamar a atenção para o trabalho que esta Casa vem fazendo. Em primeiro lugar, quero deixar muito bem claro, venho falando isso aqui, Sr. Presidente, que acho um absurdo em todas as áreas o servidor ficar recebendo atrasado, enquanto outros não. Isso inclui nós, deputados, juízes, promotores, vários. E nós temos que atacar, doa a quem doer. Mas também vamos fazer umas lembranças aqui. No ano passado, se eu não me engano, esta Casa economizou R\$46.000.000,00. Votamos alguns projetos agora que cortaram gastos. Para onde isso vai? É importante a população saber isso.

E aí, Sr. Presidente, eu sugiro que possamos aprovar um projeto de lei para que a Casa possa, inclusive, indicar. Tem a questão dos artistas. Nós temos o Maranhão, por exemplo, que está tomando algumas medidas. A Assembleia está autorizando que se aprove um projeto de lei. E eu estou apresentando um PL nessa condução para que a Casa possa, com o dinheiro economizado, atender a quem mais precisa. Vejam bem: fala-se da educação a distância. Se nós formos verificar, Sr. Presidente, o significado da palavra “remoto”: que se apresenta afastado no tempo e no espaço. “Área remota”: que tende a não acontecer. Pouco provável. Chances remotas. Pois bem, parece que resolveram levar a educação remota nesses significados. O último significado que dá é de conexão por computadores. Esse é o único significado que traz aqui no dicionário, mas parece que resolveram pensar só nessa questão remota para acontecer.

Eu não sou contra que se leve essa educação, mas de maneira gratuita para as pessoas e não contando como dias letivos, tentando ajudar a todos, Sr. Presidente. Para finalizar, Sr. Presidente, pessoas procuraram o nosso escritório aqui no interior dizendo que receberam recado da escola para comprar o material para estudantes – pessoas até que não têm condições. Então, que faça o que outros estados estão fazendo: colocar mais recurso nas mãos das pessoas que precisam.

Portanto são essas as minhas palavras e eu quero fazer coro aqui à questão da Escola Família Agrícola. É preciso pensar mais nesses pequenos que fazem a educação de excelente qualidade.

O presidente – Muito obrigado, deputado Doutor Jean Freire.

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Obrigado, presidente Agostinho. Um abraço para você, para os demais colegas, deputados e deputadas, e para a população que nos acompanha pela TV Assembleia e pelas redes sociais.

Presidente, a minha palavra não é nova. A preocupação que trago aqui já venho repetindo-a diversas vezes em debate na Assembleia e nas redes sociais, que é a preocupação com a subnotificação dos casos da Covid em Minas Gerais. O governo insiste em bater na tecla de que Minas está numa boa situação, de que tem baixos casos de infecção e de que, comparado a outros estados, o nosso número de óbitos é pequeno. Vou trazer aqui, de novo, porque essa informação voltou a circular na imprensa, no jornal O Tempo, o número de mortes por síndrome aguda respiratória: mais de 940 casos, comparando o mesmo período deste ano com o do ano passado. No ano passado, foram 170 casos. Neste ano já passamos de 940 casos no momento da pandemia.

Então, presidente, sinceramente, vejo que Minas Gerais é o 2º Estado com o menor índice de testagem, de amostragem, de notificação. Isso nos preocupa demais, demais. E o governo insistindo aí em reabertura, assim como alguns prefeitos. Para mim, isso é muito preocupante.

Quero aqui bater na tecla de novo: governador Zema, que dia vai ser pago o 13º salário? Está faltando pagar o 13º salário. Quem sabe não é amanhã, não é? Vamos torcer para que, nesta semana, os servidores possam receber o seu 13º salário. Que dia vai ser anunciado o pagamento para os demais servidores? A gente vê aqui o sindicato, o Sind-UTE e outros colegas denunciando. Há grana do Fundeb, há dinheiro do Fundeb – mais de R\$800.000.000,00 até semana passada. Esse dinheiro é suficiente para pagar, por exemplo, a educação. Então, não é uma questão de recurso, mas, sim, de prioridade. O governo Romeu Zema não tem a educação nem o trabalhador da educação como prioridade na sua agenda.

Outra coisa, presidente, esse negócio aí da retomada das aulas de maneira remota. Acabei de compartilhar no grupo dos deputados – e quero pedir a cada um, a cada uma que dê uma olhadinha lá, na última mensagem que enviei – um vídeo emocionante de dois alunos jovens, crianças praticamente, que, denunciando, gravaram-no em cima de uma colina. Eles tiveram de subi-la para tentar obter algum sinal, sem internet, sem Rede Minas. Colegas, assistam ao vídeo que acabei de mandar. É dramática a situação, porque essa é a realidade da maioria dos alunos. Cinquenta por cento dos alunos não têm computador; 40% não têm internet com conexão de qualidade; um terço das cidades não tem conexão da Rede Minas. Para piorar, postei aí no grupo agora também: um banner de uma papelaria em Divinópolis anunciando as vendas das apostilas. Além de tudo, o aluno que não tem Rede Minas, que não tem internet, que não tem computador ainda vai ter que comprar as tais das apostilas.

Então, presidente, sinceramente, é uma falta de responsabilidade com os nossos alunos, com os nossos professores, com a educação do povo de Minas Gerais. Lembrando, nós, da bancada do PT, apresentamos um requerimento à Mesa diretora pedindo o adiamento do Enem. Não é possível que se realize o Enem tendo os alunos da rede pública, no nosso país, com aulas suspensas, enquanto os alunos da rede privada continuam recebendo aulas e conteúdos. Vou fazer uma diferença: menino da rede privada tem boa internet, tem computador em casa e já está familiarizado com as plataformas de ensino há muito tempo. Nós não temos nada de plataforma para o aluno da rede pública, para que ele já pudesse vir se familiarizando, nem a democratização do próprio acesso à internet.

Então, para concluir, presidente, tenho mais dois projetinhos que apresentei na linha que o senhor tem defendido, de projetos na questão da Covid. Um trata da aplicação automática da isenção da tarifa social da Cemig sem que o cidadão tenha que ir lá requerer e preencher formulário. Quem está no CadÚnico tem que receber automático. Há um projeto de lei nosso nesse sentido. O outro é para que o Estado possa negociar a sua dívida com as santas casas a partir da fala da presidente da Federassantas, que possa isso ser compensado na (– Falha na transmissão do áudio) repasse dos insumos que o governo do Estado tem feito e tem cobrado as casas de saúde. Então, como o Estado tem dívida com essas casas, aquelas que tiverem interesse que possam negociar essa transferência de materiais. São dois projetinhos importantes que ajudam neste momento da pandemia. Quero fazer um apelo a V. Exa. e aos líderes para que possam analisar a pertinência de podermos votá-los.

No mais, obrigado, presidente. Continuamos aqui firmes na luta.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cristiano Silveira. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães – Obrigado, presidente. Nossos cumprimentos aí também. Foi uma grande luta a questão do acordo fechado com o governo federal. Sempre é bom... O balanço positivo é a luta, o resultado está aí, cada um avalia, mas foi bonito. Também queria cumprimentar aqui o deputado Arlen Santiago. Eu estava verificando a questão da inclusão daquele trecho da 135 no PPI. Foi realmente uma ginástica grande, foi uma grande jogada dele – jogada no bom sentido – conseguir incluir aquele trecho como grande obra prioritária do País. Brevemente, teremos recursos. Aquela continua sendo uma estrada estadual, mas abre um espaço para que depois resolvam. Queria deixar meus cumprimentos pelo seu trabalho e também ao deputado federal Pinheirinho e ao secretário Marco Aurélio.

Mas eu pedi aqui a inscrição, presidente, foi para chamar a atenção para a discussão que está havendo; ela já vem de algum tempo de uma maneira menos intensa e agora ganhou – digamos –, depois de votadas as questões econômicas emergenciais, um espaço no Congresso Nacional por ser de interesse de todos, inclusive das assembleias legislativas – é do interesse nosso. É a discussão do adiamento das eleições. Eu creio que nós devemos discutir isso bem para saber se vai haver, quando vai haver e em que termos deve haver. Eu creio que sobretudo nós, em Minas Gerais, devemos ser ferrenhamente favoráveis à transferência da eleição para dezembro. Quanto mais longe melhor porque, em Minas, esperamos nós que o ciclo tenha sido achatado, que o pico tenha se transformado mais no formato das alterosas mineiras, assim meio achatado – e também foi retardado. O esforço de Minas é para isso.

Mas qual pode ser um grande vetor – como diz o governador – da viagem do vírus para o interior? As eleições. Se estabelecerem que vão começar as candidaturas, não há jeito: a cada rincão, a cada comunidade rural distante, vão chegar os candidatos; e os candidatos são os vetores principais, não há jeito. Como mostrou o vídeo divulgado pelo deputado Cristiano, não é disponível a campanha virtual para todos; ela vai ser feita da maneira tradicional, clássica, e aí, sim, o vírus vai chegar ao interior, vai chegar à zona rural, e nós temos que jogar isso o mais para adiante possível. Inclusive, há a questão dos recursos, isso vai atingir os recursos das eleições também. Já há mais tempo, o deputado federal Paulo Guedes já tinha apresentado uma emenda constitucional, uma PEC, transferindo as eleições para dezembro, mas é superimportante a Assembleia discutir que tipo de alteração queremos nas eleições, que tipo de alteração, inclusive, na legislação infraconstitucional: se vai mudar a data da eleição no próprio ano da eleição, tem que haver uma mudança na Constituição – abre-se essa possibilidade em anos de ocorrência de calamidades, havendo um estado de emergência, como é o caso brasileiro hoje. E assim podemos fazer as adaptações necessárias até nas leis de financiamento de campanha, nas dotações orçamentárias, enfim.

Minas Gerais e a nossa Assembleia ao encerrar essa luta que encerrou agora em torno do que se chamou... E quero estender meus cumprimentos também ao deputado Sávio Souza Cruz, esse lutador sobre esse tema. Viu, Sávio, fica aí a nossa solidariedade com a sua bravura de enfrentar esse tema. Mas nós temos esse outro desafio que se coloca agora, presidente. Com a mesma altivez que V. Exa. liderou o País nessa cruzada em termos das compensações dos estados – e ele, de alguma maneira, ocorreu por outras vias –, nós queremos também que Minas tenha uma voz absolutamente proativa nessa questão.

Não vou discutir agora os detalhes das proposições, mas felizmente nós temos no Brasil, para terminar, o sistema eleitoral mais moderno do mundo, que permite inclusive o que alguns países fazem, como é o caso da Nova Zelândia, da Austrália, da Irlanda, de alguns estados americanos. Eles fazem a eleição de segundo turno simultaneamente ao primeiro turno. Barateia muito a campanha. Diminui o retorno das pessoas às urnas. É muito saudável do ponto de vista da política eleitoral. O Brasil, mais que outro país, pode fazer os dois turnos numa rodada só, num comparecimento só. Isso é tecnicamente viável pelo sistema eletrônico tão avançado que temos. Essa é a questão que ponho.

Vamos agora nos integrar ao esforço nacional para fazer um bom projeto, adequado ao País, mas muito ajustado a Minas Gerais. Quanto mais longe melhor a chegada do pico, mesmo que achatado, da pandemia.

O presidente – Muito obrigado, deputado Virgílio Guimarães. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Bartô.

O deputado Bartô – Boa tarde, presidente, com quem já estive aí na parte da manhã. Boa tarde, demais colegas e funcionários da Casa.

Na semana passada, houve uma grande polêmica aí a respeito de um processo que passou e, entre uma jabuticaba colocada em cima da hora, havia a questão de garantir que os pagamentos da Assembleia e do Judiciário fossem pagos em dia, com sanção, até com pena de responsabilidade financeira.

Pois bem. Queria falar que sou totalmente contra esses artigos. Venho aqui expressar, de forma pública, uma vez que fui bem cobrado: a gente votou “sim”. Toda a Assembleia votou “sim”. Foi unânime, justamente porque o projeto era necessário. É necessário, na verdade. É um projeto que visa diminuir certas burocracias, focando nas emendas da saúde, neste momento tão necessário.

Com relação a isso, o que estou fazendo? Já tenho me reunido com alguns deputados que também estão tomando suas medidas. Vou apresentar quatro requerimentos. O primeiro é com relação à anulação do próprio projeto, à votação do próprio projeto. Houve um erro na leitura do parecer. Não foi lido corretamente. Então dá essa margem. Acredito que nem vai ser preciso chegar a esse ponto, porque o segundo requerimento é justamente pedindo ao governador Zema que vete parcialmente esses artigos. Lembro até que esses artigos não trouxeram nenhuma inovação jurídica. Mas, de qualquer forma, acho que é um bom sinal responder à população e mostrar que realmente isso não deveria estar lá.

Também vou mandar um requerimento para a Câmara Federal, para a bancada mineira, a fim de que reveja alguns aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e assim os duodécimos poderem ser repassados de acordo com a receita apurada, com a arrecadação, e não de acordo com uma receita de expectativa, porque uma vez que você faz a lei orçamentária, você fixa aqueles valores. Depois é mais difícil mexer. Temos de ver se isso aí segue no mínimo trimestralmente, para o duodécimo acompanhar a arrecadação de fato.

O quarto e último requerimento vai ser também para o governador Zema, para provocá-lo a chamar o comitê que decide sobre a revisão da Lei Orçamentária e assim diminuir o duodécimo. Lembro que respeito muito a independência dos Poderes. A independência financeira é essencial para que os Poderes não fiquem à mercê de outros. Mas neste momento em que estamos tendo essa crise é notória a queda da receita. Vejo alguns deputados debatendo se caía, se não caía, se (– Falha na transmissão do áudio) é o mesmo ou não é o mesmo. Acho que está muito claro que o PIB está caindo. O dinheiro vem justamente dos pagadores de impostos. Se o PIB está caindo, está caindo a arrecadação. Então deve ser chamado esse comitê para reavaliar a situação e, assim, quem sabe diminuir o duodécimo de acordo com a queda da arrecadação que está ocorrendo nesses meses de crise.

Por fim, meu posicionamento é uma satisfação aos meus eleitores, que têm me cobrado muito, e a toda a sociedade. Um abraço a todos.

O presidente – Muito obrigado, deputado Bartô. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas; boa tarde, toda população de Minas Gerais que nos acompanha pela TV Assembleia e pelas redes sociais.

Sr. Presidente, venho falar sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.938, não necessariamente sobre a minha discordância em relação a elas. Eu manifestei isso no próprio dia da votação. Inclusive fui o único parlamentar a me manifestar contra essas inclusões dos artigos 3º e 4º, no próprio dia da votação. Eu me manifestei também nas redes sociais, em um artigo no jornal Hoje em Dia.

Mas eu queria aqui destacar algumas consequências ou desdobramentos dessa apresentação, dessas emendas realizadas ao Projeto de Lei nº 1.938. A primeira delas, presidente, é parabenizar o secretário de Governo, Igor Eto, que demonstrou grande maturidade em receber, o que foi uma notícia inicialmente muito negativa para o governo, mas ele manteve um canal de diálogo aberto com V. Exa., a quem também parabeneizo pela maneira como conduziu esse diálogo para que a situação pudesse ter sido contornada sem uma crise maior entre os Poderes do Estado.

Quero destacar também, presidente, que uma coisa ficou muito evidente em toda essa questão envolvendo a blindagem dos demais Poderes aos contingenciamentos e aos cortes de verbas, em razão da queda de arrecadação do Estado. O desejo da população é de que todos colaborem no combate ao coronavírus e que todos apertem os cintos juntos, em vez de apenas o Poder Executivo e (– Falha na transmissão do áudio), de saúde, segurança e educação.

Uma proposta que podemos fazer para evoluir nesse assunto é a gente encaminhar projetos ou até mesmo uma emenda constitucional para que os duodécimos acompanhem a receita do Estado, e, na eventualidade de uma queda, uma frustração de arrecadação, que a gente tenha também um contingenciamento equivalente nos repasses de todos os Poderes, para que todos suportem essa dificuldade, juntos.

Contudo, há como termos soluções mais ágeis e também poder colaborar, de maneira já instantânea, para o combate à crise do coronavírus, através da colocação em pauta e da aprovação de dois projetos de lei de minha autoria, os quais peço sejam considerados para a semana que vem. Estou falando do Projeto de Lei nº 1.800 e do Projeto de Lei nº 1.806, ambos de 2020, que vão permitir que a gente destine, imediatamente, a totalidade das economias voluntárias feitas por cada deputado, no seu gabinete, para ações de combate à pandemia e ao coronavírus.

Só para exemplificar, presidente, ao longo do ano passado, economizei 95% das minhas verbas indenizatórias de gabinete, mais da metade das verbas remuneratórias, os salários da equipe, gerando uma economia muito significativa, o parlamentar mais econômico da Assembleia. Mas todo esse esforço se juntou aos esforços dos demais deputados para, apenas ao final do ano, somar aquele cheque bonito de R\$46.000.000,00, o qual chega, neste ano, em tempo tarde demais, para que a gente possa combater e ajudar a combater de maneira efetiva a pandemia do coronavírus.

O que peço, presidente, é a inclusão desse projeto em pauta para que essas economias possam ser imediatamente destinadas para aquilo que a população mais necessita que são os serviços de saúde do Estado. Então que fique essa lição da inclusão das emendas: arts. 3º e 4º ao Projeto de Lei nº 1.938, bem como toda reação negativa que a gente pôde observar da população. Vamos apertar o cinto, juntos, e destinar esses recursos agora. Vamos fazer a nossa parte porque Minas Gerais certamente vai nos agradecer e reconhecer esse esforço.

Presidente, agradeço a atenção e peço a inclusão, na pauta, para a próxima semana, dos Projetos de Lei nºs 1.800 e 1.806, e parabeno tanto V. Exa. quanto o secretário de Governo, Igor Eto, pela maneira madura, consciente e responsável com que contornaram essa crise, permitindo ao Estado crescer de maneira unida no combate à pandemia. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Guilherme da Cunha.

A presidência manifesta seus agradecimentos a todos os 64 parlamentares que estiveram presentes nesta reunião.

#### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 20, às 9 horas, e para a especial também de amanhã, às 14 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.



### **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

#### **RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES**

Foram recebidos, nos termos do item 3 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada na edição de 21/3/2020, o seguinte ofício e as seguintes proposições:

#### **OFÍCIO Nº 272/2020**

**(correspondente ao Ofício Presidência nº 13/2020 – SESPRES)**

Belo Horizonte, 22 de maio de 2020.

Assunto: Encaminha Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.931/2020. Altera a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que “Dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências”.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência o anexo substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.931/2020, destinado a alterar a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que “Dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências”.

Com meus agradecimentos, renovo, na oportunidade, meus protestos de estima e consideração.

Desembargador Nelson Missias de Moraes, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.931/2020

Altera a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que “Dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências”.

Art. 1º Os arts. 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43 e 44 da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. O recolhimento a que se refere o parágrafo único do art. 31 desta Lei será regulamentado por ato normativo conjunto do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Corregedor-Geral de Justiça.

§ 1º A partir do recebimento dos emolumentos, o notário ou o registrador constitui-se depositário dos valores devidos à compensação prevista no art. 31, até o efetivo recolhimento, na forma do "caput" deste artigo.

§ 2º Os recursos recolhidos serão identificados como "Recursos de Compensação – RECOMPE-MG".

Art. 33. A gestão e os devidos repasses dos recursos arrecadados nos termos do art. 32 serão realizados e fiscalizados por um Conselho Gestor designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e pelo Corregedor-Geral de Justiça em ato normativo conjunto, com a seguinte composição:

I – o Corregedor-Geral de Justiça;

II – 1 (um) desembargador designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado;

III – 2 (dois) Juízes Auxiliares da Presidência indicados pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado;

IV – 3 (três) Juízes Auxiliares da Corregedoria indicados pelo Corregedor-Geral de Justiça;

V – 7 (sete) servidores atuantes em áreas técnicas do Tribunal de Justiça do Estado correlacionadas aos fins e objetivos norteadores do “RECOMPE-MG”, sendo 5 (cinco) indicados pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e 2 (dois) indicados pelo Corregedor-Geral de Justiça.

§ 1º Participarão, ainda, do Conselho Gestor a que se refere o "caput" deste artigo:

I – 1 (um) representante indicado conjuntamente pela Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de Minas Gerais – SERJUS e pela Associação dos Notários e Registradores do Estado de Minas Gerais – ANOREG-MG;

II – 1 (um) representante indicado pelo Sindicato dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – RECIVIL;

III – 1 (um) representante indicado pelo Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais – CORI-MG.

§ 2º Os integrantes do Conselho Gestor serão indicados pelas entidades e órgãos mencionados no § 1º deste artigo para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 3º Os membros do Conselho Gestor não farão jus a quaisquer remunerações.

§ 4º O Conselho Gestor terá funcionamento pleno com quórum mínimo de 7 (sete) integrantes.

§ 5º Fora os casos de substituição regimental automática, para os demais integrantes do Conselho Gestor deverá ser indicado um substituto eventual.

§ 6º O Conselho Gestor escolherá, dentre seus membros, um Secretário-Executivo, cujas funções serão definidas em ato normativo conjunto do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e do Corregedor-Geral de Justiça, a ser editado no prazo máximo de noventa dias corridos, contados a partir da promulgação desta Lei.

§ 7º As decisões serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo ao Corregedor-Geral de Justiça o voto de qualidade, no caso de empate.

§ 8º O Conselho Gestor será responsável pela ordenação da despesa e, também, pela elaboração dos relatórios financeiros necessários à contabilização, à divulgação e ao repasse de recursos às serventias abrangidas pelo art. 31 desta Lei.

§ 9º A ordenação da despesa poderá ser delegada ao Secretário-Executivo do Conselho Gestor ou a seu substituto.

Art. 34. Será retido o percentual de 8% (oito por cento), calculado sobre os valores recolhidos na forma do art. 32, para custear as despesas vinculadas aos trabalhos a cargo do Conselho Gestor previsto no art. 33 desta Lei.

§ 1º Os recursos arrecadados nos termos do parágrafo único do art. 31 desta Lei, após deduzido o percentual previsto no "caput" deste artigo, atenderão à seguinte ordem de prioridade:

I – compensação aos registradores civis das pessoas naturais pelos atos gratuitos praticados em decorrência de lei;

II – complementação de receita bruta mínima mensal das serventias deficitárias, até o limite de 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) Ufemgs por serventia;

III – compensação aos registradores de imóveis pelos atos gratuitos praticados em decorrência da aplicação da Lei nº 14.313, de 2002, tendo como limite máximo o valor constante na tabela de emolumentos correspondente, desde que não existam recursos para esse fim no fundo a que se refere a Lei nº 23.229, de 28 de dezembro de 2018;

IV – custeio de despesas relativas ao funcionamento das serventias vagas, para as quais tenha sido designado interino, na forma do § 2º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1.994, com limites e requisitos definidos em ato deliberativo do Conselho Gestor.

§ 2º Os registros de nascimentos e de óbitos serão compensados até o limite de 50 (cinquenta) Ufemgs por ato.

§ 3º Os demais atos não incluídos no § 2º deste artigo, havendo recursos, serão compensados em valores e segundo critérios definidos pelo Conselho Gestor, tendo como limite máximo o valor constante na tabela de emolumentos correspondente.

§ 4º A complementação de receita bruta mínima mensal prevista no inciso II do § 1º deste artigo não se aplica às serventias anexadas provisoriamente.

Art. 35. A compensação devida aos notários e registradores e a complementação da receita bruta mínima serão efetuadas pelo Conselho Gestor, por rateio do saldo existente ou nos limites máximos fixados pelo Conselho Gestor, na mesma proporção dos atos gratuitos praticados, até o dia 20 do mês subsequente ao da prática dos atos.

§ 1º O responsável pela serventia beneficiada pela compensação prevista no art. 31 desta Lei encaminhará ao Conselho Gestor, no prazo a ser estabelecido em ato normativo conjunto do Presidente do Tribunal de Justiça e do Corregedor-Geral de Justiça, certidão declarando o número de atos gratuitos praticados, divididos por espécie, segundo modelo a ser fornecido pelo Conselho Gestor.

§ 2º O Conselho Gestor poderá, a sua conveniência, dispensar o envio dos documentos previstos no § 1º deste artigo quando se tratar de serventia que receba a complementação de renda mínima prevista no inciso II do § 1º do art. 34 desta Lei.

Art. 36. Considera-se deficitária a serventia cuja receita bruta não ultrapassar o limite expresso no art. 34, § 1º, inciso II, desta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, compõe a receita bruta das serventias a soma dos valores recebidos a título de emolumentos e de compensação de atos gratuitos.

Art. 37. Em caso de superávit dos valores destinados na forma do art. 34 desta Lei, o excedente será aplicado na seguinte ordem de preferência:

I – complementação de receita bruta mínima mensal às serventias anexadas provisoriamente, em valor a ser definido pelo Conselho Gestor, até o limite de 485 (quatrocentas e oitenta e cinco) Ufemgs por serventia;

II – ampliação do valor da receita bruta mínima mensal paga nos termos do inciso II do § 1º do art. 34 desta Lei, observando-se o percentual mínimo de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo superavitário apurado em razão do fechamento do mês imediatamente anterior;

III – compensação dos atos gratuitos praticados por todas as especialidades em decorrência de lei, no percentual de 5% (cinco por cento) do saldo superavitário apurado em razão do fechamento do mês imediatamente anterior, observando-se os critérios aprovados pelo Conselho Gestor de que trata o art. 33 desta Lei;

IV – ações de aprimoramento dos serviços notariais e de registro, bem como custeio de ações sociais, mediante apresentação de projeto, a ser previamente aprovado pelo Conselho Gestor de que trata o art. 33 desta Lei, sujeito a posterior prestação de contas.

Art. 38. O Tribunal de Justiça do Estado divulgará mensalmente, em sua página oficial na internet, o demonstrativo atualizado dos valores arrecadados e repassados às serventias.

§ 1º O demonstrativo de que trata o "caput" deste artigo será enviado mensalmente à Secretaria de Estado de Fazenda.

§ 2º A fiscalização da arrecadação, da compensação e da aplicação dos recursos de que trata esta Lei será exercida pela Corregedoria-Geral de Justiça, nos termos do regulamento próprio.

Art. 39. A Corregedoria-Geral de Justiça publicará os valores dos RECOMPE-MG incidentes sobre os emolumentos juntamente com a publicação de que trata o art. 50 desta Lei.

Parágrafo único. Os notários e registradores farão constar, nas tabelas de emolumentos afixadas nas dependências dos serviços notariais e de registro, os valores fixados por esta Lei, indicando sua destinação.

[...]

Art. 41. Pela falta de recolhimento ou recolhimento insuficiente ou intempestivo dos recursos destinados à compensação de que trata este Capítulo, ficam o Notário e o Registrador sujeitos ao pagamento dos valores devidos com acréscimos de multas e juros fixados pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, ou outro índice que vier a substituí-la, e, sobre o valor recolhido em atraso, será cobrada multa de mora no valor de:

I – 0,15% (zero vírgula quinze por cento) do valor devido por dia de atraso, até o trigésimo dia;

II – 9% (nove por cento) do valor devido, do trigésimo primeiro ao sexagésimo dia de atraso;

III – 12% (doze por cento) do valor devido, após o sexagésimo dia de atraso.

Parágrafo único. Na hipótese do disposto no "caput", o recolhimento do débito antes da adoção de qualquer medida administrativa não eximirá o infrator da responsabilização disciplinar cabível, bem como ensejará a aplicação das penalidades previstas na Lei federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, inclusive no que se refere à perda da delegação.

Art. 42. A fiscalização da compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal será exercida pela Corregedoria-Geral de Justiça ou pelo Juiz de Direito Diretor do Foro, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público ou do interessado.



Parágrafo único. O membro do Conselho Gestor ou titular de cartório que tiver conhecimento de descumprimento do disposto neste Capítulo deverá informar o fato à Corregedoria-Geral de Justiça.

Art. 43. Constituem infrações relativas à compensação de que trata o art. 31 desta Lei, apuradas de ofício pela autoridade judiciária, sem prejuízo das medidas administrativas e a aplicação de outras sanções:

I – a falta ou a insuficiência de recolhimento relativo à contribuição para a compensação da gratuidade, ficando o infrator sujeito a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor devido;

II – a adulteração ou a falsificação dos documentos relativos à compensação pela gratuidade, para propiciar, ainda que a terceiro, vantagem indevida, ficando o infrator ou aquele que tenha contribuído para a prática desses atos sujeito a multa de, no mínimo, 520 (quinhentas e vinte) Ufemgs e, no máximo, 5.200 (cinco mil e duzentas) Ufemgs;

III – a recusa de exibição de documentos, de livros ou de prestação de informações solicitadas pelas autoridades fiscal ou judiciária, relacionados com a compensação pela gratuidade, ficando o infrator sujeito a multa de até 345 (trezentas e quarenta e cinco) Ufemgs por documento.

Art. 44. Enquanto não for implementado o disposto no art. 33 desta Lei, a gestão dos recursos destinados à compensação dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais e à complementação da receita mínima continuará sendo exercida, em caráter excepcional, pela Comissão Gestora constituída nos termos da legislação anterior, juntamente com o Sindicato dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – RECIVIL, mediante a arrecadação dos valores previstos no parágrafo único do art. 31, em conta bancária aberta e específica para este fim.

§ 1º Durante a fase de transição desta Lei, a Comissão Gestora e o RECIVIL poderão reter o percentual de até 4% (quatro por cento) sobre os valores arrecadados, para cobrir as despesas com a administração dos serviços do RECOMPE-MG, mediante comprovação, devendo transferir ao Tribunal de Justiça do Estado os sistemas desenvolvidos para gerir os serviços do RECOMPE-MG, cedendo inclusive os códigos-fonte, bem como os respectivos manuais de operação, a fim de se permitir autonomia ao Tribunal de Justiça do Estado na manutenção e gestão dos sistemas cedidos.

§ 2º Assim que forem encerrados os trabalhos da Comissão Gestora prevista na redação anterior do art. 33 desta Lei e implementado o Conselho Gestor, será transferido ao Tribunal de Justiça do Estado todo o acervo relacionado à gestão do RECOMPE-MG, incluindo os bens, direitos e recursos financeiros, apurados por meio de prestação de contas, em modelo a ser disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado.

§ 3º Aprovadas as contas, a Comissão Gestora prevista na redação anterior desta Lei será automaticamente extinta."

Art. 2º O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e o Corregedor-Geral de Justiça poderão editar atos normativos conjuntos complementares para o bom e fiel cumprimento desta Lei.

Art. 3º Ficam revogados os arts. 40 e 45 da Lei nº 15.424, de 2004.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Em recente inspeção do Conselho Nacional de Justiça no Estado de Minas Gerais, foi feita recomendação ao Tribunal de Justiça para que se encaminhasse à Assembleia Legislativa projeto de lei modificativo da forma de gestão do RECOMPE-MG, que deveria passar a ser administrado pelo Tribunal de Justiça.

A recomendação, vale ressaltar, atende à principiologia albergada no ordenamento jurídico, notadamente por se tratarem de receitas decorrentes da prestação de serviços públicos, bem assim ao disposto no § 1º do art. 236 da Constituição da República Federativa do Brasil, no sentido de que "Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário."

Revestindo-se de tal natureza (públicos), esses recursos sujeitam-se às formalidades e exigências do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – visando a maior transparência na sua gestão, mediante a publicação de demonstrativos financeiros construídos segundo as normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Importa ressaltar que esses recursos são de natureza tributária e o Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – RECIVIL –, atualmente responsável pela gestão do RECOMPE-MG, não é entidade de direito público, mas organismo de natureza particular.

Acresça-se, ainda, que a recomendação do Conselho Nacional de Justiça se contextualiza de modo especial ao momento de pandemia causada pelo COVID-19, a impactar severamente todos os segmentos da economia nacional, inclusive os serviços notariais e de registro.

Nesse cenário de flagrante queda de receitas, importa que a gestão dos recursos associados ao RECOMPE-MG assumam o viés efetivamente público, assegurando a continuidade da prestação dos serviços nas serventias de menor porte, que realizam os registros de nascimento e óbito em todos os rincões do Estado de Minas Gerais, assistindo, inclusive, as comunidades de maior carência econômica.

Assim é que, atento à recomendação do Conselho Nacional de Justiça, mas também sensível à difícil realidade que hoje se enfrenta, o Tribunal de Justiça apresenta este projeto de lei ao exame legislativo, visando à alteração dos dispositivos da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, relativos à gestão dos recursos de compensação, arrecadados sob o título de RECOMPE-MG, conforme expresso no art. 1º do projeto em tela.

Do conjunto das alterações propostas, vale destacar que a comissão gestora integrada por representantes de entidades ligadas a notários e registradores dá lugar a um Conselho Gestor, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e pelo Corregedor-Geral de Justiça, em ato conjunto.

A composição desse Conselho é definida pela nova redação que se pretende dar ao art. 33 da Lei nº 15.424, de 2004, majoritariamente integrado por membros e servidores do Poder Judiciário mineiro, contudo, assegurando-se a participação de representantes das entidades corporativas de registradores civis e imobiliários, com mandatos de dois anos. Ainda nesse artigo, constam dispositivos com as linhas gerais de funcionamento do novo Conselho.

A redação proposta para o art. 34 mantém a previsão de que seja retido o percentual de 8% (oito por cento) dos recursos RECOMPE-MG para as despesas de gestão do próprio Conselho Gestor, que, a exemplo da comissão gestora atual, demandará corpo técnico e sistemas informatizados para a arrecadação e destinação dos valores sob sua responsabilidade.

Deduzido esse percentual, o projeto mantém a destinação dos valores arrecadados, priorizando a compensação aos registradores civis das pessoas naturais, em decorrência de lei, mas também contemplando outras destinações que já são atualmente praticadas, como a ampliação da receita bruta mínima mensal das serventias deficitárias e a compensação aos atos gratuitos praticados por registradores imobiliários, em decorrência da Lei nº 14.313, de 2002.

Contempla-se, também nesta nova redação do art. 34, o custeio de despesas relativas ao funcionamento de serventias vagas, a cargo de oficiais interinos. Ainda sobre este artigo, vale esclarecer que o teto de 485 Ufemg's, por serventia, consiste na indexação do valor monetário atualmente previsto pelo RECIVIL, adotando-se por parâmetro a Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais – Ufemg.

A proposta de novo art. 35 do projeto, ao seu turno, contém regra de distribuição dos recursos, prevendo sistema de rateio do saldo existente, até os limites máximos fixados pelo Conselho Gestor, estabelecendo, ainda, o prazo do dia 20 do mês subsequente ao da prática dos atos, para que a providência seja adotada.

A alteração do art. 36 aborda o critério para identificação de serventias deficitárias, assemelhado ao que já é previsto na atual redação da Lei.

A redação sugerida para o art. 37 dispõe sobre a destinação de recursos superavitários, se ocorrerem, também indexando ao valor de 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) Ufemg's a complementação de receita bruta mínima mensal às serventias anexadas provisoriamente.

O art. 38 assegura a transparência na gestão dos recursos do RECOMPE-MG, estabelecendo a periodicidade em que o Tribunal de Justiça deverá fazer a divulgação mensal, em sua página de internet, de demonstrativo dos valores arrecadados e repassados às serventias, assinalando, ainda, que o mencionado demonstrativo será também enviado à Secretaria de Estado da Fazenda, com a mesma periodicidade.

A proposta da nova redação para o art. 39 é a de assegurar que os valores do RECOMPE-MG sejam cobrados de maneira uniforme e com a devida transparência para os usuários dos serviços notariais e de registro.

A redação do art. 41 traz, para o âmbito do RECOMPE-MG, as mesmas regras do art. 24 da Lei nº 15.424, de 2004, estabelecidas para os atrasos e as omissões existentes no recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária.

As alterações propostas no art. 43 visam também à indexação de valores atualmente expressos na lei em moeda corrente, adotando-se por parâmetro a Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais – Ufemg.

Já a nova redação proposta para o art. 44 pretende instituir normas de transição, prestação de contas, transferências de patrimônio e saldos financeiros vinculados aos recursos do RECOMPE-MG.

No art. 2º do projeto, é estabelecida a competência conjunta do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Corregedor-Geral de Justiça para editarem normas de regulamentação complementar à presente Lei, visando à adequada operacionalização do RECOMPE-MG e distribuição de seus recursos, em consonância com suas finalidades.

O art. 3º revoga os vigentes arts. 40 e 45 da Lei nº 15.424, de 2004, cujas disposições se tornam desnecessárias, em razão das alterações promovidas pelo presente projeto.

Por último, o art. 4º estabelece a vigência imediata dos dispositivos ora propostos.

São essas as considerações que temos a fazer a respeito do projeto de lei que ora submetemos à apreciação desta nobre Casa Legislativa.

– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.931/2020.

### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 42/2020**

Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos fundos municipais e dos convênios feitos pelos hospitais públicos e hospitais filantrópicos provenientes de repasses estaduais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam os municípios, os hospitais públicos e os hospitais filantrópicos autorizados a realizar a transposição e a transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores constantes de seus respectivos fundos municipais e de convênios provenientes de repasses do Estado.

Art. 2º – A transposição e a transferência de saldos financeiros de que trata esta lei complementar serão destinadas exclusivamente à realização de ações e serviços públicos da mesma competência do respectivo fundo e ficarão condicionadas à observância prévia, pelos municípios, dos seguintes requisitos:

I – cumprimento dos objetos e dos compromissos previamente estabelecidos em atos normativos específicos alusivos ao órgão que destinou o valor para o município;

II – inclusão dos recursos financeiros transpostos e transferidos na programação anual e na respectiva lei orçamentária anual com a indicação da nova categoria econômica a ser vinculada para os municípios;

III – ciência ao respectivo conselho municipal, se houver.

Art. 3º – A transposição e a transferência de saldos financeiros de que trata esta lei complementar serão destinadas exclusivamente à realização de ações de mesma competência do respectivo convênio e ficarão condicionadas à observância prévia, pelos hospitais públicos e hospitais filantrópicos, do cumprimento dos objetos e dos compromissos previamente estabelecidos em atos normativos específicos alusivos ao órgão que destinou o valor para o hospital público ou para o hospital filantrópico.

Art. 4º – O município, o hospital público e o hospital filantrópico que realizarem a transposição ou a transferência de saldos financeiros de que trata o art. 1º desta lei complementar deverão comprovar a execução no respectivo relatório anual de gestão.

Art. 5º – Os valores relacionados à transposição e à transferência de saldos financeiros de que trata esta lei complementar não serão considerados parâmetros para os cálculos de futuros repasses financeiros por parte do governo do Estado.

Art. 6º – A transposição e a transferência de saldos financeiros de que trata esta lei complementar aplicam-se tão somente durante a vigência do estado de calamidade pública de que trata a Resolução nº 5.529, de 25 de março de 2020.

Art. 7º – Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2020.

Deputado Arlen Santiago (PTB) – Deputado Sávio Souza Cruz (MDB).

– Publicado, vai o projeto ao Colégio de Líderes para análise de caráter de urgência, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

### PROJETO DE LEI Nº 1.984/2020

Altera a Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentada ao inciso I do art. 12 da Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, a seguinte alínea “j”:

“Art. 12 – (...)

I – (...)

j) mães chefes de família sem cônjuge ou companheiro, em situação de pobreza;”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2020.

Deputado Carlos Henrique

**Justificação:** A pandemia de Covid-19, provocada pelo novo coronavírus, traz à tona a preocupação com os grupos mais vulneráveis da população. Destacamos a vulnerabilidade das mulheres com filhos, sem cônjuge ou companheiro, como o grupo populacional a ser protegido pelo Estado.

Os programas de transferência de renda implementados no País consideram famílias sem cônjuges e com filhos, associada à pobreza, indicativo de maior vulnerabilidade. Cita-se como exemplo o auxílio emergencial de R\$ 600 pago pelo governo federal por três meses para pessoas que ficaram sem rendimentos em razão da pandemia de Covid-19, em que a mãe chefe de família (sem marido ou companheiro) tem direito a duas cotas do auxílio, podendo receber o total de R\$ 1,2 mil.

A proposição por nós apresentada reconhece a centralidade da mulher na proteção social da família, especialmente no contexto de ampliação das vulnerabilidades provocadas pela pandemia do Covid-19. Dada a sua importância, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da medida proposta.

– Publicado, vai o projeto ao Colégio de Líderes para análise de caráter de urgência, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

### COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência informa ao Plenário que, nos termos do Item 2.5 do Acordo de Líderes publicado no *Diário do Legislativo* de 21/3/2020, foram aprovados conclusivamente pela Mesa da Assembleia os seguintes requerimentos:

- Requerimento nº 5.557/2020, do deputado Carlos Henrique;
- Requerimento nº 5.567/2020, do deputado Professor Cleiton;
- Requerimento nº 5.609/2020, do deputado Antônio Carlos Arantes e da deputada Leninha;
- Requerimentos nºs 5.610 e 5.667/2020, do deputado Coronel Henrique;
- Requerimento nº 5.612/2020, do deputado Fábio Avelar de Oliveira;
- Requerimentos nºs 5.616 e 5.646/2020, do deputado Gil Pereira;
- Requerimento nº 5.617/2020, do deputado Duarte Bechir;
- Requerimentos nºs 5.624, 5.625, 5.628 e 5.664/2020, do deputado Betão;
- Requerimento nº 5.629/2020, do deputado Cleitinho Azevedo;
- Requerimentos nºs 5.635 e 5.655/2020, da deputada Leninha;
- Requerimento nº 5.638/2020, da deputada Beatriz Cerqueira;
- Requerimentos nºs 5.639 e 5.668/2020, da deputada Ione Pinheiro;
- Requerimento nº 5.640/2020, do deputado Professor Irineu;
- Requerimentos nºs 5.641 e 5.643/2020, do deputado João Vítor Xavier;
- Requerimentos nºs 5.644 e 5.656/2020, da deputada Ana Paula Siqueira;
- Requerimentos nºs 5.649 e 5.662/2020, do deputado Arlen Santiago; e
- Requerimento nº 5.650/2020, do deputado Doutor Jean Freire.

Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.



### CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

#### CORRESPONDÊNCIA

- O 1º-secretário despachou, em 21/5/2020, a seguinte correspondência:

## OFÍCIOS

Da Sra. Adriana Cristina Dullius, presidente do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, informando o crédito de recursos financeiros referentes ao convênio Plataforma +Brasil nº 883205/2019, firmado com o Tribunal de Contas do Estado. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Ângela de Lourdes Rodrigues, coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais, Urbanas e Rurais e de Grande Repercussão Social, acusando o recebimento das notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e informando que o referido centro encontra-se à disposição para eventuais demandas. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, diretor-geral do DER-MG, encaminhando informações sobre a aquisição de bens e a contratação de serviços em função do enfrentamento da pandemia de covid-19. (– À Mesa da Assembleia.)

Do Sr. Sergio Cruz, diretor de Orçamento e Finanças do Ministério do Desenvolvimento Regional, informando o crédito de recursos financeiros referentes ao cronograma do desembolso do Convênio/Cadastro Siafi nº 1AAACE. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Charliston Marques Moreira, presidente da Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. – Metrominas –, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.360/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Danielle Vignoli Guzella Leite, promotora de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.532/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Edelves Rosa Luna, secretária de Estado adjunta de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.074/2020, do deputado Noraldino Júnior. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Frank Alves Nunes, superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais do Ministério da Economia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.707/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.797/2020, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo Frederico Boerger, superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.834/2020, da deputada Delegada Sheila. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.887/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.889/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.811/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.797/2020, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.048/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.045/2020, do deputado Cleitinho Azevedo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.043/2020, do deputado Professor Irineu. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.042/2020, do deputado Ulysses Gomes. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.033/2020, do deputado Fábio Avelar de Oliveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.028/2020, do deputado Zé Reis. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.027/2020, do deputado Zé Reis. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.024/2020, do deputado Fernando Pacheco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.019/2020, do deputado Sargento Rodrigues. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.017/2020, do deputado Virgílio Guimarães. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.015/2020, do deputado Virgílio Guimarães. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.014/2020, do deputado Douglas Melo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.008/2020, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.004/2020, do deputado Douglas Melo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.000/2020, do deputado Doutor Jean Freire. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.997/2020, da deputada Delegada Sheila. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.996/2020, da deputada Delegada Sheila. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.998/2020, da deputada Delegada Sheila. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.032/2020, do deputado Fábio Avelar de Oliveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.069/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.070/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.083/2020, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.122/2020, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.108/2020, do deputado Doutor Paulo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.109/2020, do deputado Doutor Paulo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.101/2020, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.102/2020, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.105/2020, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.058/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.061/2020, do deputado André Quintão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.062/2020, do deputado André Quintão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.063/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.065/2020, do deputado Douglas Melo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.074/2020, do deputado Noraldino Júnior. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.077/2020, da deputada Ione Pinheiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.078/2020, da deputada Ione Pinheiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.119/2020, da deputada Ione Pinheiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.116/2020, do deputado Betão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.117/2020, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)



Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.118/2020, do deputado Sargento Rodrigues. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.193/2020, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.198/2020, do deputado Douglas Melo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.199/2020, do deputado Douglas Melo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.203/2020, da deputada Ana Paula Siqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.206/2020, da deputada Marília Campos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.239/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.240/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.242/2020, do deputado Duarte Bechir. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.252/2020, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.253/2020, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.255/2020, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.254/2020, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.261/2020, do deputado Doutor Jean Freire. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.264/2020, do deputado Gil Pereira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.159/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.147/2020, do deputado Mauro Tramonte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.053/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.960/2020, do deputado Mauro Tramonte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.136/2020, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.144/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.154/2020, da deputada Ana Paula Siqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.156/2020, do deputado Doutor Jean Freire. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (3), prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.165/2020, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.167/2020, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (3), prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.170/2020, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (3), prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.172/2020, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.171/2020, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.179/2020, do deputado André Quintão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.184/2020, do deputado André Quintão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.183/2020, do deputado André Quintão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.185/2020, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.173/2020, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Ivan Furlan Falconi, chefe da Assessoria Especial de Assuntos Institucionais e Internacionais substituto do Ministério da Infraestrutura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.238/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Jânio Alves Leite, gerente Regional da Agência Nacional de Mineração, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.413/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Leandro Barbosa de Lima, chefe de Gabinete do Ministério da Cidadania, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.434 e 5.435/2020, do deputado Mauro Tramonte. (– Anexe-se aos referidos requerimentos.)

Do Sr. Rossano de Oliveira, prefeito municipal de Coqueiral, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.372/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Rubens Lessa Carvalho, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitanos, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.159/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****TERMO DE CONTRATO 17/2020****Número no Siad: 9246043/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tecnoset Informática Produtos e Serviços Ltda.. Objeto: prestação de serviços especializados de impressão departamental centralizada, incluindo: locação de equipamentos (impressoras e multifuncionais); reposição de suprimentos (exceto papel); disponibilização de sistemas para gestão informatizada da solução; bem como manutenção, com substituição de peças, e suporte técnico para atender às necessidades da contratante.. Vigência: 36 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: Processo Licitatório nº 0282/2018 (Pregão Eletrônico nº 0188/2018) da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco. Ata de Registro de Preços nº 14/2019. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001 3.3.90 (10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 19/2020****Número no Siad: 9223871-1/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Ltda. Objeto: serviço de atualização de licença de *software* e suporte. Objeto do aditamento: quarta prorrogação contratual. Vigência: 12 meses contados a partir de 1º/7/2020, com termo final em 30/6/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001 3.3.90(10.1).